

A Defesa Nacional



JUNHO
1945

NÚMERO
3 7 3

CEL. RENATO BATISTA NUNES

CEL. LIMA FIGUEIREDO

MAJOR JOSÉ SALLES

RIO DE JANEIRO

B R A S I L

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXII

Brasil — Rio de Janeiro, Junho de 1945

N. 373

SUMÁRIO:

	Pags.
Editorial	791
D. Sebastião Leme — Grande amigo do soldado — Gen. Silveira de Mello	795
Excertos — Trad. do Cel. R. B. Nunes	811
A Geopolítica das nossas fronteiras — Cel. Lima Figueiredo	829
Os Portos Artificiais da Normândia — Trad. do Cel. Paulo Mac Cord	833
"Galápagos, Réplica no Pacífico de Bases Estratégicas do Atlântico — Ten. Cel. Adalardo Fialho	849
A Ligação das Forças Aéreas e Terrestres — Cap. Geraldo de Menezes Cortes	861
O Terreno, Ditador da Tática — Brig. J. G. Smyth	869
Colonização e Imigração — Cap. Amaury Benevenuto de Lima	873
Heróis da Guerra e da Paz — Cap. Rui Alencar Nogueira	881
O que a engenharia vem realizando nesta guerra — Cel. Mac Cord	887
Subsidio para a compreensão das operações realizadas na região do Rio Serchio (Itália) pelo destacamento da F.E.B. — Ten. Cel. José P. de Ulhôa Cintra	893
Livros Novos	923
Revistas em Revista	933
Boletim	941
Noticiário & Legislação	945

EDITORIAL

O súbito desaparecimento do general Emilio de Souza Doca veio desfalar o Exército de uma das suas expressões mais positivas.

O general Souza Doca, que abraçou desde verdes anos a carreira das armas, percorrendo todos os seus gráus, ainda os mais humildes, foi uma vida consagrada tôda inteira ao Exército.

Homem de estudo, responsável por uma obra volumosa e significativa, mesmo nêsse terreno, tão propício à dispersão, soube ser fiel à sua vocação militar, e produziu obras sempre ligadas aos nossos problemas militares, ora no campo da História, ora nos domínios da Geografia.

Circunstância muito expressiva é que o general Souza Doca escreveu o seu primeiro trabalho, uma biografia de Men Barreto, ao tempo em que era sargento. Escreveu-o e enviou a uma revista

militar, editada no Rio Grande, e dirigida pelo gen. Paula Cidade.

E, se se iniciou nas letras militares como sargento, é que, aquêle que chegaria a General Diretor da Intendência do nosso Exército, também partiu, na escala hierárquica, do marco zero.

O gen. Souza Doca entrou para o Exército como simples soldado e apenas alfabetizado. Estudou humanidades, já sob a farda, ensinado por oficiais que logo perceberam a sua vivacidade e a sua inclinação para os livros. Foi feito, pois, dentro do Exército e pelo Exército.

* * *

Profissionalmente o gen. Souza Doca impôs-se desde os primeiros passos e por toda a trajetória da carreira das armas.

Basta atentar que foi um desses autênticos produtos do Exército, no qual ingressou como soldado e subiu, dominando posto por posto, até general.

Acresce que, orientando-se para o serviço de Intendência, tornou-se o chefe natural desse setor, que, por sua própria natureza, envolvendo essencialmente problemas administrativos e econômicos, era o campo ideal de aplicação da sua inteligência enriquecida com uma sólida cultura geral.

Tornou-se, destarte, um destacado oficial de Intendência, e o Exército deve-lhe algumas substanciais reformas em tão complexo e delicado setor.

* * *

Intellectualmente o gen. Souza Doca conquistou uma posição das mais altas.

Ao morrer presidia algumas instituições culturais brasileiras, entre as quais o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, e era diretor da Biblioteca Militar.

Sua obra é particularmente significativa no campo dos estudos históricos. Apaixonado pelas questões platinas, com as quais se familiarizou em investigações permanentes, tornou-se um especialista abalizado.

A lista dos livros que veio compondo, sucessivamente, bem denuncia o nítido sentido especializado da obra do gen. Souza Doca: O Brasil no Prata, Limites entre o Brasil e o Uruguai, Causas da guerra com o Paraguai, O Exército nas campanhas Platinas.

E' verdade que noutros estudos (Vocábulos indígenas na Geografia Riograndense, Nascentes do Jacui, Ideologia Federativa na Cruzada Farrouilha, A Capitania de S. Pedro) se afasta dessa estrita especialização, mas, incontestavelmente, o

nome e o mérito maiores do gen. Souza Doca, como intelectual, vem dos seus trabalhos sobre as questões platinas. Tornou-se mesmo um campeão, discutido e respeitado nas rodas congêneres de Buenos Aires e Montevideu, pois que, por mais de uma vez, sustentou polêmica em defesa do Brasil, com autores platinos. A última foi quando criticou o livro do Embaixador Carcano sobre a Guerra do Paraguai, refutando certos conceitos hostis à conduta do nosso país.

Muito sensível, sem dúvida, a todos nós militares, esse aspecto combativo do ilustre general, que vinha à liça pronta e energicamente, com os largos recursos da sua cultura especializada, sempre que se fazia mister esclarecer ou contraditar os ditadores da ação militar e política do Brasil no passado.

* * *

O Exército inscreve o Gen. Souza Doca entre os seus maiores valores contemporâneos.

Existência tecida nas duras lides da caserna, e a elas sem pausa consagrada.

Espírito formado nos quadros da ciência militar, alçou-se muito além, mas esteve sempre ao serviço dos valores e dos ideais em que se formara.

D. SEBASTIÃO LEME

— GRANDE AMIGO DO SOLDADO

Gen. SILVEIRA DE MELLO

D. Leme foi amigo dos soldados. Ele mesmo o afirmou tantas vezes e o confirmou frequentemente. São dêle estas palavras: "Eu amo o soldado como a imagem viva de minha Pátria... Amo o soldado como a um pedaço de nossa bandeira..."

Nenhuma prova de bemquerer, todavia, foi mais afetuosa e marcante, em relação aos militares, que o empenho do insigne prelado em que êles figurassem sempre nos lugares de honra dos grandes atos litúrgicos, tais como as procissões. Que visava S. E. com essa distinção? A Pátria. E tinha sobras de razão. Deus não é sómente Senhor e Rei dos indivíduos, mas também das coletividades e das nações. E quando os dirigentes se esquecem, como pessoas naturais e como agentes do poder público, da sujeição às leis eternas, cabe àqueles que estiverem mais qualificados pela graça, como servidores do Estado, de apresentar-se espontaneamente nas solenes audiências do Grande Rei, afim de resgatarem as omissões dos governantes e responder, com sua fidelidade e galhardia, pela ausência das coletividades displicentes. E quem, com maior luzimento e garbo, poderá figurar nesses certames, senão o militar fardado? Nas côres de sua farda rebrilham as glórias da Pátria e a pujança de sua força. Em tais circunstâncias, o militar deixa o aspecto de pessoa para transfigurar-se num símbolo. Assim também o sacerdote. Eis onde o grande Cardial firmava o argumento de sua estima pela farda. De fato, o militar a paisana, mormente em meio às multidões, é um lugar-comum como qualquer civil anônimo. Fardado, porém, traduz a força e o prestígio das classes armadas, estêios da nação.

A procissão do Centenário. Em 1922, quando D. Leme houve de mobilizar as forças vivas da Capital do país para o grande desfile eucarístico, comemorativo do primeiro centenário de nossa independência, S. Exa., investido do governo da Arquidiocese, na qualidade de Coadjutor do velho Cardial Arcoverde, mandara aviso aos oficiais católicos de que contava vê-los fardados, na guarda de honra do carro eucarístico:

— Ninguém, como os soldados e marujos católicos, declarou S. E., poderá fazer melhor figura nesse certame. Ali poderão recordar a fé de seus maiores — Caxias e Tamandaré — tão ciosos do nome cristão e dos brios da Pátria.

Não se contavam muitos oficiais católicos, mas os poucos que havia aprestaram-se com júbilo para o grande préstito. Até então, no regime republicano, não se conhecia de parte dos militares, uma só manifestação pública de fé. Iam longe os tempos em que as procissões eram escoltadas pela tropa e nas quais as autoridades locais figuravam em trajes de gala, segurando os varais do pallium. O laicismo oficial degenerara no descaso pessoal dos governantes. Aqui na metrópole brasileira, aconteceu mesmo, durante a procissão do Centenário, que o próprio Presidente Epitácio, que tanto prestigiara as comemorações religiosas desse ano, cometeu uma incrível gafe: Na hora da grandiosa procissão, S. Exa., postara-se, sentado pachorrentamente, no palanque aos fundos do parque do Palácio do Catete, ao tempo em que por ali desfilava o carro eucarístico, precedido e seguido de enorme multidão. Epitácio, jurista, homem culto e educado, de família católica, como se explica assim procedesse diante da majestade daquele cortejo popular que conduzia o Rei dos reis, invisível mas realmente presente naquele ostensório real?

Deixemos esse incidente. Quem não crê no Cristo — como pão vivo descido do céu — como poderá sentir as emoções da fé nos comícios eucarísticos? E, dessarte, Jesús continuará a ser para muitos o “Deus desconhecido”.

No dia e hora fixados, lá estava no adro da Matriz da Glória um grupo de militares fardados, destacando-se da multi-

dão que enchia o Largo do Machado. Não passavam de uma vintena. Quando se deslocou o carro eucarístico, sob um mundo de aplausos, alguns oficiais entraram nas filas laterais, fazendo cordões com as associações masculinas. Outros, mais afoitos, seguiram ladeando o carro triunfal. Havia grande apêto popular. Quando o suntuoso veículo desembocava no Flamengo, os seis cavalos negros da atrelagem começaram a empinar-se, de tal modo, que os palafreiros apearam-se para os conter, mas nada conseguiram. Os animais mordiam os freios e se empinavam nervosamente, tomados de espanto deante da multidão.

Foi senão quando um jovem Tenente de Artilharia, afeito à tração de canhões e equipagens pesadas de sua arma, propôs a desatrelagem dos cavalos; o carro seria puxado, a pulso, pelos oficiais. O Coronel Eduardo da Silva, como mais graduado, mandou que êle consultasse o Sr. Arcebispo. D. Leme vinha a seguir na carruagem que conduzia o Cardial Arcoverde e o Legado Pontifício. O Tenente acercou-se do automovel e falou:

— Os cavalos estão alucinados. Só ha um recurso para afastar um desastre: é a retirada dos animais; nós mesmos, os oficiais, faremos a tração do carro.

D. Leme, homem sereno e prudente, objetou:

— E' uma ação muito generosa e digna. Mas eu não sei se os oficiais, tão ciosos de seus uniformes, quererão dar-se a esse ato de desprendimento. Além disso, como os Chefes militares julgarão dessa atitude?

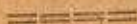
— Exa., atalhou o Tenente, tomado de entusiasmo, os acadêmicos aquí no Rio, em pleno centro da cidade, puxaram certa vez o carro de uma artista de teatro... e essa mulher era estrangeira...

— Pois, então, meu filho, concluiu D. Leme, eu abençôo aqueles que quiserem prestar essa homenagem a Deus Nosso Senhor.

Num abrir e fechar de olhos os animais foram despedidos da atrelagem e os doze oficiais seguraram com pulso firme as alças do varal e dos tirantes, e alinharam pelo Flamengo, puxando o majestoso veículo até a Praça Mauá. À tsta dos tiran-

tes puxavam os dois oficiais mais graduados, o Capitão de Mar e Guerra Amâncio dos Santos e o Coronel Augusto Eduardo da Silva. Durante o desfile, alguns civis, católicos de alta linhagem, quiseram participar da tração, propondo-se revezar com os oficiais. Os militares, porém, não cederam os seus lugares. Não viam nisso suas próprias pessoas, mas o prestígio que seus uniformes emprestavam a esse ato de alta expressão pública. (1)

Estava refeita, de tal modo, a perpétua aliança da espada com a cruz.



O encerramento foi uma apoteose, realizada, ao lusco-fusco do dia, com enorme concentração de povo na Praça Mauá. Depois da benção do S. S. Sacramento, palmas e vivas estrugiram de todos os lados, com todas as cadências e vibrações do entusiasmo cristão. D. Leme, ao encerrar a solenidade, pronunciou esta prece final, de tocante significação patriótica, dir-se-ia repassada de espírito militar:

— “Entrego confiante, nesta hora solene, a sorte do Brasil ao Coração Euerístico de Jesus. Ele ha de nos inspirar, Ele ha de nos guiar, para que o Brasil seja, assim, um grande país, forte e feliz.” (Jornal do Comércio, 2-10-922).



A primeira Páscoa dos Militares. Influenciados por essa ocorrência e outras circunstâncias do reflorescimento religioso em nossa Pátria, um grupo de oficiais começou a cuidar da restauração da fé no seio das classes armadas. Eram os primórdios da União Católica dos Militares. Por voltas de 1924, na Vila Militar, a Escola de Sargentos de Infantaria já entretinha por esse tempo a formação de um Núcleo.

Corria o mês de Abril. Cogitava-se de celebrar uma páscoa coletiva da classe — a *Páscoa do Soldado*. Fôra escolhido o dia 3 de Maio. Era feriado nacional. A data recordava o des-

(1) — No salão de espera do Palácio S. Joaquim ha uma pintura mural recordando a tração do carro pelos militares. Pena é que o autor não procurasse identificar os oficiais vistos no primeiro plano, nem tão pouco os uniformes da época.

cobrimento do Brasil e a primeira cerimônia eucarística celebrada em sólo Pátrio.

D. Leme soube pelo Padre Miguel, fundador do núcleo mauriciano da Escola Militar, do que pretendiam os militares. Eram daqueles mesmos que haviam puxado o carro eucarístico em 1922, engrossados por novos camaradas que frequentavam a Escola de Armas.

O Arcebispo recebeu-os com seus gestos acolhedores e comunicativos :

— Vocês estão tratando de uma Páscoa coletiva dos soldados e eu estou preparando as festas jubilares de nosso velho Cardial. Precisamos concentrar os nossos esforços de modo que estas duas solenidades tenham uma realização comum, e, assim, daremos ao jubileu de D. Arcoverde e à Páscoa de vocês uma ressonância nunca vista em nosso país. Para isso, ao invés de simplesmente *Páscoa dos Soldados*, será a *Páscoa dos Militares*, porque eu desejo a adesão de todas as corporações militares de terra e mar: Exército, Marinha, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros — são todos soldados do Brasil.

Ficamos exultantes da idéia grandiosa que S. Exa. vinha de expender — *Páscoa ds Militares*. Sim, Páscoa dos Militares abarcaria todos os homens de farda e serviria de elo de conagração das forças armadas. Idéia feliz. Mas não ficou nisso. S. Exa., com seu prestígio e solicitude, adeantou-se a assegurar o beneplácito e colaboração dos Ministérios Militares e dos Comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. A guarnição de Niterói aderiu às solenidades. Os Chefes Militares aplaudiram as realizações e franquearam todas as providências para o feliz êxito da Páscoa.

A imprensa teceu caloroso aplauso à magnífica idéia. Um luzido grupo de oficiais, de todas as corporações, tomou a liderança da propaganda fóra e dentro dos quarteis. Organizou-se um programa da festa. Mas era necessário cuidar da montagem de um altar grandioso, de tribunas, de ornamentação do parque da Praça da República e de mil outras providências que acarretavam despesas vultosas. Como se haveriam nisso os mi-

litares, cujas bolsas são sempre minguadas? D. Leme já se havia antecipado a tudo, e fez mais: as próprias lembranças comemorativas” da Páscoa dos Militares foi ele quem mandou imprimir aos milhares, segundo o modelo e os dizeres que S. Exa. mesma elaborou, aluzivas à farda. (2)

Tudo correu às maravilhas. Nunca se vira até então, para uma festa religiosa, tão boa vontade dos Chefes, tanta presteza e adesão de parte de marinheiros e soldados. E’ que nesse jôgo de esforços o formidável Arcebispo punha em evidência os trunfos de sua capacidade realizadora e ao mesmo tempo o segredo de suas vitórias — a oração. Ele era e foi sempre um homem de oração, e, como Pastor prestigioso, mobilizou nesses dias todas as forças espirituais da Arquidiocese. Todos os colégios e conventos de Irmãs, especialmente os de absoluta clausura, como os carmelitanos, receberam esta mensagem: — “cada Irmã responderá pela comunhão de 10 homens de farda.”

O êxito foi acima das previsões. No centro da Praça da República ostentava-se o grandioso altar, ao lado do qual erguia-se, sobre um estrado o trono de onde o Cardial Arcoverde deveria presidir a magnífica cerimônia. No dia 3 de Maio, às 8 horas, D. Leme subia os degraus do altar, iluminado por um belo sol de outono. Em frente e em torno, dezenas de bandas de músicas-militares se alinhavam com seus instrumentos prateados e milhares de homens de farda irizavam com as côres de seus uniformes o recinto do grandioso parque. Os comungantes concentraram-se na clareira central, em frente ao celebrante. Seu número causou admiração: Tres mil. Para esses tempos de indiferença religiosa, êstes algarismos, no seio de uma classe onde os pregoeiros da fé não penetravam, era motivo de surpresa. Não era a crença que faltava, era o sôpro da pregação que não chegava às caserans. Mas desta vez, a voz dos pregadores ressoara nas salas regimentais e nos “decks” dos cruzadores. Tiveram de convocar confessores às duzias na última noite. Houve necessidade de recorrer a maior número de “partículas”, porque só haviam trazido mil para o altar. A Igreja de Sant’Ana teve de enviar às pressas mais duas mil. Uma de

zena de sacerdotes esperava no primeiro degrau do altar a hora da consagração, e, a seguir, partiam, ladeados de 2 acólitos, por entre as fileiras de soldados e marujos que esperavam de joelhos, nos seus lugares, a manducação da óstia consagrada.

A cerimônia foi deslumbrante e comovedora. Terminada a missa, D. Leme volta-se para a assistência e profere uma brilhante alocução. Sua palavra era corajosa, firme e cheia, como de um atleta; podia ser ouvida de extremo a extremo. Foi empolgante, eloquente: — “Eis-nos em um grande dia do Brasil, em que recordamos o seu descobrimento, a primeira missa rezada e a cruz plantada em nossa terra, como signo de seu destino cristão. Aquela missa valeu como batismo de nossa terra, e a cruz, feita de madeira virgem de nossas matas, que os próprios selvícolas ajudaram a levantar, deu o nome cristão, que sagrou a nossa Pátria como terra da Cruz, não mais a cruz objeto de suplício e ignomínia, mas a cruz instrumento de dignificação e de benção.

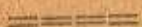
“Quando os governantes, nas grandes efemérides da Pátria, estadeiam laicismo e omitem as homenagens ao Deus Eterno, comove-me o coração de brasileiro e de Bispo, ver-vos, soldados e marujos do Brasil, em plena praça pública, dar grandiloquente testemunho de que a fé que conduziu Caxias e Inhaúma no serviço da Pátria, está bem viva no seio das classes militares e exulta e vibra nos grandes comícios, glorificando o Rei dos reis.”

Eis um tópico de página em que o “Jornal do Brasil”, de 4-4-924, narra a grandiosa solenidade da véspera: “A missa campal de ontem foi um verdadeiro acontecimento para a história da Igreja no Brasil. S. Exa., o Arcebispo Coadjutor, no seu discurso, fez a apologia do soldado, da bandeira, da Pátria e, sobretudo, da Religião, em que se encontram todos os verdadeiros sentimentos do amor, da caridade e do civismo, terminando seu empolgante discurso com uma bela peroração, em que pedia ao Sr. Cardial que lançasse a sua benção sobre os militares e, mais do que isso, sobre a bandeira e a Pátria.”

Essa magnífica solenidade assinalou com bênçãos especiais a primeira comunhão coletiva de classe realizada no Brasil. Realmente assim foi; depois dela seguiu-se a série ininterrupta de Páscoas dos Militares, não mais somente nesta Capital, mas em todas as guarnições de nossa Pátria, e delas nasceram as Páscoas coletivas das corporações civis, que examem de comungantes os domingos do ciclo pascal.

Certa vez, mais tarde, voltando a tratar com S. Exa. da celebração da Páscoa dos Militares, que se realizaria naqueles dias na Matriz de Sant'Ana, disse-me o grande amigo dos soldados: — "Avisem-me sempre com antecedência, para que eu não esteja envolvido noutro compromisso. Não cederei nunca o meu lugar, celebrando ou presidindo essa festa dos militares de minha Pátria, festa em que estivemos sempre juntos desde o começo".

E assim foi até a Páscoa de 1942; em que o grande amigo dos soldados esteve presente conosco pela última vez.



A Adoração Perpétua. Disse-me certa vez em 1926, em Pernambuco, D. Moura, antigo Bispo de Garanhuns:

— Poucos conhecem a profunda piedade de D. Leme e o seu amoroso pendor pela eucaristia. Ele costuma preparar os seus trabalhos diários, as suas audiências, os problemas que lhe estão pendentes, com prolongada oração, oração ao pé do sacrário. Vi-o horas a fio, em sua capela privada, absorvido pela oração. E quando o dia era escasso para os seus afazeres, ele vingava-se na prece pela noite a dentro. Um homem que bem sabe orar, bem viver sabe, no dizer de S. Agostinho.

Foi este seu espírito de oração, e sua afetuosa devoção eucarística que o levaram a erigir nesta Capital um santuário de oração contínua, jamais interrompida — o Santuário da Adoração Perpétua, a que ele chamou "Templo Nacional do Coração Eucarístico de Jesús", e onde — em obediência a sua última vontade — jaz como perpétuo adorador, em seu túmulo frente ao altar.

A ereção da Adoração Perpétua deu-se nesta Capital, em Maio de 1926. Procedeu-se então ao alistamento dos adoradores, afim de grupá-los por turmas, de acordo com as conveniências e condições individuais. A cada uma das organizações católicas destinou-se um dia ou uma noite. Coube às associações femininas a adoração nas horas diurnas. As noites ficaram reservadas exclusivamente aos homens. Mas antes mesmo de serem distribuídas — a cada noite de um mês correspondia uma turma de 18 adoradores — S. Exa. fixou um dia certo e invariável, mensalmente para cada uma. Quanto aos militares, êle resolveu consultá-los como de costume :

— Os militares terão 2 noites de adoração por mês, uma ao Exército, outra à Marinha, explicou S. Exa. aos oficiais Católicos. As Forças Armadas tiveram sempre postos de honra nos atos da Religião. Caxias e Inhaúma foram grandes homens de fé. Vocês ainda ha pouco, em 1922, na procissão do Centenário conduziram o carro eucarístico. N. Senhor quer vê-los agora, bem junto de Si, uma noite por mês, na sua guarda de honra. Qual é o dia que vocês preferem para a adoração noturna de sua classe ?

Os camaradas refletiram um momento. Estavam nas vésperas de Maio. O dia 3 seria o da Páscoa dos Militares. E como o pensamento do soldado está sempre voltado para a Pátria e para as glórias da Pátria, folheou um dêles o calendário do mês e apontou com o dedo para o dia 24 — a batalha de Tuiuti. Fôra o cruento sacrifício de quatro nações irmãs, de que resultou uma glória eterna para o nosso Exército. A escolha fôra feliz. Por outro lado, o dia 24 correspondia também às vigílias, de Caxias (25 de Agosto), do Natal (25 de Dezembro), da Anunciação (25 de Março) e à Natividade do Batista. A Marinha escolheu o dia 25, porque queria ficar justaposta ao Exército, na guarda do Cristo-Rei, bem como se veria sempre emparelhada com êle na segurança da Pátria. E desse modo, a 24 de Maio de 1926, soldados e oficiais do Exército, iniciaram solenemente, para não mais interromper, a noite mensal que lhes coube ab aeterno em nome de sua classe. E diga-se de pas-

sagem: apesar da precariedade de recrutamento de adoradores permanentes, o Exército e a Marinha, com o auxílio de voluntários civis, vêm, — ha 19 anos — entretendo o fogo sagrado daquelas 2 noites de adoração.

A União Católica dos Militares. Com o êxito da primeira Páscoa dos Militares em 1924, não havia dúvida, estava assegurada a idéia de arregimentação católica dos homens de farda, que se vinha processando desde 1922. Veio a lume, então, um ensaio normativo — “Idéias Gerais de Organização”, destinado a nortear as atividades cívico-cristãs no seio da classe. Nesse esboço figurava já um Capelão Militar, como assistente eclesiástico, afim de orientar espiritualmente os órgãos dirigentes da novel entidade. D. Leme recebeu um folheto dessa publicação e o pedido de designação de um sacerdote brasileiro para aquela atribuição. Isto foi em Setembro de 1924. S. Exa. mandou telefonar para o Padre Henrique Magalhães, que figurava como Coadjutor da Matriz da Glória, para que desse atenção e ajuda aos oficiais Católicos. O autor destas linhas foi procurá-lo no Largo do Machado e com êle manteve, em nome de seus camaradas, uma sadia conversação, de que resultaram relações e amizade que cresceram sempre mais e mais, tornando-se depois aquele simpático e ardoroso sacerdote o pregador perpétuo da missa comemorativa do Dia do Soldado, a 25 de Agosto.

Em 1925 instála-se nesta Capital o Diretório da União Católica dos Militares, com a participação do Padre Granier S. J., como representante da autoridade eclesiástica. Estava assim instituída oficialmente a agremiação. Em 1928 foi redigido um Regulamento da U.C.M. Antes de adoptá-lo, o Diretório consultou S. Exa... O preclaro amigo dos soldados, abençoando-o, recomendou que se omitisse no texto a aprovação e o imprimatur. Suas palavras foram mais ou menos estas:

— Basta que vocês tenham o meu beneplácito e minha bênção, todavia não temos ainda ambiente para que os Chefes compreendam que nas obras católicas a sujeição formal às autoridades eclesiásticas é fundamental. Muitos hão de pensar

que vocês estão metidos nas sacristias e querem introduzir os padres nos quartéis. Ganhem primeiro a confiança dos Chefes, prestigiando-os e auxiliando-os, reünam os Núcleos fóra das casernas para não darem aso a polémicas, primam pela correção militar, e, pouco a pouco, verão que o que vocês querem é o bem da classe, desinteressadamente.

Eis como S. Excia. conhecia bem as incompreensões dos meios agnósticos ou indiferentes à fé. Para vencê-los era necessário ganhar os corações e agir privada e publicamente, com integridade, perseverança e serenidade.

Em 1940 ficou elaborado o Estatuto da U.C.M.. Submetido pelo nosso então caríssimo Presidente Gen. Francisco José Pinto, a D. Leme, já de ha muitos anos Cardeal Arcebispo, S. Eminência, dirigiu-lhe a seguinte carta :

“Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1941. — General Francisco José Pinto — M. D. Presidente da U.C.M.

Atendendo ao desejo expresso no officio que, em 22 de Março me dirigiu V. Excia., em nome da União Católica dos Militares, tenho a satisfação de lhe enviar os nomes dos capelães para a assistência religiosa dos militares, no Distrito Federal.

Conforme solicitação da mesma carta, foi designado ainda um sacerdote para fazer parte do Diretório da U.C.M., com atribuições de Assistente Eclesiástico e Capelão Geral dos Militares.

Aproveito o ensejo para aqui frisar o afetuoso interesse com que minha alma de sacerdote e de brasileiro acompanha, abençoando e aplaude a farta messe de frutos espirituais colhidos pela U. C. M., em sua já gloriosa existência de 17 anos.

Na impossibilidade de citar o nome de todos os beneméritos officiais que, na direção da U. C. M., tantos serviços prestaram, não há quem não reconheça que poderemos com justiça concretizá-los em o nome do Sr. Coronel... o servidor de todos os tempos e de todas as horas.

Lícito nos é, igualmente, acentuar que, na hodierna prosperidade da U.C.M., muito se deve à dedicação de V. Excia.,

cujo nome prestigioso vale por afirmação de virtudes, em todos os setores da sua vida privada, profissional e pública.

E, pois, com religiosa comoção que de Deus Nosso Senhor imploro as mais eleitas graças para toda a família da U. C. M. e para o seu grande apostolado, no serviço dos mais altos interesses das forças armadas e do Brasil.

Abençõe Deus, muito particularmente, a V. Excia. e seus dignos colaboradores no Diretório da nossa querida U. C. M. (a) — *Sebastião Cardinal Arcebispo.*”

O Gen. Pinto, exaltando a bondade de S. E., respondeu-lhe assim :

“Rio de Janeiro, 23 de Julho de 1941. Eminentíssimo Cardinal D. Sebastião Leme. DD. Arcebispo do Rio de Janeiro. Respeitosos cumprimentos.

E' muito grato para mim acusar recebida a carta de 20 de Junho último, na qual V. E. traduz sua paternal costumada benevolência para com a nossa União Católica dos Militares, concedendo-lhe os favores da assistência eclesiástica, designando-lhe ilustres sacerdotes com o título de Capelães dos Militares para assistência religiosa de nossos camaradas desta Arquidiocese, e propiciando-me, a mim e todos os meus associados da família mauriciana, com indulgência e favores especiais em Cristo N. S..

Não podemos esquecer que tem sido com o estímulo, os conselhos e as bençãos de V. Ex que a nossa U. C. M. pôde iniciar seus passos, desenvolver-se, elaborar seu Estatuto, promover seu apostolado e irradiar-se pelo Brasil em fóra. Seus primórdios nasceram dos frutos da Procissão Eucarística do Centenário — a 1 de Outubro de 1922 — promovida por V. E. nesta Capital, em a qual 12 oficiais católicos fardados tiveram a piedosa ousadia de desatrelar os fogosos cavalos do carro triunfal, que conduzia o Cristo-Rei, e de transportá-lo desde o Flamengo até o altar-monumento erigido à Praça Mauá.

Foi sob os auspícios e a inspiração de V. E. que esse mesmo grupo de oficiais católicos promoveu aquela impor-

nente concentração de militares na Praça da República, em 1924, — por ocasião do Jubileu de S. E., o Cardial Arcoverde, no qual 3.000 homens de farda — do Exército, da Marinha, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros — realizaram a primeira grande comunhão coletiva de classe, da qual resultaram a Páscoa dos Militares e todas as demais páscoas coletivas que tiveram surto e que se vieram consolidando mais e mais em nossa Pátria.

Foi com êsse feliz começo que nossa Páscoa dos Militares se irradiou e se consolidou até em em nossas mais afastadas guarnições brasileiras, como se fôra uma tradição secular.

E'-nos também muito grato recordar que quando V. E. instituiu a Adoração Perpétua nesta capital, em Maio de 1926 — coube à U. C. M., por designação de V. E., a noite de 24 para 25 de cada mês, comemorando-se naquela primeira efeméride a vigília de Tuiuti, em que, segundo a magnífica descrição de Dionísio Cerqueira, os militares do Exército — como primeiro nuncio da vitória — cantaram em pleno campo de batalha, num câro de mil vozes, a sua oração tradicional — "O' Virgem da Conceição"...

Devemos recordar ainda que foi com a emulação dêsses primeiros movimentos de apostolado que a U. C. M. solicitou e obteve, pela primeira vez na vigência da República, por designação da Arquidiocese de São Paulo, na campanha do Paraná, em 1925, o seu primeiro Capelão dos militares em serviço de guerra, na pessoa do então frei Luiz de Santana, hoje ilustre bispo de Botucatu.

E' muito grato lembrar também que, dentre as distinções que mais me sensibilizaram na vida, foi, evidentemente das maiores, a que me coube, por decreto do governo, como chefe da Casa Militar do Eminentíssimo Legado Pontifício, Cardial Eugênio Pacelli, hoje Pontífice reinante, durante sua visita e hospedagem oficial nesta capital, em Outubro de 1934. Quando o Itamarati houve por bem apresentar, por parte do Exército, o meu nome e o de meu camarada Coronel R. Silveira

de Melo, para compôr aquela Casa Militar, sei, fê-lo por consulta e indicação de V. E., como associados da U. C. M..

A partir das primeiras atividades esparsas de arregimentação católica no Exército, constituiu-se nesta capital o Diretório da U. C. M. com o bafejo eclesiástico e a paternal deferência de V. E.. Tornou-se, então, possível a fundação de Núcleos nas guarnições dos Estados, e, bem assim, as manifestações públicas de fé de nossos mauricianos, especialmente nas festas eucarísticas. Nesta capital V. E. concedeu aos nossos oficiais fardados a guarda de honra do pátio nas procissões de Corpus Cristi e foi com grande desvanecimento da nossa parte que 40 oficiais, em quatro fileiras magníficas, precederam o cortejo do carro eucarístico no majestoso préstito do I Concílio Brasileiro, realizado em 1940.

Pelos Estados do Norte, do Sul, do Centro e do Oeste, SS. Excias. os Srs. Arcebispos e Bispos deram suas bençãos e seu beneplácito às atividades da U. C. M., prestaram-lhe valioso patrocínio e nos propiciaram Capelães dos Militares, cujo zelo e cujos impulsos teem animado a ação católica de nossos camaradas, a assistência religiosa nas unidades e nos hospitais e a participação religiosa nas festas militares.

E tão grande tem sido o prestígio deferido, pelo Episcopado e pelo clero brasileiro, à nossa U. C. M., que, até os Srs. Interventores, Prefeitos e autoridades civis de muitos Estados se associam às nossas festas coletivas e nos dão seu apoio. O mesmo veem procedendo muitos de nossos Comandantes de Regiões e de Guarnições.

E não podemos calar o reconhecimento que, em consequência dêsse concurso de benevolência que presta o Episcopado à nossa U. C. M., muitas associações piás nos veem dando piedosa cooperação de trabalho, de auxílio, de animação às páscoas, tais são, entre outras, as Noelistas, as Congregações Marianas, as Irmãs Vicentinas e Franciscanas. E é com especial deferência e gratidão que menciono a colaboração da Congregação das Missionárias de Jesús Crucificado, que, no seu uniforme exterior de pescadoras de almas, se têm associa-

do de modo tão íntimo à celebração de nossa Páscoa dos Militares, que, em muitas guarnições, a nossa festividade é como que impulsionada por sua diligente atividade cristã e patriótica, visto que sendo congregação brasileira, sente como nós, em nossa festa máxima, o palpitar do coração do Brasil aos pés do Cristo.

Outrossim, cumpre ainda registrar entre nossas efemérides, que a U. C. M. já se filiou aos Congressos Eucarísticos brasileiros, tendo participado do de Recife em 1939, onde foi instituído o "Dia dos Militares". Afim de manter essa tradição, o nosso Diretório teve a honra de dirigir-se nesse sentido a S. Excia. D. José de Affonseca, Arcebispo Metropolitano de S. Paulo, encarecendo-lhe a designação do "Dia dos Militares", no IV Congresso Eucarístico de 1942 e a participação de Capelães dos Militares e de oficiais da U. C. M. como conferencistas, para apresentação de teses adequadas aquele certame eucarístico. A êsse pedido tivemos carinhosa acolhida e deferimento.

De como vimos enumerando, podemos asseverar — e o nosso Estatuto o reafirma — que a nossa associação, por ser rigorosamente católica, alistou-se decididamente como entidade auxiliar nas atividades da Ação Católica, tendo em vista precipuamente a assistência religiosa e a formação cristã dos homens de farda. E, por isso mesmo, o nosso Diretório quer viver submisso à hierarquia eclesiástica, de cuja autoridade deseja receber a direção, o estímulo e a força, para realização de seu apostolado e para santificação dos esforços de seus associados.

Enunciando sucintamente as atividades da U. C. M. e as prerrogativas que vem recebendo de V. E. e do Episcopado brasileiro, devo exaltar as que V. E. se dignou conceder-nos por suas letras de 20 de Julho último, outorgando-nos as benções oficiais da Igreja, a aprovação de nosso Estatuto, a assistência eclesiástica e Capelães para o fomento da religião nas corporações militares.

Ajudada pelos favores recebidos, a U. C. M. esforçar-se-á mais e mais em “promover, desenvolver e entreter a vida cristã nas classes militares”, cooperando com a Igreja e com a Pátria na formação cristã e patriótica dos homens de farda.

Renovo, pois, a V. E., com os meus agradecimentos pessoais, os votos de gratidão e de filiação espiritual de nosso Diretório e de toda a U. C. M. (a) — General de Divisão Francisco José Pinto, Presidente”.



E muitas outras ocorrências poderia enumerar. Mas não preciso ir além para pôr em relêvo a grande estima e a especial benevolência que o nosso caríssimo Cardial nutria e manifestava por aqueles que S. E. tinha em conta de grandes amigos — “pedaços de nossa bandeira” — os soldados.

LAPIDAÇÃO DE PEDRAS SIMI-PRECIOSAS

RUA 1.º DE MARÇO, 153—1.º ANDAR

Odília Leite Kessler

Tel. 23-1861

Rio de Janeiro

A. S. Sampaio & Cia. Ltda.

FORNECIMENTOS EM GERAL

ALFAIATARIA CIVIL, MILITAR E COLEGIAL

Avenida Gomes Freire, 114—Terreo

Fone 42-7703

Rio de Janeiro

EXCERTOS

General DAUDIGNAC — As realidades do combate. Fraquezas, heroísmo, pânicos. Tradução — Cel. R. B. NUNES, da Reserva de 1ª classe.

(Continuação).

A questão dos fogos — Examinemos agora, do ponto de vista do tiro, êsse sêr emocionado, para não dizer outra coisa; êsse homem de carne e osso, compelido a atirar num inimigo que atira nêle.

Haveis de convir que o homem no campo de batalha não se parece, em nada, com o homem que atira ao alvo em tempo de paz.

Quando as balas sibilam ou estalam em seu derredor, quando os obuses rebentam com estridor, quando a morte está em tôda a parte, visível, tangível, apodera-se de todo o seu sêr uma profunda perturbação, o animal alteia a voz e protesta, o soldado sente-se diminuído a contragosto.

As perturbações psico-fisiológicas que nêle se operam, em presença do perigo, traduz-se, já dissemos, habitualmente sob a forma abatimento ou sob a forma agitação.

Se quizerdes algumas indicações mais precisas sôbre os efeitos do medo do ponto de vista fisiológico, acrescentarei que há:

1º — Enevarmento dos músculos da vontade, tremura, cessação dos movimentos que se tornam, depois desordenados e febrís;

2º — Suspensão da respiração, opressão, contração da garganta, do que resultam oscilações involuntárias; o homem não é mais senhor de seu organismo;

3º — Há, enfim, constrição espasmódica dos vasos, palidez, afluxo de sangue ao coração, dilatação das pupilas, etc.

Que resulta disso?

Modificando-se a irrigação das células cerebrais, as faculdades intellectuais do homem são atingidas, a associação de idéias não se processa mais, o poder de julgar e de fixar a atenção diminui; a dilatação da pupila não lhe permite mais ver a alça, ou a vê confusamente; visa com a massa de mira e até com o cano, sem perceber.

Em resumo, o homem, dominado pela comoção atira com precipitação no campo de batalha, não utiliza a alça, visa com a extremidade do cano, e até aperta o gatilho antes de ter visado.

Se a comoção se intensifica, sob a ação do instinto de conservação de que se torna escravo, atira não importa aonde e até sem apoiar a arma ao ombro, como o "gefreite" Arnold; suas balas perdem-se no espaço ou a alguns passos dêle; atira sejam quais forem as ordens de seus chefes, aos quais não vê nem ouve mais; atira ainda que não haja inimigos em sua frente, e até nos camaradas que estiverem diante dêle.

Eis o tiro de guerra.

Esboçamos um quadro assaz empolgante, talvez um tanto exagerado, a fim de fazer ressaltarem com nitidez os caracteres dêsse tiro. Mas, não o esqueçamos, êles se apresentam a todos, no campo de batalha, em qualquer grau, e ninguém está completamente isento dêles. Os testemunhos que se seguem, emanam de chefes autorizados.

"... Devo, diz o general Trochu, a observações e a experiências longamente adquiridas, poder convencer-me de que as tropas em linha, submetidas à emoção do combate, não atiram com justeza, seja qual fôr o grau de preparação que se julgue terem alcançado. Atiram adiante de si, e muitos homens apenas levam a arma ao ombro."

"O perigo de ser atingido por tiros de fuzil, escreve o príncipe Carlos (o de 1870), não é grande sinão a distâncias médias, nas distâncias menores, em lugar de aumentar, o perigo

diminui à medida que se vai chegando mais perto do inimigo, e acaba por cessar quase inteiramente.

"A coisa se explica, naturalmente: quanto mais o inimigo se aproxima, mais pressa se tem de atirar, e mais se visa com imperfeição. Tão logo se apoia o fuzil ao ombro, o tiro parte, quase sempre muito alto." (*Arte de combater no exército francês*)

"... O atirador, diz o coronel Ardant du Picq, que conservou um pouco de sangue frio, bem deseja ajustar o tiro; mas a agitação do sangue, do sistema nervoso, se opõem à imobilidade da arma que tem em mãos; ainda que apoiada, a arma participa sempre da agitação do homem. Este tem, ademais, a pressa instintiva de disparar o tiro que pode deter a bala que lhe é destinada, antes de partir, é, por pouco que o fogo seja intenso, esta espécie de raciocínio vago, se bem que não formulado no espírito do soldado, domina com toda a força, entrega ao império do instinto de conservação até os mais bravos, os mais sólidos, que atiram, então, maquinalmente, e a maioria atira sem apoiar sequer, a arma ao ombro."

Estas leis, tão velhas quanto o fuzil, explicam por que os sargentos da guarda francesa, em Fontenoy, tinham a missão de utilizar suas compridas bengalas para abaixar os fuzis dos atiradores.

"Com a graça de Deus, dizia Cromwell a seus soldados, e visai os cordões dos sapatos."

Ouçamos ainda o general Libermann:

"... Somente as anturezas de escol conservam, em meio ao combate, a plenitude de suas faculdades; infelizmente, elas são raras.

"Mais do que outrora, é de temer-se, hoje, o enervamento e a perturbação dos sentidos que se apodera da massa dos combatentes.

"Admitindo-se que, mediante uma disciplina vigorosa, educação perfeita, pelo estímulo e o patriotismo, se consiga manter o soldado no combate, fazê-lo avançar e transformá-lo até num herói, não será menos impossível, com isto, dominar-

lhe os sentidos e garantir-lhe a calma necessária para ajustar um tiro de fuzil.

Os homens, durante a luta, servem-se do fuzil como o animal de suas defesas naturais, com precipitação ou com frenesi, mas sempre com os nervos mais ou menos convulsionados."

E conclui: "E' preciso não contar com o tiro ajustado no campo de batalha."

Citemos, enfim, um fato que revela quanto são poucos os combatentes que conservam o sangue frio; trata-se do tempo em que os fuzis se carregavam pela bôca.

O relatório oficial do combate de Guettysburgo, em 1864 (guerra de Secessão americana, vitória do partido Sulista), refere o seguinte:

"... Em 22 mil fuzis carregados, encontrados no campo de batalha, sômente 6 mil continham apenas um cartucho; 12 mil tinham dois cartuchos superpostos; no último quarto, encontraram-se cargas triplas, quádruplas e até sextuplas; num fuzil havia 22 balas entremeadas de cargas de pólvora."

Estas perturbações psico-fisiológicas do homem explicam de maneira bastante nítida a diferença entre os resultados obtidos nos polígnos e os do campo de batalha. Quem não se surpreendeu, com efeito, do pequeno número de homens feridos por bala, comparado com a quantidade enorme de munições consumidas num combate?

As leis estabelecidas por meio das experiências feitas nos polígnos, vê-se, não são mais aplicáveis à guerra; não são mais verdadeiras nesse momento.

A eficácia do tiro não depende da alça mais ou menos exata determinada por quem comanda, nem de sua habilidade técnica em deslocar os agrupamentos. A eficácia, no combate, depende, antes de tudo, do estado d'alma dos atiradores.

Que não se venha falar, debaixo do fogo inimigo, em fogos de regulação e fogos de salva.

Tôda esta ciência complicada, de alças conjugadas, de regulações, de telêmetros, de percentagens prováveis, nenhuma aplicação encontra na guerra, a não ser em circumstancias extre-

mamente raras em que o homem não corra o menor perigo, ou não sinta a menor comoção, admitindo-se que isto seja possível, mesmo quando êle sabe, por exemplo, que, combatendo contra selvagens, a superioridade de suas armas lhe garante um triunfo fácil.

A eficácia do tiro, em tempo de guerra, assenta, acima de tudo, no moral do combatente.

Não se deve concluir de tudo isto que pregamos a supressão da instrução de tiro; será sempre útil, em campanha, dispor de alguns bons atiradores que conservem o sangue frio, e ter chefes capazes de dirigir o fogo e de obter do instrumento homem, quando não estiver desorientado pela emoção, um rendimento apreciável; será sempre indispensável dispor de homens exercitados.

Pensamos, com efeito, que ao lado do fator moral, sem dúvida preponderante, há outro fator que pode exercer influência considerável sobre a eficácia do fogo no combate: é a instrução prática do atirador.

A instrução do atirador é susceptível de reforçar a ação moral do homem no campo de batalha e até de supri-la numa certa medida.

Em consequência da educação dos músculos, da coordenação adquirida de suas contrações, da rapidez crescente das transmissões nervosas, o esforço a produzir para atirar fica sensivelmente reduzido.

O homem, desde que a comoção não lhe prive senão de uma parte de seus meios, pode ainda visar, pouco mais ou menos, e utilizar as possibilidades físicas que lhe restam para obter resultados aproximados, isto é, produzir um efeito útil.

Se a instrução prática que recebeu foi levada até ao automatismo, a emoção poderá tornar-se-lhe intensa; a pupila, dilatada, poderá impedi-lo de ver nitidamente a alça; poderá tornar-se incapaz de raciocinar seus atos precipitará os tiros, atirará, talvez, sem conta, mas seus braços, guiados pelo hábito, continuarão apesar de tudo a agir com a regularidade do tempo de paz; a arma se colocará instintivamente na direção do ini-

migo, a extremidade do cano não se levantará; leva a arma ao ombro, visa e atira inconscientemente; será ainda um atirador respeitável.

A instrução prática levada assim a um alto grau, tem, além do mais, excelente influência moral sobre o atirador.

O homem seguro de sua destreza no tiro chega ao campo de batalha confiante em si mesmo, engrandecido pela consciência de sua força e é mais difficilmente desmoralizável.

E' preciso fazer do soldado um atirador de precisão a fim de infundir-lhe confiança absoluta em sua arma; é mister, ao mesmo tempo, torná-lo um atirador de companhia.

Papel do comandante de pelotão — Eis aí quanto ao homem; agora, algumas palavras ao comandante de um fração.

A efficácia do tiro não depende unicamente do fim que se quer alcançar, do objetivo que se quer bater, da instrução dos atiradores e do alcance da arma; depende, além disso, da possibilidade de obter resultados úteis. Ora, esta possibilidade, inteiramente subordinada à energia moral de que os homens possam ser capazes, muda tudo.

Não é bastante, a um comandante de pelotão, conhecer seu officio: é também necessário que seja um psicólogo. Deve saber ler a fisionomia de seus homens a soma de calma de que são capazes, e o esforço de precisão que lhes pode pedir.

Dessas observações decorre sua maneira de proceder.

O papel do comandante de fração, do ponto de vista profissional, é certamente muito importante; do ponto de vista moral, é imenso.

A começar do momento em que o gélido deus — o Mêdo — penetra a medula dos ossos, quando a carne treme e cada qual se sente defronte da morte, o official tem cousa melhor que fazer do que verificar alças ou deslocar agrupamentos; sua missão é mais elevada.

A alguns passos à retaguarda de seus homens, que abrigou o mais possível, ajoelhado ou de pé, se fôr preciso, deve dominá-los com sua bravura calma; vigia-os e, com palavras bené-

volas, um gracejo lançado com oportunidade, reergue a energia daqueles que a emoção do perigo atormenta.

Auxilia-os nessa luta que travam consigo mesmos; toma sobre eles o ascendente moral que os grandes caracteres obtêm sempre nas crises decisivas, mantêm-nos na mão, fâ-los atírem lentamente e impede que as armas se levantem.

Sua superioridade moral lhe confere o ascendente que lhe facultará regular e dirigir o fogo de seus homens; sua energia de caráter criará a disciplina e a eficácia do fogo.



Dirigindo-me a oficiais convencidos da grandeza de sua missão, para mostrar-lhes que é preciso contar com as fraquezas humanas, pretendi fazer-lhes compreender as dificuldades da direção das tropas no combate, a fim de inspirar-lhes o desejo de empenhar todos os esforços para sobrepujá-las.

Depois de ter ouvido chefes experientes, deveis convencer-vos de algumas verdades muitas vezes conservadas na sombra, e que resumirei sem rodeios nem subterfúgios.

Sabei, portanto:

Que o homem não gosta de ir ao encontro da morte;

Que o soldado nem sempre é bravo;

Que os homens não vos seguirão sempre;

Que só raramente conseguis fogos ajustados;

Que os homens atirarão, frequentemente, a despeito de vossa vontade.

Levai em conta tôdas estas fraquezas; elas não vos impedirão de ir ao combate com plena confiança se vos esforçastes, com pertinácia, por elevar o moral do soldado, por preparar-lhe o coração e o espírito ao mesmo tempo que os braços e as pernas.

Quem se dedica a seus homens capta-lhes a confiança que nasce do afeto e do interesse por eles percebidos, da superioridade intelectual e moral revelados e dos exemplos que lhes são dados.

E vereis, então, o quanto vale em campanha o soldado que estima seu chefe e nêle confia.

Sentireis seus olhares fixados sôbre vós, consultando-vos o que é preciso fazer, sobretudo nos momentos difíceis, e, muito embora nesses momentos fale a besta humana, e o instinto de conservação o angustie, a massa há de seguir-vos se tiverdes sabido incutir-lhe a vontade de cumprir com seu dever.

Há no soldado francês um amor-próprio imenso ligado a um devotamento absoluto por quem sabe conquistá-lo. Utilizai judiciosamente êsses sentimentos, e a tropa marchará apesar da emoção.

Questão de educação, logo, questão de quadros.

Chefes prontos a perecerem com honra, imporão a seus soldados o ânimo do sacrifício.



Heroismos — Se no combate existem fraquezas, há também heroismos.

Os atos de bravura não são raros em nosso exército; citam-se com prazer e certamente tereis lido a vossos soldados muitas narrativas em que o heroismo dos antepassados resplandece.

Existem atos de heroismo individual, como os há coletivos: tropas inteiras, empolgadas de uma bravura louca, têm efetuado cousas espantosas e lutado, até ao fim, em circunstâncias difíceis em que muitas outras teriam cedido ante a superioridade das forças inimigas.

Dentre os mais admiráveis feitos de bravura coletiva, citaremos o combate de Diernstein (novembro de 1805), em que as tropas do corpo Mortier, completamente cercadas pelos russos, abriram bravamente uma passagem através das fileiras inimigas.

Lembrarei apenas um dois mais belos: o combate de Sidi-Brahim (1845), em que o 8º batalhão de caçadores lutou até seu último homem.

Falamos bastante dos peltrões; vamos ter o prazer de narrar pormenorizadamente o combate de Fère-Champenoise (março de 1814) em que o heroísmo de uma tropa de soldados franceses se alçou às raias do sublime.

Combate de Fère-Champenoise (24 de março de 1814).

Nesse dia, duas pequenas divisões de infantaria (Paethod e Amey), depois de terem pernoitado em Sezannes, procuravam reunir-se a outro corpo francês, para os lados de Etoges.

Havia um efetivo total de 4.300 homens, e, excetuado um pequeno batalhão do 54º de linha, todos eram guardas nacionais e conscritos apenas exercitados, aos quais chamaram de Marias-Luizas, enquadrados, é verdade, por velhos soldados de Napoleão, que regressavam da Alemanha.

Durante a marcha, receberam ordem de se encaminharem para Fère-Champenoise, e, como a cavalaria russa acabasse de aparecer e se preparava para atacá-los, as tropas formaram quadrados; o primeiro ataque foi repellido, e a marcha continuou em seis quadrados.

Os quadrados marchavam dispostos em ordem oblíqua, de maneira a cruzar fogos à frente de tôdas as faces e, sempre fustigados pela cavalaria inimiga, apoiada por baterias a cavalo, continuam a retirada no meio de turbilhões de cavalaria.

Havia já quatro horas que marchavam assim, sob a metralha, e sofrendo cargas da cavalaria inimiga de quarto em quarto de hora, sem que nenhum quadrado se houvesse desmantelado. Os generais franceses, mais surpreendidos que os próprios russos, pela intrepidez dêsses soldados de tamancos e chapéus redondos, esperavam ainda chegar a Fère-Champenoise.

Ao avistarem as elevações que dominam esta cidade, perceberam que numerosas tropas as ocupavam.

Julgou-se ter alcançado o corpo de Marmont, mas a ilusão durou pouco; uma formidável descarga de artilharia, que lhes abre claros nas fileiras, anuncia-lhes que se acham em presença de novo inimigo.

A retirada para Fère-Champenoise tornára-se impossível; Pachod decide alcançar os pântanos de Saint-Gond; se conseguir chegar lá, poderá desafiar todos os ataques da cavalaria.

Os franceses já não formam senão quatro quadrados; três dos seis quadrados, reduzidos a um insignificante número de baionetas, tiham-se fundido num só.

Puzeram-se estóicamente em marcha na nova direção; ainda uma vez, vararam a massa dos cavalos.

Mas, esta massa engrossava a cada passo; no fim, já lá estavam 20 mil cavaleiros inimigos; os franceses já não eram mais de 3 mil.

Marcharam ainda seis quilômetros debaixo dessa tempestade de cavalarianos. O inimigo só interrompia as cargas para permitir que as baterias metralhassem os intrépidos batalhões. Após cada saraivada, os infantes cerravam as fileiras e recebiam os cavaleiros a tiros de fuzil e pontões de baioneta. Repelida a carga, reencetavam a marcha.

Demolidos pelos obuses, só um quadrado foi destroçado.

Os três quadrados restantes iam atingir os pântanos de Saint-Gond, quando um regimento de couraceiros e as baterias que os haviam ultrapassado com facilidade, os imobilizaram inteiramente com o fogo de 48 canhões.

Propuseram-lhes que se rendessem, mas os soldados, exasperados, ébrios de pólvora, de ruído e de sangue, aceitaram magnânimamente o próprio destino e só pensaram em matar ou morrer. Negaram-se a dar ou receber quartel.

A luta recomeçou, selvagem e desesperada. Os soldados não queriam render-se, mas Pachod julgou que, depois de uma resistência tão longa e tão valorosa, seu dever de chefe lhe impunha poupar o restante de seus homens. Pediu que a artilharia cessasse de atirar e entregou a espada.

Pouco depois, o quadrado do general Delort, metralhado por várias faces, e tendo esgotado todos os cartuchos, abateu as armas.

O último quadrado resistia ainda. Nova saraivada de obuses abriu enorme brecha naquelas muralhas vivas; a cava-

laria penetrou por ela, sabreando os soldados desunidos, que se defendiam corpo a corpo, procurando abrir passagem para os pântanos de Saint-Gond.

Daqueles 4.300 homens que haviam marchado sete léguas combatendo contra 5.000, e depois contra 10.000, e finalmente com 20.000 cavalarianos apoiados por uma artilharia formidável, 500 tinham conseguido alcançar os pântanos; 1.500 homens e numerosos feridos se tinham entregado depois de desespirada resistência; mais de 2.000 juncaram o campo de batalha.

Não havia ninguém, diz o general Debort em seu relatório, que não tivesse ido além do que a honra prescrevia, mas não encontro expressão para render homenagem aos guardas nacionais e aos conscritos.

O epíteto de bravos e de heróis não é bastante forte e enérgico para dar a idéia precisa de seu procedimento.

Eis, senhores, o que podem fazer, o que fizeram conscritos bem enquadrados.

Honra aos Marias-Luizas!

APÊNDICE I — *Do medo* (extraído dos Preconceitos Militares, por um oficial prussiano, o príncipe de Ligne). — ... De todos os animais, o homem é o mais medroso.

... Quanta gente brava, pelo que se diz, não treme ao encontrar-se sózinho num bosque, em noite de tempestade? O próprio vento não impede de dormir? Muitos vi, aos quais o mugido das vagas do oceano dava à fisionomia êsse ar de espanto que vem da privação dos sentidos, êsse ar, enfim, que um bateria de canhões muitas vezes imprime.

... O medo do outro mundo, que nos ensinam o mais cedo possível, nos faz senti-lo ainda mais frequentemente neste, nos momentos em que somente a voz da honra devia ser ouvida.

Assim sendo, cumpre saber prezar os que marcharam na trilha dos heróis e muitas vezes os que gozavam dessa reputação.

Se se estudam as fisionomias antes da batalha, fica-se sabendo o que se deve fazer; uma cousa bastante singular que

sempre vi acontecer é que, no alto destinado ordinariamente a pôr em ordem os regimentos, fazê-los repousar e dar-lhes as últimas instruções, manifesta-se uma grande quantidade de necessidades, na maior parte de suas linhas.

A absolvição geral que se lhes dá em seguida, não os fortalece contra as fraquezas da natureza. A ordem distribuída na véspera não contribui mais para serená-los; quase sempre era concebida nestes termos:

“Amanhã nos poremos em marcha com a graça de Deus; tomaremos as armas aos três primeiros tiros do canhão de alarma; os cirurgiões se acharão no centro, os capelães à esquerda e as carretas para o transporte de feridos, à direita.”

Quão diferente era a maneira do grande homem cuja ordem encontramos no bolso dos oficiais mortos em Collin, e que dizia:

“Amanhã bateremos o inimigo; depois de amanhã marcharemos para Viena.”

Não sei se será por não sabermos inspirar o valor que imperava outrora nos exércitos de Roma e de Cartago; mas o que é certo é que a metade dos que vi morria de medo antes de começar, e a metade restante não estava absolutamente tranquila, não tinha ares de segurança; há que dividi-la em diferentes classes.

Na primeira, os bravos por temperamento; é a minoria, mas é a mais segura. Na segunda, os bravos por reflexão; têm mais mérito, mas são duvidosos.

Na terceira, os interesseiros; são os menos interessantes, porque é para conservar os cargos que ocupam, e para conseguir novos, que afrontam a morte.

Pode-se até subdividir esta classe em duas partes: os ambiciosos assaz resolutos, têm um fundo de honra que os torna capazes de empreender tudo. Avaliaram a vantagem e o perigo, e se atiram com bastante firmeza para conservarem o sangue frio que caracteriza, a mais bela das bravuras.

A menor subdivisão desta classe assemelha-se tanto às pessoas que se deixam simplesmente levar, que muito pouco

serviço presta durante o combate. Têm tanta má vontade, mal-dizem tanto, têm idéias tão embrulhadas, auxiliam-se tão pouco mostram caras tão desanimadas, empunham tão mal a espada, que os reconhecemos facilmente. Aconselharia ao general comandante que os fizesse vigiar a fim de dar outro caráter à tarefa que lhes cabe executar.

Num dia de batalha, um ar bem disposto, um cavalo soberbo, uma escolta magnífica, os apuros como para uma festa, se houver tempo, tudo isto é notado pelo soldado e lhe inspira prazer e confiança naquele que o conduz jovial e brilhantemente à morte ou à vitória.



APÊNDICE II — *Os que procuram esquivar-se.* (Extraído de uma brochura sobre *A Justiça militar em tempo de guerra*, do ten. cel. Senault — 1881.)

O coronel cita o seguinte trecho da carta que lhe enviou o capitão da reserva J. Parent:

"... Eu era segundo sargento do 4.^o de caçadores da Africa e partia com um destacamento de meu regimento, que ia de Monstaganem para Arzeu, a fim de embarcar para a Criméa.

"Durante a marcha, um caçador para numa macéga, apôia, espalha na areia a cevada que se destinava a seu cavalo, e sapateia sobre ela afim de fazê-la desaparecer. Não via que eu lhe observava os movimentos. Chego a galope. Verifico o fato. Como punir êsse miserável? Apodéro-me do açúcar, do café, do biscoito e do fumo, e lanço tudo ao chão, para fazer companhia à ração do cavalo.

"Na Itália, num bivaque, um cavalo está com o bernal no focinho, mas não come; apalpo, e encontro terra e pedras em vez do milho que distribuíam para substituir a avêia...

"Durante a marcha, um cavalo, à fôrça de escoucear e empinar, desloca a sela; ordeno ao cavaleiro que apêie e retire a sela. Mando-lhe que desdobre a manta e verifico a pre-

sença de uma pedra angulosa colocada nas dobras da manta, com o fim de ferir o cavalo para que seu dono fôsse enviado para a retaguarda.

“Não falo dêsses salafrários pusilânimes que cravam um corpo estranho no pé de sua montada quando se trata de uma operação no dia seguinte; dos que lhe dão ponta-pés brutais no ventre; dos que, no bebedouro, impedem que o cavalo beba, ou que, depois de longa caminhada, se apressam em desseelar o cavalo e dar-lhe agua quando ainda alagado em suor, negando a este bravo companheiro os mais recomendáveis cuidados, para que adoeça, e possa, assim, seu cavaleiro escapar-se para o comboio.

“São todos fatos criminosos, cuja repressã, que eu saiba, não é considerada por nenhum código de justiça militar.”



APÊNDICE III — *Estado moral do combatente.* (Extraído do *Estudo da Tática*, a propósito da guerra de 1866; brochura traduzida do alemão, em 1869, pelo tenente Fureí-Raynaud.)

... Supor que nossos soldados sejam todos bravos, porque descendem de uma raça de heróis, seria um erro.

Se pudéssemos admitir que os soldados cumprissem seu dever unicamente por prazer, no campo de batalha, ter-se-ia um exército invencível, ao qual se tornaria inútil o ensino da tática.

Mas o homem é um composto de instinto de conservação, de egoísmo, de inércia, de paixões e de todos os germens susceptíveis de gerarem as qualidades morais.

Somente uma educação moral poderá desenvolver esses germens.

Quando a consciência foi desenvolvida desta maneira no homem, não somente elle sabe, como comprehende e sente, que em opposição aos apêlos dos sentidos há forças morais mais elevadas, às quais é preciso sacrificar de maneira absoluta a totalidade de seus instintos, e até a própria vida.

E' verdade que para chegar até lá é necessário lutar. Que homem poderá afirmar que encara a morte com olhos indiferentes, embora o ardor do combate não o leve a desprezar o perigo, e sim a esquecê-lo?

Quanto menos desenvolvida fôr esta força moral, mais predominante será o instinto dos sentidos.

Para o homem do povo, habituado a trabalhos penosos ou arriscados, os instintos são antes adormecidos pelo hábito, do que realmente vencidos. Desdenha o perigo ao qual se habituou; aterroriza-se com o que desconhece.

A grande massa dos soldados marcha para o fogo sem hesitação, porque seu bom senso natural lhes diz que é preciso ir, e que hesitar é vergonhoso. Se não vão de bom grado, pelo menos aceitam de boamente o mau jogo. A força da razão faz o resto; se ela não se acha plenamente desenvolvida, existe, ao menos, em germen, em cada qual.

Enquanto sabe que os chefes os têm sob as vistas, o soldado sente instintivamente o efeito da força moral à qual se submete voluntariamente.

E', entretanto, precisamente no momento em que o perigo e a morte se aproximam que se rompe, instantaneamente, o equilíbrio moral: o chefe lança o olhar para a frente, para o inimigo; a tropa corre ao encontro das balas que sibilam em seu derredor; o homem vê a morte diante de si e, a seu lado, um fôssco assaz cômodo; é como a tentação do roubo: atira-se nêlo apressadamente.

A companhia, dentro em pouco, está longe; os primeiros que chegam após êle tomam-no por um ferido. Então, se levanta: é um *desaparecido*. Ninguém pensa em interrogá-lo; os únicos que têm o direito de fazê-lo estão na frente. Por vezes, então, vai procurar tornar-se útil num lugar menos exposto; por outras, contenta-se com perambular; a ocasião faz o ladrão.

O que acabamos de dizer não é raro, e se reproduz de cem maneiras diferentes. E', geralmente, porque os homens

desaparecem assim, que muitas companhias se rarefazem ao fogo com rapidez surpreendente.

No dia seguinte, à hora do café, todos reencontram suas companhias com um instinto notável.

O mesmo homem que, vigiado, se teria conduzido bem, procede mal quando perdido de vista.

E sejamos francos, não é verdade que esse fenômeno é de tal maneira geral entre os homens, que se reproduz em todos com as diferenças inerentes a cada natureza?

O oficial que sente os olhos do chefe fitos nêle, opera prodígios. Que este mesmo oficial esteja isolado, que seja abandonado a si mesmo, a superexcitação decai, todos os instintos físicos, tôdas as lutas morais readquirem o império, e elle não fará mais do que estritamente aquillo que seu dever lhe impõe.

Do que precede, pode tirar-se esta conclusão: é que se faz mister vigiar as tropas. E' preciso, numa companhia, collocar um official em serra-fila, ao qual será interdito, por sua honra, ultrapassar seus homens a fim de colhêr louros. Será fácil, então, conduzir ao fogo a unidade inteira.



APENDICE V. — *Coragem e pusilanimidade.* — (Extraído das Recordações da guerra de 1870, do general Thoumas.)

... M. Corbon, que morreu senador, era prefeito da VII circunscrição de Paris desde 4 de setembro de 1870. Contou-me que no dia do combate de Châtillon, 19 de setembro, prenderam vários homens do 4.^o regimento de zuavos que, derrotados, tinham vindo até à rua de Grenelle; julgavam-se traídos e alegavam que não lhes haviam dado cartuchos; revisitáram-nos e cada um dêles tinha perto de cem.

Por singular contraste, a guerra gera no coração dos homens, ao mesmo tempo, os mais nobres sentimentos de abnegação, de devotamento, de confraternização a par das paixões

mais vis, a pusilanimidade, o egoísmo, o esquecimento completo do pudor diante do instinto de conservação.

Este contraste apresenta-se frequentemente nas guerras infelizes, com um povo impressionável, surpreendido pela derrota, com soldados improvisados que não sabem ainda o que é sentir-se ombro a ombro nas fileiras.

Certamente, a guerra de 1870-71 deu ensejo a atos de heroísmo individuais ou coletivos, mas a par disto, houve exemplos bem tristes de desencorajamento e falta de patriotismo.

... Quando o general Chanzy, depois dos combates travados em Vendôme e no Loir, veio instalar-se na frente de Mans, os regimentos foram enviados, cada um por sua vez, para as casernas desta cidade a fim de serem inspecionados e de receberem tudo quanto lhes faltasse.

Em consequência, ordenei a um capitão de artilharia, de minha inteira confiança, que fôsse a Mans com a missão de prover os soldados com o número regulamentar de cartuchos que lhes cabia.

Encaminhei, ao mesmo tempo, para aquêlê ponto, um considerável aprovisionamento de munições.

Passados alguns dias, o capitão telegrafou-me dizendo ser inútil mandar-lhe novas remessas visto que os homens aos quais se havia feito a distribuição de cartuchos, apressavam-se, na sua maioria, em desembaraçar-se dêles atirando-os pelas escadas quando saíam do quartel.

Bastava ajuntar a munição e distribuí-la de novo, no dia seguinte, à tropa que substituísse a anterior; essa, procedia de igual maneira.

Os soldados que assim se conduziam, não tinham, evidentemente, grande desejo de combater.


O mesmo se dirá dos que quebravam a agulha do fuzil chassépot, amassando-a com a vareta, ou que lançavam fora a arma para alegarem estar desarmados; encontrou-se considerável quantidade de fuzis no fundo dos tanques e lagoas.

Entremettes, as tropas que enfrentavam o inimigo, sob as ordens de Chanzy, batiam-se heróicamente.

Não era a primeira vez que tal sucedia nos exércitos franceses.

Já em 1793, quando foi preciso bater em retirada ante o inimigo vencedor, no Norte, a Éste e na fronteira dos Pirineus, os fugitivos, tomados de pânico, chegaram em bandos ao interior do país, ao passo que as retaguardas, compostas de veteranos, de regimentos de linha, ou de alguns batalhões de voluntários devotados, aguentavam com bravura o choque do inimigo, retardando-lhe a marcha.

(Continúa)



**Espadas que protegem
- precisam também
de Proteção!**

Brasso
dá brilho
aos metais!



A GEOPOLITICA DAS NOSSAS FRONTEIRAS .

CEL. LIMA FIGUEIREDO

Examinando-se o nosso linde, verificamos que ainda há trechos completamente neutros, por não terem sido ainda desbravados, impedindo um jôgo de interêsses entre os países colindantes. Isto succede no alto Oiapóque, nas serras Tumucumaque, Paracaima e Parima, no Içãna, no Uaupés, no Javari, na serra Contemana. Nas regiões abrigadas por êsses acidentes geográficos, a natureza se mantém quase que totalmente virgem, posto que foram apenas visitadas pelos bravos demarcadores ou pelos cúpidos caçadores de caucho, borracha, balata ou essência de páu rosa. Os seus habitantes são quase exclusivamente selvagens como acontece na fronteira das guianas francesa e holandesa e no divisor Amazonas-Orenoco, ou semi-civilizados como se verifica nas demais regiões supra citadas. Ao longo do Içãna e dos Uaupés e de outros tributários da direita do Negro, os índios estão quase encorporados à civilização e através dêles há pequenas transações com a Colômbia. Entretanto o curso dêsses caudais entrecortados de cachoeiras sucessivas não permitem tão cedo melhor intercâmbio.

Há zonas fronteiriças que estabelecem uma corrente positiva, isto é, atraem os produtos das que lhes ficam vizinhas no pays estremeno. A grande calha coletora formada pelo Negro, Japurá, Içá, Negro, Marañon, Ucaiale, Juruá, Purús e Madeira, seus afluentes e sub-afluentes.

O canal Cassiquiare permite, e no futuro isso mais se acentuará, uma corrente em duplo sentido — os produtos escoar-se-ão ora pelo Orenoco ora pelo Amazonas.

O Solimões será a via natural de tudo que, oriundo da Colômbia e do Perú, for extraído ou produzido aquém dos Andes, barreira natural que impede uma expansão fácil em direção ao Pacífico. As vias de comunicação, cruzando a cordilheira por mais aperfeiçoadas que venham a ser, nunca poderão apresentar a mesma viabilidade oferecida pelo "caminho que anda".

O Juruá, o Purús e o Madeira são correntes fortemente positivas e carreiam para o Brasil tôda a produção da gleba peruana regada pelos dois primeiros nos seus altos cursos e da pujante planície boliviana banhada pelo Madre de Dios, Bení e Guaporé.

O Paraná e o Paraguai são correntes negativas, levam os nossos produtos para os países vizinhos favorecendo-os. A estrada de ferro Noroeste do Brasil e o seu prolongamento pela Brasil-Bolívia quiçá ainda venham contrabalançar a facilidade de escoamento pela via fluvial. Essas ferrovias completadas pelo ramal Campo Grande-Maracujú-Ponta Porã, a estrada Sorocabana e a navegação acima das Sete Quedas no Paraná poderão formar um sistema de atração de interesses econômicos, não só levando os produtos do Paraguai e do leste da Bolívia a Santos, como abastecendo êsses países de tudo que lhes possa fornecer o Brasil.

Na fronteira com a Argentina a corrente econômica é negativa, corre com as águas do Paraná em busca de Buenos Aires.

Ao longo do Uruguai e na fronteira com o Estado do mesmo nome há correntes nos dois sentidos, consoante as condições econômicas de cada época exijam uma absorção pelo Brasil ou uma dispersão para a Argentina e para o Estado Oriental. As vantagens do comércio ora estão conosco ora com êsses nossos vizinhos.

A mesmíssima coisa sucede às margens do médio e baixo Oiapóque, atravessadas pelas correntes de interesses em algumas ocasiões favoráveis à praça de Caiena e outras à de Belém.

Há dois pólos de atração das riquezas na hinterlândia: a embocadura do Amazonas e a foz do Prata. O imponente e futuroso Planalto Central, ainda desocupado, que aparta, em ter-

ritório brasileiro, essas duas grandes bacias, quando forem desenvolvidas as suas condições econômicas e estiver ligado, pelos trilhos das estradas de ferro e pelas fitas das rodovias, ao Atlântico, desviará muitas linhas de forças que, atualmente, buscam o Prata. O devassamento, a ocupação e consequente dinamização do planalto Central será o nosso primeiro problema geopolítico a resolver, se quisermos, de fato, galgar a escalada do progresso.

A criação dos territórios de fronteira irá, de fato, desenvolver a nossa faixa extremenha. Instituídos, tendo por base do seu programa fundamental: sanear, educar e povoar, como disse o Dr. Getúlio Vargas, constituirão uma das equações do sistema que exprime o nosso problema geopolítico.

Se a densidade demográfica das regiões abrangidas por esses territórios crescer, nêles teremos verdadeiros redutos de resistência, sob todos os aspectos que quisermos considerar. Todavia há de mistêr não deixá-los isolados. Precisamos garantir-lhes boas e fáceis comunicações com o resto do país.

O território do Iguassú tem o Paraná como uma saída para o norte. Está em construção a rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu. Contudo seria de bom alvitre que fôsse concluída a estrada de rodagem Palmas-Clevelândia-Dionísio Cerqueira, com a transversal Palmas-Iguassú (ex-Laranjeiras).

O território do Iguassú tem o Paraná como uma saída para tem fáceis comunicações e tê-las-á ainda melhores quando a estrada de ferro chegar á fronteira paraguaia.

O território do Guaporé tem uma larga e bela porta, de escoamento pelo Madeira, porém seria interessante que pudesse contar com uma saída pelo Sul, como por exemplo, a rodovia em construção ligando Vila Bela a Porto Esperdião e S. Luiz de Cáceres, além do caminho através do picadão da linha telegráfica Porto Velho-Vilhena-Cuiabá.

O território do Rio Branco está ilhado, pois não se pôde considerar como comunicação os cursos atravancados de pedras dos rios Branco e Negro, que só permitem navegação em perio-

dos de cheia. Urge a abertura da estrada ligando Boa Vista a Manaus.

O Território do Amapá só tem comunicação pela periferia. A rodovia Macapá-Clevelândia se impõe, afim de que o miolo seja convenientemente explorado.

Unidades do Exército que fôsem localizadas nêsses territórios com o fito de dotá-los de vias de comunicação, além de manter a ordem e defendê-las quando necessário, prestariam um serviço de elevado alcance ao Brasil.

Os portugueses quando conquistaram o espaço territorial que, agora, estamos, lentamente, procurando socializá-lo, iam levantando fortes nos pontos chaves das linhas de invasão, sem poupar sacrifícios. Ainda hoje se podem ver gloriosos vestígios em Macapá e Santarém no Amazonas, em São Joaquim no Tacutú (formador do Branco), em São José de Merabitanas, São Gabriel e São José de Manaus no rio Negro, em São Francisco Xavier de Tabatinga no Solimões, em Príncipe da Beira no Guaporé e em Coimbra no Paraguai.

Sem nem de leve, ter pensamento de ver nossa fronteira "maginotizada", seria bom que seguissemos o exemplo dos nossos bravos e queridos avós lusitanos, pois, segundo Jacques Ancel, a fronteira é "uma isóbara política que fixa, por algum tempo, o equilíbrio entre duas pressões".

CONFEITARIA ESTORIL

SERVIÇO ESPECIAL PARA CASAMENTOS, BATISADOS
E BANQUETES.

L

Rua dos Romeiros, 26-B e 42-A

Telefones: 30-3073 e 30-1894

PENHA

RIO DE JANEIRO

OS PORTOS ARTIFICIAES DA NORMANDIA

(Per JOHN J. MANNING, Contra-Almirante do
Corpo de Engenheiros Navais da Marinha dos
Estados Unidos).

(Traduzido da revista The MILITARY ENGI-
NEER, de dezembro de 1944, pelo Cel. PAULO
MAC CORD).

Uma das conclusões da primeira conferência de Quebec constituiu em assentar que a invasão do Continente seria feita, de preferência, pelas praias abertas, ao invés de se utilizarem para isso os portos já providos de instalações próprias. Uma invasão em semelhantes circunstâncias, a ser realizada dentro de razoável distância da costa inglesa, foi considerada empresa excessivamente arriscada, mesmo durante os meses de tempo favoráveis. Ficou, por isso, decidido que tais praias recebessem instalações de emergência capazes de proporcionar o abrigo indispensável à sua ininterrupta utilização, desde o primeiro dia de invasão até que portos verdadeiros fossem capturados e postos em condições de funcionamento.

A delegação britânica propôs que tal proteção se realizasse por meio da construção de portos artificiais. Cada um dêles consistiria em uma série de quebra-mares compostos de elementos que seriam pré-fabricados na Inglaterra e suscetíveis de fácil transporte e rápida instalação. Atrás dêsses quebra-mares, sob a sua proteção, seriam colocados estruturas de trechos de cais do tipo "Lobnitz", previamente conjugadas e conduzidas para o local, onde seriam fixadas. Esses trechos de cais, por sua vez, ligar-se-iam à praia por intermédio de uma ponte flutuante constituída de elementos padronizados e conjugados.

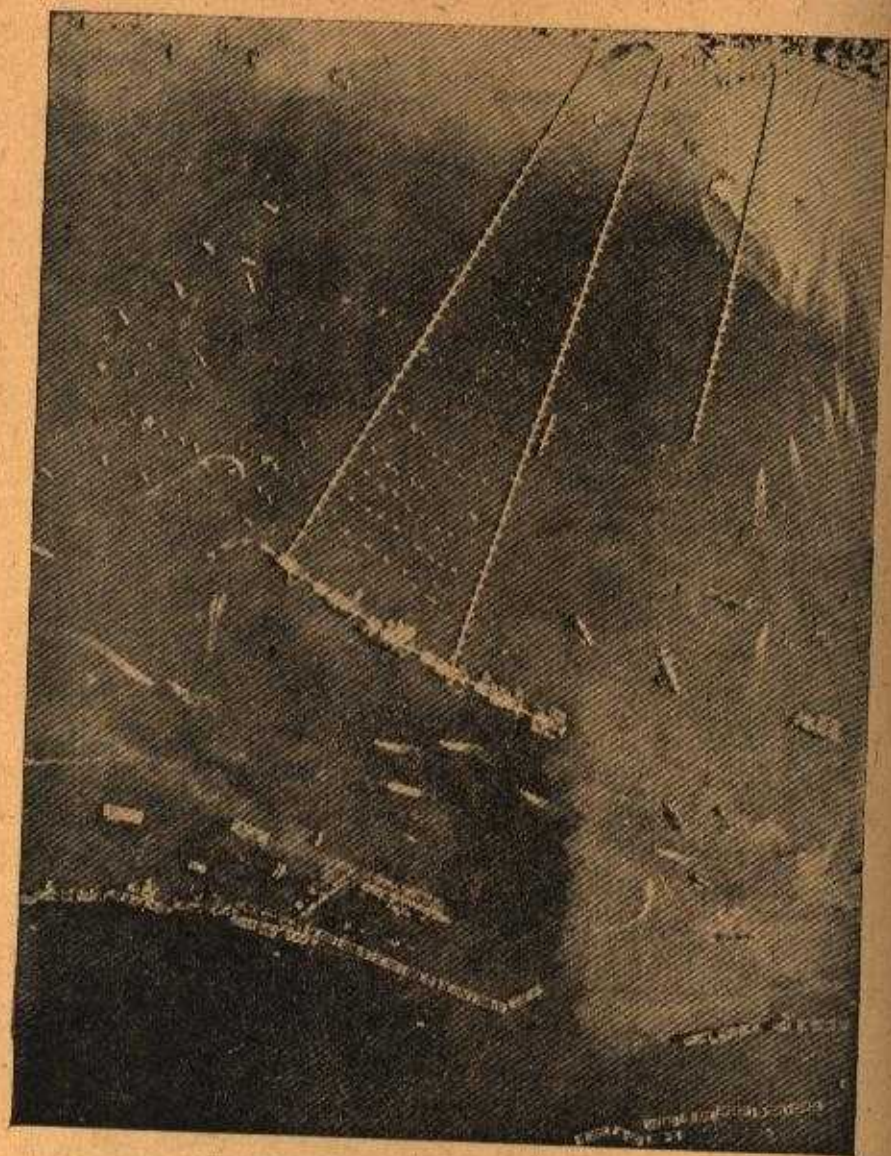


Fig. 1 — Vista aérea de parte de um porto artificial na costa da Normandia (Pág. 388 da revista The Military Engineer, de dezembro de 1944)

Como complemento, cada pôrto artificial disporia de um segundo quebra-mar em águas menos profundas, para servir principalmente de abrigo para as pequenas embarcações.

Ficara estabelecido que haveria no total cinco praias de invasão, duas das quais seriam dotadas de portos artificiais organizados da maneira acima indicada. As demais praias possuiriam apenas os quebra-mares secundários destinados às pequenas embarcações. As praias reservadas aos americanos seriam em número de duas, uma delas com pôrto artificial. As praias reservadas aos britânicos seriam em número de três, uma delas, também, com pôrto artificial.

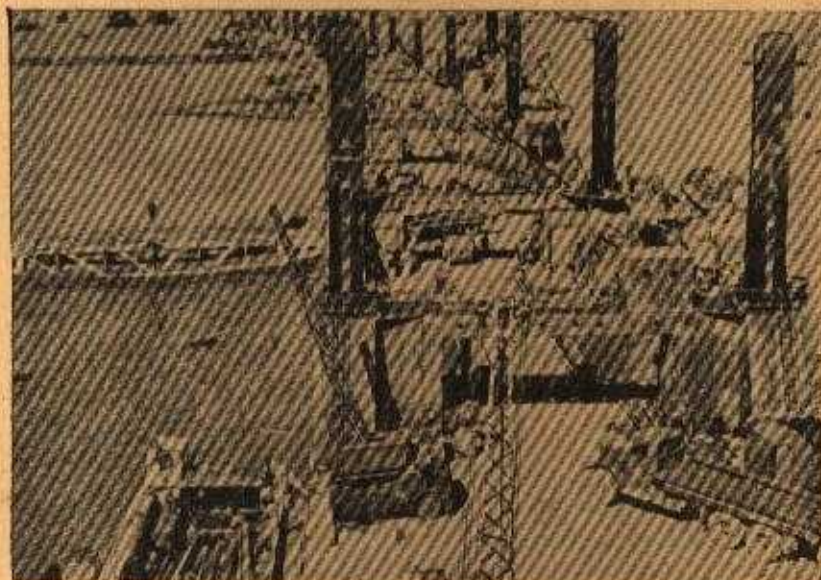


Fig. 2 — Vista longitudinal de um cais constituído de elementos Lobnitz. (Pág. 389 da mesma revista)

A missão da engenharia consistia em assegurar a constituição de um pôrto artificial em que os navios da Liberdade pudessem fundear afim de trasbordar a sua carga para as chatas ou saveiros, juntamente com a existência de um cais que permitisse o descarregamento ininterrupto, dia e noite, das embar-

cações de desembarque de material (LST) e dos pequenos navios costeiros, bem como o escoamento seguro da tropa transportada pelas embarcações de desembarque de pessoal (LCT) ou outros barcos menores. As instalações correspondentes deveriam ficar concluídas no mais curto prazo possível, mau grado as terríveis condições atmosféricas do Canal da Mancha e uma amplitude média de maré de 6,50 metros sobre uma praia inclinada de 0,66 por cento.

ESCOLHA E FABRICAÇÃO DOS ELEMENTOS.

Na determinação do material a ser utilizado na construção dos portos artificiais, vários tipos de elementos de formação dos quebra-mares principais foram considerados. Entre eles figuraram os de ar comprimido, os constituídos por navios flutuantes ou por navios afundados, uma unidade especial constituída de estrutura de concreto e sacos cheios de gás e, finalmente, os caixões de concreto flutuante. No que se refere aos quebra-mares secundários, destinados a prover abrigo às pequenas embarcações, ficou desde logo definitivamente resolvido que seriam constituídos de navios flutuantes. Os trechos de cais e a ponte flutuante já haviam sido objeto de estudos anteriores, nenhuma dúvida havendo quando à conveniência do seu emprêgo. O exame dos vários tipos de quebra-mares principais resultou na adoção dos caixões de concreto reforçado, como sendo os que mais satisfaziam as condições exigidas. Foi ainda prevista a construção de unidades cruciformes de aço, flutuantes, a serem dispostas por fora e paralelamente ao caixão do quebra-mar principal, com o objetivo de abater a impetuosidade das ondas e permitir, por êsse meio, a ancoragem de maiores navios ao largo do pôrto artificial.

Naturalmente, os navios a serem afundados para constituirem o quebra-mar secundário deveriam provir de fontes adequadas, aproveitando-se as classes mais antigas e mais precárias de navios, inclusive um vaso de guerra britânico considerado absoleto.

A proximidade da Inglaterra às praias de invasão, os reboques relativamente pequenos a fazer e a impraticabilidade de pré-fabricar nos Estados Unidos e daí remeter os elementos integrantes dos portos artificiais, induziram à decisão de que todos aqueles elementos fossem construídos em diversos pontos do Reino Unido, de onde seriam conduzidos, após conveniente reunião. Os detalhes dos trechos de cais e da ponte flutuante,

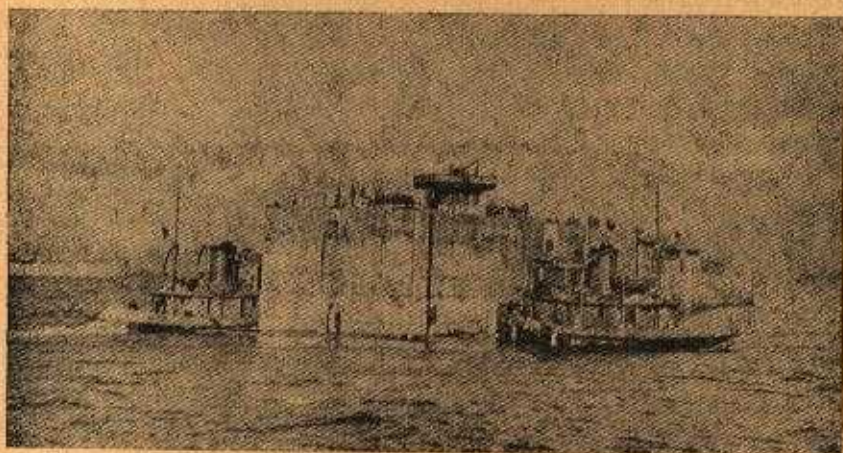


Fig. 3 — Caixões de concreto ao serem colocados em posição e afundados, para formação do quebra-mar. (Pág. 390 da mesma revista)

assim como os dos elementos cruciformes de quebra-mar, foram completados pelos britânicos. O projeto completo dos caixões foram preparados em conjunto pelas marinhas americana e inglesa, sendo o projeto final oferecido aos britânicos, com os quais ficou a responsabilidade definitiva de todos os projetos.

A instalação dos diversos elementos nos portos artificiais esteve sob as ordens do Comando Naval Aliado e a cargo de um contra-almirante da Marinha Real. Sob o comando geral desse oficial, as forças americanas ficaram incumbidas da instalação dos vários elementos referentes às praias e portos artificiais americanos, enquanto que aos britânicos se reservou a instalação correspondente aos portos e praias que lhes eram destinados. Entretanto, todo o serviço de ancoragem e a instalação dos

quebra-mares cruciformes nas praias de ambas as nacionalidades seriam da alçada dos britânicos.

A fabricação dos caixões necessários, tanto para os portos artificiais americanos como ingleses, dentro do tempo disponível até a hora crítica, constituiu problema de magnitude pouco vulgar no Reino Unido e capaz de pôr à prova o limite da sua capacidade produtora. A curteza daquele tempo não permitiria o desenvolvimento do trabalho em série, senão a construção quase simultânea de todos os elementos. Tornou-se necessário, portanto, improvisar canteiros de trabalho, fábricas e equipamentos em muitas localidades, chegando-se, às vezes, a duplicar as áreas disponíveis para tal. Alguns diques secos foram utilizados como estaleiros de construção, e outros estaleiros complementares foram preparados, juntamente com as rampas indispensáveis, afim de perfazer o número necessário a assegurar pleno êxito no dia mareado.

Muitos empreiteiros de construção foram contratados para a realização dos trabalhos, tendo sido cada um limitado à

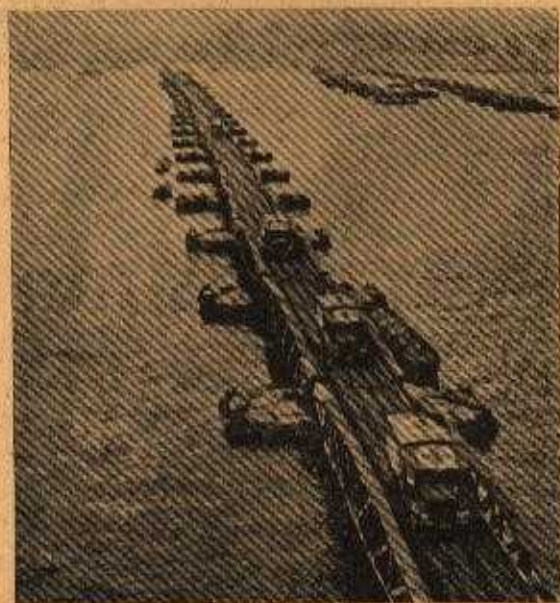


Fig. 4 — Ponte flutuante entre o cais e a praia. (Pág. 390 da mesma revista)

capacidade que sua organização lhe facultaria dentro do tempo restrito. Providências especiais foram tomadas para a produção das quantidades solicitadas de aço reforçado. Outras providências e concessões, também especiais, foram postas em prática, afim de que não faltasse a mão de obra indispensável. Os trabalhos de construção foram empreendidos dia e noite, sete dias por semana. Deve-se ao espírito de cooperação existente entre os construtores do Reino Unido a execução dêsse pesado programa no mais curto prazo, mau grado as condições de esgotamento dos recursos em pessoal e material. Para se ter idéa dêsse programa basta considerar que 147 unidades destacadas, a maioria das quais era equivalente em tamanho a um edifício de concreto reforçado de cinco andares, foram concluídas em um período de cerca de oito meses.

A construção dos trechos de cais e da aparelhagem das pontes foi empreendida por todo o Reino Unido, em estabelecimentos industriais existente. Foi feita aplicação corrente do processo de sub-empregar os vários trabalhos, para maior rapidez da execução. De modo geral, essas estruturas eram constituídas de formas e chapas padronizadas, reduzindo-se ao mínimo as especificações especiais. Cada trecho de cais compunha-se de uma barcaça de aço equipada com quatro estacas de fixação, uma em cada canto, e dotada de um sistema de energia próprio, de maneira que a elevação da barcaça, ou do trecho de cais, pudesse ser controlada pelo mecanismo de funcionamento das estacas. Os trechos de cais eram ligados à praia por lances de pontes de vigotas apoiadas em pontões de concreto ou aço convenientemente ancorados. A fabricação e a montagem dos elementos de pontes foi realizada de maneira semelhante a dos trechos de cais.

INSTALAÇÕES COMPLEMENTARES.

Os elementos acima descritos retratam o pôrto artificial tal como fôra originariamente concebido. À medida que os planos militares se desenvolveram e os detalhes da operação

foram estudados, a extrema urgência de levar homens e material às praias ocupadas pelo inimigo, a pé enxuto, logo nas primeiras fases da invasão, tornou-se cada vez mais premente. Criaram-se, então, para êsse fim, mediante a utilização de material obsoleto da Marinha dos Estados Unidos os transportadores sôbre pontões flutuantes e as pontes de desembarque sôbre pontões afundados.



Fig. 5 — Tropas descendo de um barco LCT sobre o leito enxuto de uma ponte de desembarque construída com pontões afundados. (Pag. 391 da mesma revista)

Os tabuleiros destas últimas abrangia a largura de dois ou quatro pontões juxtapostos, lado a lado, e estendia-se de um ponto em terra firme situado ao nível da premar a um ponto dentro d'água localizado no nível da vasante. Isto equivalia, na realidade, a uma faixa de praia prolongada mar a dentro ou a uma estrada ao longo da qual todos os tipos de embarcações, desde o LCT até os menores, poderiam descarregar homens e equipamentos, em qualquer maré. Para cada praia e cada pórtio artificial foram previstos duas dessas pontes.

O transportador construído com pontões NL dos Estados Unidos, e também empregado nas praias e portos, possuía seis pontões no sentido da largura e trinta no do comprimento, com as dimensões totais de 9,50 metros e 56,00 metros, respectivamente, e era equipado com dois motores de propulsão e uma

rampa de prôa, pela qual se faria o desembarque direto da carga trazida pelos barcos LCT. Todos os elementos das pontes de desembarque e dos transportes foram reunidos em várias bases do Reino Unido pelos componentes da Reserva Naval dos Estados Unidos.

TREINAMENTO DO PESSOAL.

Tôdas as atividades da Marinha dos Estados Unidos na Inglaterra estiveram sob a direção do Comando das Forças Navais Norte-Americanas na Europa, em cujas bases era realizado o conveniente treinamento do pessoal, juntamente com a manutenção e reparação do material de desembarque.

O treinamento dos norte-americanos foi empreendido simultaneamente com a fabricação e reunião de todos os elementos destinados aos portos artificiais.

Antes do dia D, todos êsses elementos e as respectivas guarnições achavam-se reunidos em várias zonas prontos a serem enviados para as praias de invasão. O pessoal da Reserva da Marinha dos Estados Unidos (Seabees) recebeu a incumbência de tripular os citados elementos durante a travessia do Canal e ainda localizá-los nos pontos de destino e assegurar aí o seu funcionamento, com exceção dos quebra-mares construídos de navios afundados que seriam postos em posição e afundados pelas forças regulares da Marinha.

A tripulação de cada caixão de concreto estava fixada em seis homens dispuha de uma arma anti-aérea. Ao chegar à margem oposta, o caixão seria transferido a uma turma de afundamento, substituindo-se os rebocadores da travessia por outros do próprio pôrto. Cada caixão seria conduzido ao local definitivo e imerso até tocar o fundo por intermédio de válvulas de inundação construídas na própria estrutura.

Cada trecho de cais seria tripulado por dezesseis homens, incumbidos de guarnecê-lo durante a travessia, colocá-lo na posição definitiva com o auxílio dos rebocadores do pôrto e fazê-lo funcionar, finalmente.

Os caminhos sôbre pontões seriam reunidos em seções de 50 metros de comprimento, rebocados até o ponto de destino, colocados em posição e aí mantidos. Os transportadores seriam rebocados isoladamente para as proximidades das praias e guarnecidos e operados por tripulações especiais.

O controle de todo o serviço de reboques esteve sob a direção da Reserva Naval dos Estados Unidos, tendo constituído tarefa hercúlea desempenhada com inexcedível êxito.

DIA D.

A partir do dia D, os elementos começaram a chegar na ordem prevista, sendo distribuídos e colocados na respectiva posição com exatidão cronométrica, apesar da ação do inimigo e da excitação e relativa confusão inevitáveis durante os primeiros instantes de um assalto. Os caixões de concreto, passando as mãos das turmas de afundamento, foram por estas localizados e afundados, com incrível rapidez. Analogamente, os trechos de cais e os elementos das pontes flutuantes foram conduzidos aos pontos adequados e aí ancorados. As pontes de



Fig. 6 — Transportador carregado. (Pág. 392 da mesma revista

desembarque sôbre pontões afundados foram estabelecidas em tempo recorde. Cada uma destas operações serviu para demonstrar a perfeição técnica alcançada durante o longo estudo realizado e a experimentação e treinamento levados a efeito com elementos reais e completos, manobrados de maneira exata-

mente igual à da respectiva instalação no local definitivo. Conquanto, por força das circunstâncias, o período de treinamento efetivo de manobra dos diversos elementos não tenha tido a duração que seria de desejar, a precisão e a extensão com que, tanto possível, foi realizado, refletiram-se na relativa facilidade da operação e no seu tempo de execução.

Os transportadores, uma vez completos e prontos para imediato emprêgo, foram rebocados para a praia de destino por embarcações LST, ali depositando no dia D a carga que traziam.

Desde êsse dia, 6 de junho, até 19 do mesmo mês, a instalação de todos os elementos do pôrto prosseguiu de acôrdo com o plano traçado, progredindo de forma altamente confortadora.

DISTRUIÇÃO CAUSADA POR FURIOSA TEMPESTADE.

Infelizmente, a 19 de junho, um ciclone cuja intensidade e direção eram inteiramente imprevisíveis, de acôrdo com as observações meteorológicas até então registradas, veio causar uma solução de continuidade nessas operações. Nesta ocasião, 85 % dos trabalhos de construção do pôrto achavam-se concluídos, todos os seus elementos (trechos de cais, pontes flutuantes, pontes de desembarque e transportadores) funcionando satisfatoriamente. Para maior desgraça, a tempestade não foi de curta duração, mas continuou a aumentar de intensidade em proporções incompatíveis com as possibilidades de trabalho, assim se mantendo por um período de cerca de quatro dias.

A fúria das intempéries foi bastante para afundar ou afrouxar nas ancoragens todos os elementos cruciformes dos quebra-mares exteriores, deixando muitos dêles sôltos sôbre as águas. Havia grande número de embarcações pequenas apanhadas desprevenidas pela tempestade. As âncoras foram arrastadas ou os cabos de amarração partidos, ficando muitas embarcações desarvoradas, as quais, por força de colisão com outras, produziam nestas o próprio desgoverno. Não havia esperanças quase de salvar qualquer embarcação desgarrada, devido às péssimas condições atmosféricas e à confusão resultante. Diversos elementos do quebra-mar de caixões de con-

creto reforçado foram cobertos pelas vagas e sofreram o em-
bate de embarcações e objetos flutuantes, danificando-se a ponto
de alguns ficarem destruídos quase até a altura da vasante e
tornarem-se em consequência, ineficientes como quebra-mar.
É interessante notar, que, em alguns casos, um elemento con-
seguia, isoladamente, nada sofrer, enquanto os que se lhe acha-
vam adjacentes eram completamente destruídos até o nível da
baixa-mar. Apesar da massa dos trechos de cais e da robustez
de suas estacas, foram êles suficientemente sacudidos a ponto
de serem as estacas arrancadas dos seus apóios e os trechos de
cais ficaram flutuando a êsmo. As extensas linhas de pontos
que ligavam os trechos de cais às praias funcionavam como
verdadeira barreira contra a qual se chocavam tôda a espécie
de embarcações e objetos flutuantes. A acumulação de tais des-
troços contra as pontes aumentava a medida que a tempestade
continuava, e elevava-se em muitos casos, até uma altura acima
do nível d'água, arrancando as pontes de suas ancoragens, dis-
torcendo-as grandemente e, em algumas ocasiões, revirando-as
completamente.

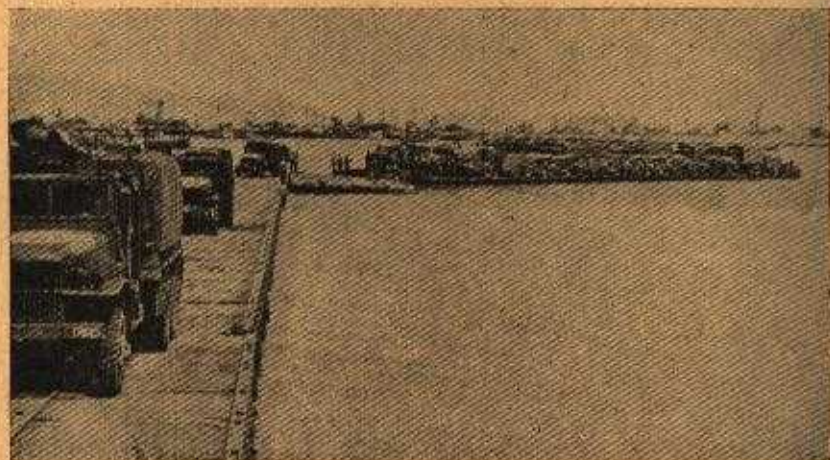


Fig. 7 — Transportador descarregando em uma ponte construída com pontões afundados. (Pág. 393 da mesma revista)

As pontes de desembarque sobre pontões afundados, além de serem deslocados, tinham suas plataformas cheias de todos os tipos de embarcações arremessadas pela água. Durante a fúria da tempestade, os transportadores encalharam na praia, e pelo menos uma vez, um dêles foi lançado, de modo imprevisível, muito acima do ponto de maré máxima. As embarcações do tipo LCT e menores viram-se cuspidas na praia, completamente de bôrco. Após o cessação do ciclone a 23, o espetáculo que se contemplava na praia desafiava a fortaleza do ânimo mais forte. Sem desmaio, entretanto, e como resultado de esforços heróicos e incessantes, o trânsito de suprimento sôbre a praia foi reiniciado, pela utilização de todos e quaisquer meios, numa rapidez verdadeiramente incrível. Uma vistoria nos danos conduziu à conclusão de que seria impraticável restaurar o porto artificial primitivo tal como fôra planejado, dentro do tempo disponível.

Sobrepondo-se à já pesadíssima tarefa de colocar os materiais em terra, apresentava-se a de recuperação dos mesmos materiais, em face da magnitude e da extensão das avarias causadas. Ficou decidido que as operações prosseguiriam, encalhando-se na praia todas as embarcações de desembarque, incluindo as LST, e descarregando-se os navios de grande calado pela utilização frequente de pequenas embarcações anfíbias, muito valiosas pela velocidade e facilidade de manobra, quer dentro d'água quer em terra.

Durante a tempestade, o quebra-mar de navios afundados ficou também danificado, porque todos os vasos tiveram as chapas de costado partidas, inclusive os grandes navios de guerra britânicos. O uso contínuo de grande número de pequenas embarcações de desembarque exigia-se tomasse alguma providência para assegurar sua proteção daí por diante, tendo sido resolvido, então, que o quebra-mar em aprêço fosse reforçado com a instalação de navios e caixões de concreto adicionais.

FUNCIONAMENTO DO PÔRTO APÓS A TEMPESTADE

Depois da tempestade, as praias continuaram a ser ininterruptamente utilizadas, descarregando-se pelas mesmas grandes quantidades de homens, suprimentos e equipamentos. Os transportadores, agora inteiramente usados no transporte de veículos motorizados vindos pelos navios cargueiros, estiveram todo o tempo em contínuo serviço. Analogamente, as pontes de desembarque sobre pontões submersos continuaram a ser regularmente utilizadas, permitindo o recebimento do material e pessoal trazidos pelos transportadores, pelas embarcações LCT e por outras, tendo constituido o meio pelo qual milhares de unidades de equipamento e milhares de homens foram colocados em terra sem se molharem. O valor dos

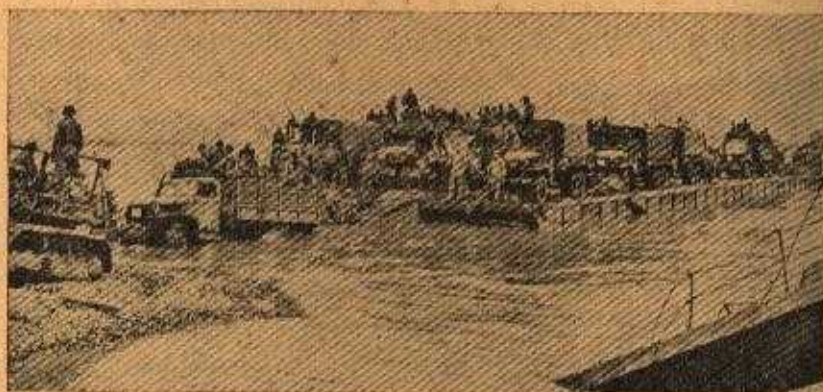


Fig. 8 — Transportador descarregando diretamente na praia.
(Pág. 394 da mesma revista).

transportadores e das pontes de desembarque, pela simplicidade de sua construção, pela rápida substituição das partes danificadas e por não apresentarem elementos pesados e estorvantes, provaram ser de inestimável préstimo em operações dessa natureza. Entre as vantagens que possuem, sobressaem as seguintes, além das já mencionadas: utilização de pequenos elementos facilmente manejáveis, simplicidade de montagem, facilidade de transporte, quer montados ou não, rapidez de instalação e reparos de execução elementar.

CONCLUSÃO

A concepção dos portos artificiais em escala tão arrojada constituiu tarefa ingente. A fabricação dos diversos elementos, o seu transporte, a sua instalação e a sua utilização adequada no ponto de destino anteriormente à tempestade, demonstraram cabalmente a praticabilidade do projeto, sabiamente delineado, pois que se baseou na possibilidade de uma tempestade mais violenta que as até então registradas nos períodos de ano correspondentes ao da utilização dos portos artificiais, mas de intensidade inferior ou, no máximo, igual à que inesperadamente sobreveiu, do que resultou o prejuízo descrito.

De qualquer maneira, a ousadia e a grandeza da concepção e a firmeza com que foi realizada a tremenda operação serão por muito tempo lembrados na história das atividades militares.

E' interessante notar que a contínua e espetacular atuação dos homens da Reserva Naval prolongou-se pela operação afora. Começando com a construção das bases de treinamento disseminadas pelo Reino Unido, o pessoal referido, após deixar atrás de si as turmas necessárias à conservação e exploração daquelas bases, deslocou-se para diante, afim de preparar, reunir e construir alguns dos variados elementos a serem empregados na invasão. Desta maneira, construíram os transportadores e as pontes de desembarque sobre pontões, dedicando-se em seguida ao treinamento do seu manejo, de que se encarregam ainda hoje. Logo que dispuseram de caixões de concreto, lançaram-nos ao exercício de reboque e afundamento, colocando-os finalmente no pôrto artificial americano. Incidentalmente, após a data da invasão, chegaram a construir, mesmo, alguns desses caixões.

Desde os primeiros passos desta operação até o seu final, os componentes da Reserva Naval revelaram, por sua adaptabilidade às diversas espécies de trabalho, constituir força continuamente eficaz, digna do conhecido lema que adotou: "PODEMOS FAZER".

"GALÁPAGOS, RÉPLICA NO PACÍFICO, DE BASES ESTRATÉGICAS DO ATLÂNTICO"

Pelo Ten. Cel. ADALARDO FIALHO

INTRODUÇÃO.

Sob a pressão da guerra no Pacífico, os Estados Unidos obtiveram do Equador, em 1924, concessão para o uso de bases em Salinas, no território metropolitano desse país e no arquipélago de Galápagos, situado a 864 milhas a Sudoeste do canal do Panamá e também pertencente áquela República andina.

A concessão foi obtida por um simples "acordo entre cavalheiros" e foi logo seguida por um desembarque de tropas americanas em Galápagos.

Seja porque a presença dessas tropas no arquipélago, até hoje, esteja causando incômodo aos equatorianos ou seja pelo fracasso das negociações que o governo do Equador tentou levar a efeito com o dos Estados Unidos, numa tentativa para negociar um acôrdo *escrito*, regulando, em termos precisos, a questã, o fato é que houve, muito recentemente, grande celeuma no Congresso do Equador a respeito da cessão dessas bases.

Chegou-se a exigir, em sessão secreta, a presença do ministro das Relações Exteriores no Congresso, a fim de dar explicações pessoais sobre o caso.

A imprensa de Quito secundou a ação dos congressistas e chegou a bradar contra o "imperialismo yankee".

A solução do caso foi adiada e o representante equatoriano, em Washington, recebeu instruções do seu governo para não ceder mais territórios equatorianos aos Estados Unidos.

Parece que os americanos, em troca de um empréstimo de 15 milhões de dolares ao Equador, para melhoramentos sanitários e de estradas, pleiteavam a cessão de bases aereas em Galápagos, operadas em conjunto e *permanentemente*.

Procuremos compreender a razão desses fatos.

Para isso, vejamos, em primeiro lugar, o que são as ilhas Galápagos e qual a sua situação geográfica.

Desde logo perceberemos a razão do interesse americano por esse arquipélago, ligado á defesa do canal do Panamá.

Em seguida, penetremos um pouco mais no âmago da questão e observemos o que tem sido, atraves da Historia, a ação dos americanos na política de defesa de sua "arteria vital".

Finalizaremos por tirar conclusões, baseadas nos fatos e na História, sobre as proporções que aquela política, eventualmente, poderá assumir, no futuro, em termos de guerra moderna, e quais as repercussões que poderá acarretar para nós, brasileiros.

O ARQUIPÉLAGO DE GALÁPAGOS

O arquipélago de Galápagos, como expressão geográfica, pouca cousa vale.

É um grupo de ilhas do Oceano Pacífico, de origem vulcânica, situado sob a linha equinoxial, a cerca de 950 km. a Oeste das costas do Equador, ao qual pertence desde 1832.

Não tem mais do que 7640 km.² de superficie, em conjunto e 2000 habitantes.

É conhecido tambem por "Arquipélago das Tartarugas", por causa das tartarugas gigantescas que ali vivem e que causam a admiração de todos os viajantes.

Algumas, ayalia-se, possuem mais de 20 anos de idade.

As principais ilhas chamam-se Santa Cruz, San Salvador, San Cristóbal, Fernandina e Santa Maria, sendo a maior batizada com o nome de Isabela.

Sua formação geológica é recente e análoga á da cordilheira dos Andes.

Na imensidão do Oceano Pacífico são, dentre as ilhas fronteiras ao canal, as mais afastadas (864 milhas) e as primeiras que se encontram, num raio de 470 milhas, com o centro no canal, no caminho de uma potencia asiática na direcção da zona do Panamá.

E' pois de vêr que tal grupo de ilhas, nas mãos de uma potência asiática hostil aos Estados Unidos e em termos de autonomia aérea moderna, representaria uma ameaça vital para o canal.

Equipado como base aerea, serviria aos Estados Unidos para combater contra aviões provindos das profundezas do Pacífico no limite de vôo; nas mãos de uma potência asiática, serviria para hostilizar a zona do canal com 3 ou 4 horas de vôo.

Nas mãos dos americanos, constituiria ainda um posto de larga vigilância e patrulhamento não só contra a marinha como, principalmente, contra a aviação asiática baseada em porta-aviões.

A POLÍTICA AMERICANA DE DEFESA DO CANAL

Os Estados Unidos sempre mantiveram uma politica firme na defesa de sua "linha vital".

Poder-se-á objectar hoje, com a creação de sua esquadra para 2 oceanos, que a importância do canal diminuiu.

Isso só poderá passar pela cabeça de uma criança, pois si, em qualquer época, o canal lhes permitir dobrar as suas forças, num dado oceano, nunca o deixarão de fazer e a sua importância se manterá sempre grande.

Observemos, numa época em que não existia aviação ou quando ela estava ainda na sua infância, o que já faziam os norte-americanos para proteger a sua "artéria vital".

Em 4 de Novembro de 1903, o Panamá separou-se da Colombia, em consequência de um movimento revolucionário e proclamou-se República.

Dois dias depois, o governo de Washington reconhecia a nova República e, passados 12 dias, assinava com o Panamá um tratado, que concedia aos Estados Unidos o direito de construir um canal.

Theodoro Roosevelt, então na presidência da América do Norte, declarou, nessa ocasião, que tinha "um mandato da civilização" para construir o canal e que a Colômbia não devia pôr-se no caminho dessa iniciativa.

Os trabalhos de construção foram imediatamente encetados e, desde então, a proteção dessa obra ciclópica passou a constituir uma das pedras angulares da política externa dos Estados Unidos.

Já em 1904, Theodoro Roosevelt enunciava o seu celebre corolário intervencionista á Doutrina de Monroe.

Significava intervirem os próprios Estados Unidos, sempre que fôsse necessário, para evitar a violação da Doutrina de Monroe.

Esse corolário se ajustava perfeitamente á política de defesa do canal.

Abramos aqui um pequeno parêntese para explorar a elasticidade que os norte-americanos têm dado á Doutrina de Monroe.

Passemos a palavra a um filho ilustre da propria terra de Tio Sam, o professor Thomas A. Bailey, detentor da cadeira de Historia da Diplomacia na Universidade de Stanford.

Escreveu ele, num livro sobre a política externa dos Estados Unidos: "A Doutrina de Monroe foi uma doutrina de auto-defesa de longo alcance.

Foi uma exposição da política externa do Presidente Monroe.

Outros presidentes podiam ignora-la e o fizeram.

Outros podiam estende-la e o fizeram.

Elasticidade é, de fato, a mais distinguível qualidade da Doutrina.

Acrescentando vários corolarios, temos podido faze-la significar, praticamente, qualquer cousa que temos querido que signifique.

Ela tem, consequentemente, crescido com o nosso crescimento e mudado para se adaptar ás condições mutaveis”.

Mas vejamos a applicação do corolario intervencionista.

Em 1904, a República Domicicana estava em má situação financeira.

Corriam rumores de que potências européias, principalmente a Alemanha, viriam cobrar as suas dívidas á força.

Si viessem, argumentaram os norte-americanos, poderiam ficar e si ficassem, violariam a Doutrina de Monroe e poriam em risco a segurança do canal.

Assim, raciocinaram, a cousa mais prudente a fazer seria intervir, cobrar o dinheiro e conservar afastadas as nações européias.

Seguindo a ação ao raciocinio, os americanos desembarcaram naquela República, tomaram a seu cargo as receitas das alfândegas locais e satisfizeram os credôres europeus.

Logo depois desembarcaram fuzileiros na Nicaragua e no Haiti, com o fim de restaurar a ordem, proteger as vidas e as propriedades dos súbditos americanos e salvaguardar os accessos para o canal.

Taft, mais tarde, inaugurou a chamada “Diplomacia do dolar”, que tantas críticas levantou dentro mesmo dos Estados Unidos.

Consistia em bombear dinheiro para dentro das Repúblicas latino-americanas, de forma a deslocar investimentos estrangeiros que, de outra sorte, poderiam comprar bases potenciais perto do canal ou exercer perigoso controle sobre os govêrnos das falidas “Banana Republics” (países da América Central e do canto Noroeste da América Meridional, grandes produtores de bananas).

Era o dolar protegendo a linha vital do canal do Panamá.

Essa política foi aplicada em relação á Nicaraguá, país vizinho do Panamá e sob a alegação de que "a nossa zona perigosa deve ser protegida por qualquer preço".

Em 1915, já sob o govêrno de Wilson, explodiram desordens no Haiti.

Era demasiado próximo do canal para que se as encarasse com indiferença.

Não intervindo nós próprios, alegaram os americanos, algum poder estrangeiro o poderá fazer.

Assim, os "marines" ali desembarcaram e ao preço de 2.000 vidas haitianas restabeleceram a ordem.

O periodo de ocupação durou até 1934.

Em 1916, desordens similares levaram os fuzileiros de "Uncle Sam" á República Dominicana, onde permaneceram durante 8 anos.

Em 1917 os "yankees" compraram da Dinamarca as pequenas ilhas Virgens, a Leste de Porto Rico, por 25 milhões de dolares, ou mais do que pagaram por toda a Luiziana (15 milhões).

Motivo: receio de que a Alemanha as pudesse obter e ameaçar a sua "linha vital".

Já não falemos de Cuba, a "perola das Antilhas", que os americanos sempre olharam com cobiça e por eles tornada independente da Espanha, porem com a hipoteca da "emenda Platt", em sua Constituição e que permitia aos E. U. intervir, sempre que fôsse preciso, para restabelecer a ordem.

Essa emenda foi retirada no governo do presidente Franklin D. Roosevelt, porém os americanos conservaram a base de Guantánamo, que guarda o estreito de Windward.

Em consequência da guerra com a Espanha, obtiveram ainda Porto Rico, sentinela do estreito de Mona.

Na atual guerra, tirando partido das dificuldades da Inglaterra, obtiveram, em troca de 50 "destroyers" de idade ultrapassada, a concessão, por 99^{os} anos, de bases em Bermudas,

nas Pequenas Antilhas, em Trinidad e até em Georgetown, em plena América Meridional.

Mas ainda, estabeleceram-se em Ascensão, ilha pertencente á Inglaterra e situada a meio caminho entre a América do Sul e a África e na Liberia, na propria África.

Finalmente, no outro lado do canal, no Oceano Pacifico, desembarcaram no arquipélago de Galápagos, como vimos.

Quem contemplar o croquis n.º 1 verificará que as bases de Guantánamo, Porto Rico, Pequenas Antilhas e Trinidad formam um círculo em torno do canal do Panamá.

São as defesas externas do referido canal, impedindo o acesso ao mesmo, através dos estreitos.

Esse papel de defesa externa é agora representado, no Pacifico, pelas ilhas Galápagos.

CONCLUSÃO

A consideração de todos os fatos históricos acima está provando, á saciedade, que a política de defesa do canal de Panamá, pelos norte-americanos, é uma política em marcha continua.

O círculo de bases, que transformou o mar das Caraibas num lago americano, de um lado e o arquipelago de Galápagos, de outro, não constituem mais do que um único e mesmo problema, o da defesa do canal, para cuja solução os americanos tem trabalhado infatigavelmente, através do tempo, desde a sua construção, iniciada em 1903 e abertura, realizada em 1914.

Deve-se notar, somente, que o problema, na actualidade, ganhou novos dados, ampliou-se, formulou-se em termos mais fortes, tornou-se mais agudo com a expansão da Aviação, porém, no fundo, permanece o mesmo e é aqui onde queremos chegar, na parte que interessa a nós, brasileiros.

Dissemos que a política de defesa do canal é uma política em marcha continua.

Si, nos tempos em que apenas as forças navais constituíam motivo de preocupações para os "Yankees", já seguiam eles

uma política tão objetiva em relação aos países vizinhos do canal é o caso de se perguntar hoje, na era da Aviação ultra moderna, o que farão eles? Até onde irá o raio de ação de sua política de auto-defesa?

Em 1904 julgaram inadiável desembarcar na República Dominicana, situada a 800 milhas do canal, já uma respeitável distância.

Em 1940, em Trinidad, a 1200 em Georgetown a 1600 (Ver croquis n.º 2).

Em 1942 em Galápagos, a 864.

Depois da guerra, quando a Aviação tomará um surto imprevisível, até onde se estenderá o círculo de proteção?

Basta lançar um olhar sobre a carta da América do Sul, para vermos como o problema nos interessa particularmente.

O Brasil possui territórios situados a apenas 900 milhas do canal.

Manaos, base potencial, está situada a 1600 milhas dele e Belém, base, já equipada, a 2300, ou sejam 5 e 7 horas de voo, respectivamente.

Belém e Manaos, principalmente, para só falar nas bases mais próximas, estão, portanto, francamente, dentro da política de interesses americanos.

Já não falemos de S. Luiz, Fortaleza e Natal, mais distantes e que constituem um corredor de ataque ao canal, para uma potência europeia.

Ousamos afirmar, na era do avião de jato-propulsão, que, sob o ponto de vista americano, Natal é o posto mais avançado da defesa do canal de Panamá, na direção de Leste.

Os Estados Unidos já não estão mais na época do "imperialismo de expansão", como nos tempos passados, mas podemos admitir que eles enveredaram pela trilha de um "imperialismo de conservação".

Pearl Harbour, na atual guerra, pôs em perigo a segurança da grande República do hemisfério Norte.



Depois da guerra será preciso avançar além do Hawai.
Isso no Pacífico.

No Atlântico, a queda da França pôs em evidência Dakar
e Natal.

O que será preciso fazer para conjurar o perigo desse
lado ?

Os fornecimentos que os Estados Unidos já fizeram ao Brasil, nesta guerra, calculou-os o "New York Times", ha alguns mezes, em 375 milhões de dolares.

São equipamentos e materiais de guerra de toda a sorte.

Nada disso nos foi concedido de mão beijada.

E' o próprio professor Bailey, já citado atrás, quem diz: "Interesse próprio é a base de qualquer politica externa".

E' um principio de ação.

As Nações, ordinariamente, não conferem favores substanciais a outras Nações por pura amizade.

Elas esperam alguma cousa em troca.

Em meio ao estouro de foguetes com que se tem festejado, ultimamente, a amizade brasileiro-americana, aos banquetes de confraternização, aos entendimentos procedidos em termos generosos, aos acôrdos de facilidades e mutua concessão (sempre assinados às pressas, em tempo de guerra), em meio, enfim, de todas as manifestações que hoje concretizam a chamada politica de "Bôa Vizinhança", devemos ter o nosso espirito alerta e saber discernir os verdadeiros fins que subordinam os atos das Nações que tratam connôco.

Em relação aos Estados Unidos, vale a pena recordar aqui que a referida politica de "Bôa Vizinhança" só muito recentemente foi inaugurada pelo presidente Franklin D. Roosevelt, em consequência da amplitude que tomou o problema da defesa da America do Norte e do reconhecimento do fracasso de sua "self-sufficiency", o que a obrigou a estender a mão a todas as nações latino-americanas.

Ficaram para trás a "Diplomacia do dollar", de Taft, a politica de "Bengala grossa" de Theodoro Roosevelt e etc., mesmo porque, *"em diplomacia, a rigidez é morte e a flexibilidade é vida."*

Estejamos pois vigilantes, nós, brasileiros.

O após-guerra poderá trazer-nos muitas surpresas.

Vem aí a conferência da paz.

O Brasil tem, nas suas bases estratégicas do Norte e na sua política externa de comunicações aéreas comerciais, interesses delicados, que deverão ser preservados com mão firme e patriótica.

Não cedamos uma polegada sequer de nosso território a quem quer que seja.

Não façamos concessões permanentes.

Não atemos as próprias mãos.

Saibamos ir até onde exigem a cooperação internacional, a defesa do continente e os interesses do Brasil, porém fiquemos hoje, em relação aos países d'aquem e de além-mar, dentro do espírito da máxima de Washington, enunciada nos tempos em que os Estados Unidos eram fracos:

"Conservar-se afastado das complicações europeias e não fazer senão *temporárias ligações para extraordinárias emergências*".

THE CALORIC COMPANY

Matriz - Rio de Janeiro
Avenida Presidente Wilson n.º 118



Fornecedora há longos anos de óleo combustível e óleo Diesel às principais linhas brasileiras de navegação, com entregas rápidas feitas por meio de encanamentos e chatas-tanque. THE CALORIC COMPANY está colaborando com as marinhas de guerra das Nações Unidas, e estará em condições para prestar seus serviços à navegação mundial no pós-guerra.

DEPÓSITOS:
Rio - São Paulo - Santos - Salvador - Recife - Belém
Representantes nas principais cidades do país.

A LIGAÇÃO DAS FORÇAS AEREAS E TERRESTRES

Cap. GERALDO DE MENEZES CORTES

(O autor deseja com uma série de artigos despertar ou incentivar o interesse pela *preparação dos oficiais* sobre os quais deve recair nos Teatros de Operações a grande e delicada quão importante missão de ligação das Fôrças Terrestres e Aéreas Brasileiras).

As Fôrças Aéreas, Terrestres e Navais são independentes, mas preparam-se e empenham-se dentro de um só *Plano de Guerra*, célula manter dos diferentes *Planos de Operações*. Então, no mais alto escalão estratégico aquelas fôrças independentes em sua organização própria são coordenadas para que, executando o Plano de Guerra, se alcance a *Vitória*. Mas não basta esta coordenação de cabeça, se me permitem a expressão, pois, é a complexidade da guerra e são os duros ensinamentos colhidos nos diferentes teatros de operações, que reclamam, a cada passo, a mais estreita cooperação entre todos os elementos que lutam, sejam do ar, do mar ou de terra. Uma verdadeira conjugação de esforços, tão íntima como o de corpo e alma, é reclamada. Se analisarmos as penosas operações de desembarque efetuadas pelos aliados, encontraremos a mais cuidadosa montagem e execução assentadas em um sistema de ligação, cujos diferentes liames são encontrados junto aos altos comandos das fôrças navais, terrestres de desembarque e aérea, bem como junto dos diferentes escalões de ação propriamente ditos.

A necessidade de ligação é tão evidente que ninguém a nega, mas a deficiência na organização, na previsão, na instrução de seus responsáveis tem causado duros ensinamentos. Volvamos a nossa atenção para o início da guerra passada e encontraremos o Gen. Percin clamando: "O massacre da nossa Infantaria pela nossa Artilharia". Na guerra de hoje a importância desempenhada pela arma aérea é de tal monta que o problema reclamou a criação de escolas, entre ingleses e americanos do Norte, para formar os oficiais responsáveis pela ligação das forças aéreas e terrestres. Onde recrutá-los, nas forças aérea ou terrestre? Como montar o sistema de ligação? Foram perguntas que a realidade vivida e sentida nos campos de batalha soube responder. Não desprezemos esses ensinamentos, porque isso poder-nos-á custar sacrifícios inestimáveis no futuro. Legítimos representantes de nossas forças armadas lutam sob o céu da Itália, mas até agora nenhum elemento nosso de ligação entre forças aéreas e terrestres lá existe, que a regressar à Pátria possa ser considerado e lembrado como semente de onde brotará uma estreita compreensão e ligação entre nossas forças, que, voltando à paz, precisam preparar-se para uma nova guerra cuja eclosão jamais se advinha, como nunca se advinhou.

Acabo de regressar dos Estados Unidos onde juntamente com mais 7 companheiros fizemos o curso de oficiais de ligação das forças aéreas e terrestres na "Ground Liaison Officers School", que funciona anexa à "3rd Tactical Air Division" em Key Field — próximo à pequena cidade de Meridan.

Sempre me dediquei aos estudos táticos referentes à ligação das armas, porque jamais esqueci que só a ação coordenada é capaz de proporcionar a conquista de objetivos com um mínimo de esforços. Creio que devido a isso, tão logo o meu amigo e companheiro em Ft. Leavenworth, Ten. Cel. Av. Martinho dos Santos, cientificou-se da existência daquela Escola para oficiais terrestres, encarecendo o interesse que devia haver, como há, no conhecimento do sistema de ligação das forças aéreas e terrestres aplicado nos Estados Unidos da América do

Norte, passei a empenhar-me vivamente para a obtenção da feliz oportunidade que tivemos. Mas estou certo, que não basta um exíguo número de oficiais conhecer aquele sistema, é preciso muito mais:

1º — Torna-se necessário que se divulgue o sistema e que ambos os Ministérios — da Aeronáutica e da Guerra — nêle confiem.

2º — É imprescindível que cuidemos da formação de tais oficiais de ligação.

E é por isso que me proponho a escrever sobre tal assunto, na viva esperança de que, em breve, possamos ver criado um curso que, analogamente ao Americano do Norte e ao Inglês, nos fornecerá suficiente número de oficiais de ligação das forças aéreas e terrestres.

Julgo indispensável um resumo histórico antes da apresentação do sistema de ligação propriamente dito.

A cooperação das forças aéreas e terrestres data do nascimento daquela que foi conhecida como a 5º Arma, pois mesmo antes das primeiras bombas terem sido lançadas, a Aviação assegurou, durante a 1º Guerra Mundial, o reconhecimento aéreo para o Exército. Inicialmente, nas operações combinadas aéreas e terrestres, coube à Força Aérea mandar elementos avançados junto às unidades terrestres, os quais foram conhecidos no início desta guerra como "Destacamento de Apoio Aéreo" (Air Support Parties). Porém, tal processo falhou na Tunísia e na Sicília.

1936 viu a introdução do ALO (Air Liaison Officer) e do I.L.O. (ambos oficiais terrestres) nos esquadrões ingleses de reconhecimento. Em 1937 foi criado o primeiro curso para a instrução dos ALO destinados a serem adidos às formações inglesas de reconhecimento. No início da presente guerra, 1939-40, durante as operações na França, ALO's operaram com os esquadrões de reconhecimento e ALO ILO passaram a ser conhecidos como AILO's. Pouco depois, uma seção completa foi for-

mada para trabalhar com cada esquadrão de reconhecimento, composta de 1 major e 2 capitães.

Cessadas as hostilidades na França, o assunto dos ALOS's foi lamentavelmente esquecido e sua instrução quase, senão inteiramente, abandonada. Entretanto, o ALO reapareceu, ainda somente com os esquadrões de reconhecimento, na África Ocidental (Eritréa e Abissínia) desde o início de 1941, para ser prontamente seguido em idêntico emprêgo no Deserto Ocidental. Cursos para instrução foram inaugurados no Oriente médio em maio de 1941, e em setembro daquele ano ALOS's foram adidos a tôdas as formações aéreas táticas, dando-se o primeiro lance real para o desenvolvimento do amplo sistema hoje existente, conhecido entre os ingleses como "Air Support Control" e entre os americanos do norte como "Ground Liaison Officers System". Além disso, naquela ocasião, o Tn. Gen. Cunningham, comandante do 8º Ex. e o Vice-marechal do ar Coningham, comandante das forças aéreas do Deserto ocidental estabeleceu um Quartel General combinado para as operações. Então, com o desenvolvimento do apoio direto prestado pelo ar ao ataque terrestre, tornou-se extraordinariamente evidente o quanto essencial era para as duas forças planejar e combater na mais íntima unidade, e desde então os ensinamentos colhidos no Norte da África, na campanha da Tunísia e da Sicília conduziram o comando aliado à montagem dum sistema de ligação ar-terra cuja experimentação e funcionamento tem sido coroado do mais completo êxito. Póde-se dizer que o sistema americano é filho do inglês chamado "Air Support Control", pois, muitas poucas modificações foram necessárias para adaptá-lo à técnica dos trabalhos de Estado Maior das forças armadas americanas. Aliás a Escola de Key Field funcionou com um Corpo de instrutores ingleses. Hoje, já na 45ª turma, o Diretor da Escola e seu corpo de instrutores são americanos havendo um único maj. inglês. Sente-se lá que o "Ground Liaison Officers System" surgiu das necessidades impostas pela guerra, sofreu e sofre as diferentes influências dos diversos teatros de opera-

ções e procura adaptar-se, reajustar-se no sentido de assegurar a mais íntima e perfeita cooperação entre as forças armadas — terrestres e aéreas. O atual diretor da escola é o Col. John W. Hanebrough (cap. do exército regular da arma de art., no início da guerra) foi o Chefe do "Ground Liason Officers System" do 5º Ex. em operações na Itália até a conquista de Roma e indicado pelo Gen. Clark para a função que agora desempenha. O corpo de instrutores efetivos consta de 9 oficiais, dos quais 3 são aviadores, sendo um da marinha. Além disso, a escola recebe a cooperação de grande número de oficiais, seja da base aérea de Key Field, seja de outras bases, no que se refere a certas instruções especializadas. Reunindo em seu corpo de instrutores G.L.O.'s que atuaram nos teatros de operações da Itália, da Europa, do Pacífico e da China-Burma-Índia, a Escola tem feito e faz evoluir o sistema ministrado a seus alunos os princípios básicos de funcionamento, de posse dos quais poderão cumprir suas diferentes missões no teatro em que forem atuar. Convém mais uma vez insistir para não nos confundirmos ao ler relatórios de certos teatros em que o G.L.O., mesmo americano, tem tido outro nome, que esse sistema surgiu na guerra e tem evoluído progressivamente dentro dela, não tendo sido ainda possível uniformizar sua organização em todos os teatros.

Todo esse sistema de ligação das forças aéreas e terrestres é manejado por oficiais e praças das forças terrestres possuindo meios de transmissões próprios, localizados tanto junto às grandes unidades terrestres (Div., C. Ex., Ex.) como junto aos campos de aviação das diferentes unidades das forças aéreas. Pode parecer exequível ter-se oficiais terrestres representando as Forças Aéreas junto às unidades terrestres, mas peço que se lembrem de que a solução antes de ter sido encontrada pelos Americanos do Norte, o foi pelos ingleses que, como nós, têm Ministérios independentes. Também creio útil lembrar que as justificativas que passo a expor não são somente o fruto da nossa meditação, mas também a repetição das razões a que in-

gleses primeiro e americanos depois obedeceram para a montagem do sistema à base de oficiais terrestres.

As falhas iniciais encontradas na ligação das forças que atuaram na Tunísia e na Sicília foram principalmente devidas à falta de experiência dos oficiais das forças aéreas com unidades terrestres. Como sabemos, a maior parte dos oficiais das Forças Aéreas são especialistas altamente desenvolvidos. Por exemplo: pilotos de caça sabem pouco ou nada do trabalho de piloto fotográfico; piloto de bombardeio nada sabe do problema do piloto de caça. Encontramos em toda Força Aérea esse alto grau de especialização. Ao contrário, a média dos oficiais das forças terrestres se nos apresenta com um bom conhecimento sobre todos os tipos de unidades das forças terrestres.

Tendo-se em vista a execução correta do trabalho de ligação entre forças aéreas e terrestres logo se verificou que as forças terrestres não necessitam saber todos os detalhes técnicos concernentes à Força Aérea. Entretanto, a Força Aérea tendo em vista a cooperação num ataque terrestre, deve saber muito acerca dos detalhes exatos das operações das Forças terrestres.

Além de muito especializados os oficiais de aviação comparados com oficiais de igual posto das forças terrestres são muito jovens, por isso, não têm tempo e nem interesse em aprender:

— os assuntos de tática terrestre;

— e os demais assuntos do emprêgo das forças aéreas além dos de sua especialidade.

De tudo isto decorreu a seguinte conclusão: E' melhor obter o recrutamento dos oficiais de ligação no seio dos oficiais terrestres, maximé se entre oficiais de Estado Maior, porque é muito mais fácil ensinar a seleccionados oficiais das forças terrestres os necessários assuntos aéreos do que seria ensinar a oficiais aéreos os inúmeros detalhes do quadro tático terrestre.

Vejamos agora o que foi o Curso em Key Field.

Com o objetivo de habilitar o "Ground Liaison Officer" (oficial da ligação aérea-terrestre) no desempenho de suas funções, quer junto às grandes unidades terrestres (Divisão, Corpo de Exército, Exército), quer junto aos diferentes escalões de comando aéreo ("Strategical Air Force", "Tactical Air Force", "Tactical Air Command", "Wings", "Groups" ou "Squadrons"), o ensino visou:

1) — Dar-lhe por meio de conferências, exercícios ou demonstrações um completo conhecimento da atual doutrina do emprego das forças aéreas, da organização flexível dessa força, dos detalhes de emprego da aviação, de como coordenar e controlar a ação aérea, das possibilidades e limitações dos meios materiais aéreos e, em consequência, da respectiva repercussão nas manobras terrestres, para que os futuros "Ground Liaison Officers" possam, quando agindo junto às forças terrestres, auxiliar eficientemente os respectivos comandos e estados maiores em tudo que se refira à ação da aviação.

2) — Clarear seu conhecimento sobre força terrestre, pois nem todos os oficiais candidatos eram oriundos da "Command and General Staff School" (Escola de Estado Maior), de tal maneira que quando designado para junto de unidades da Força Aérea ele possa constantemente e adequadamente explicar os diferentes problemas surgidos em operações terrestres.

Desejo encerrar essas poucas linhas de idéias gerais opinando pela criação de um curso para a preparação de nossos futuros oficiais de Ligação funcionando junto de uma unidade aérea, tal como nos Estados Unidos, pois, desse modo:

— facilitaremos o contato dos futuros elementos de ligação (oficiais terrestres) com seus companheiros aviadores, assegurando-lhes um grande número de relações no seio destes e a possibilidade de facilmente compreenderem a respectiva mentalidade, o que tanto facilita o desempenho da missão de ligação,

— e, além disso será mais econômico, porque o curso aproveitará instalações e mesmo grande número de instrutores especializados da própria unidade aérea.

O recrutamento de oficiais para a montagem do nosso sistema deve ser voluntário entre tenentes, capitães e maiores aptos para ingresso no quadro de Estado Maior. A esses oficiais caberá seja na zona do interior em tempo de guerra, seja no território Nacional em tempo de paz, assegurar a ligação dos dois Ministérios nos diferentes escalões, além de suas missões nos teatros de operações, de modo que possamos obter excelente cooperação em operações de guerra entre nossas tropas terrestres e aéreas.

Serviço Telegráfico "PACIENCIA" — Telefone: 42-0314

Nunes Ferreira & Martins

Casa Fundada em 1908

COMERCIANTES EM ALTA ESCALA
FORNECEDORES MARITIMOS E TERRESTRES
AVES, OVOS, FRUTAS, LEGUMES E CEREAIS

Rua 2 Ns. 5 a 11 e Rua 9 Ns. 81 a 85—

MERCADO MUNICIPAL ————— RIO DE JANEIRO

Restaurant Rio Minho

SALÃO PARA BANQUETES

Sopa a Leão Velloso — Badejetes e Pescadinhas Grelhadas
Especialidade em peixadas a moda e de todas as forma

Raymundo Fernandes & Comp. Ltda.

Especiais Vinhos Verde, Alvarulhão, Clarete, Collares Branco e Tinto, Licores, etc. — Champagnes Nacionais e Estrangeiros.

OSTRAS FRESCAS — CAMARÕES E MEXILHÕES

Rua do Ouvidor, 10 — Telefone: 23-2603 — Rio de Janeiro

O Terreno, Ditador da Tática

Brigadeiro J. G. SMYTH, V. C., M. C.

O terreno e os característicos do armamento inimigo, são os principais fatores que ditam a tática, a formação e as armas empregadas na guerra moderna. O poderio e alcance das armas vieram aumentar a importância do terreno. Cada ondulação da terra deve ser agora levada em consideração e usada com as melhores vantagens.

No ataque devemos usar da melhor maneira possível o terreno existente entre nós e o inimigo, afim de nos aproximar dele com perdas mínimas e surpresa máxima. Na defesa usamos o terreno e os obstáculos para obstar a aproximação do inimigo e mantermos a posição com a maior economia de forças e o máximo número de homens na reserva para o contra-ataque.

Uso do terreno na defesa — Sempre que fôr possível, um comandante escolhe o terreno de luta mais conveniente á suas forças e armas. Quando os alemães atacaram a França em 1940, confiavam em suas divisões blindadas, e escolheram o terreno de ataque afim de que, após a ruptura preliminar pela infantaria, as divisões blindadas operassem em terreno conveniente a seus objetivos.

Dois anos mais tarde, na África do Norte, para barrar a arrancada de Rommel no Egito, o general Auchinleck estabeleceu suas posições em El Alamein, com o mar á sua direita e a depressão de Quattara á sua esquerda. Esse foi um baluarte inflanqueavel para os nazistas e detrás do qual as forças britânicas foram reorganizadas para a vitoriosa contra-ofensiva.

Passemos a examinar agora quatro tipos diversos de guerra, em que o terreno, em grande medida, dita os métodos e a

tática de combate. Esses são: a guerra no deserto; a guerra das montanhas; a guerra anfíbia e a guerra na selva.

Guerra no deserto — Os amplos espaços da África do Norte podem ser considerados terreno ideal para o ofensiva das forças mecanizadas, mas, quando examinamos o problema em seu detalhes, achamos não ser favorável como parece.

Problemas da agua e do petroleo — Existiam dois fatores restritivos: a falta de estradas e as dificuldades do abastecimento de agua. Também havia a dificuldade do petroleo, mas esta dificuldade dependia da falta de estradas. As forças britânicas não careciam de petroleo porquanto dominavam o mar. No entanto, as dificuldades dos alemães, quanto ao petroleo, decorriam de não poder transportar através do Mediterrâneo. Finalmente, esse foi o fator decisivo na rápida e esmagadora terminação da vitoriosa campanha dos ingleses.

A agua, porém, era uma dificuldade permanente, devido á natureza do terreno em que se travava a luta. Seu fornecimento no deserto era muito limitado, e devia ser transportado em caminhões para as primeiras linhas. Tanto homens como veículos aliás consomem quantidades inusitadas de agua no deserto. Portanto, a falta de estradas e a escassês de água influíam consideravelmente na tática do deserto, limitando a envergadura dos movimentos pelo flanco meridional, sempre aberto. Assim, as vantagens conferidas pelo terreno ao lado numericamente superior não eram tão reais como pareciam. As forças britânicas todavia puderam utilizar o terreno de maneira muito importante.

No deserto é ampla a escolha do local de pouso, e nas últimas fases da campanha a Inglaterra pôssuiu um completo dominio do ar, de modo que, saltando de um terreno de pouso para outro, era mantida a constante superioridade aérea.

Nas operações terrestres, o deserto fornecia melhor proteção do que se pensa. O movimento dos veículos mecanizados era difficil de ocultar de dia, devido ao pó, porém tornava-se excessivamente difficil descobrir os veículos parados. O deserto

er atambem ideal para estabelecer campos de minas, tipo de guerra preferido pelos alemães.

Tomados em conjunto esses pontos, os britânicos usaram todas as vantagens do terreno.

Vantagens defensivas do terreno montanhoso — A guerra de montanhas é um tipo de luta para o qual as tropas britânicas e indús são as mais aptas do mundo. As montanhas oferecem um terreno defensivo ideal, e, frequentemente, alguns bons atiradores detiveram em seu avanço uma brigada inteira. Isso foi ilustrado pela luta dos ultimos meses nas montanhas em volta de Cassino.

Os veículos blindados são pouco uteis nesse terreno, devido á pouca distância de que podem ser alvejados pelas armas anti-tanks. A parte principal da luta é por conta da infantaria e dos engenheiros. O terreno montanhoso, aliás, limita o emprego de muitas armas e fornece boa proteção contra os aviões.

No meio de uma campanha modrna não é fácil passar do transporte mecanizado ao transporte animal, porém, os muares tiveram muita procura em diversos setores da frente italiana.

Ataques anfíbios — Mas o tipo de guerra onde o terreno favorece ainda mais o defensor é a operação anfíbia. Neste caso, o atacante, para entrar em conteto com o inimigo, deve passar da terra ao mar e deste à terra, novamente.

Os ataques modernos contra praias hostis devem ser desfechados com lanchas de assalto especialmente construidas. E' como se atacassemos uma posição terrestre inimiga num terreno tão difficil, que veículos especiais tivessem de ser empregados.

Não pretendo abrir uma discussão sobre a conduta das operações combinadas. Mas as forças britannicas e norte-americanas tiveram tanto êxito em sua invasão da Fortaleza da Europa, que o público se sente inclinado a esquecer as dificuldades

de planejamento e treinamento prévios requeridos por esse tipo de guerra.

Quando o atacante se aproxima, toda a vantagem do terreno é para o defensor. Mesmo se as lanchas encalham com êxito, os invasores são consideravelmente vulneráveis no momento do desembarque. O segundo período difícil para o atacante vem vários dias depois, quando as reservas das defesas se concentram para o contra-ataque e enquanto o equipamento pesado dos invasores está sendo desembarcado. De toda a classe de operações bélicas, as anfíbias, são as mais difíceis e dependem dos mais cuidadosos planos.

Aviação e guerra na selva — E, finalmente,, chegamos à guerra nas selvas. Aqui, o terreno é muito favorável para a ofensiva com forças superiores. Raramente existem flancos e obstáculos impossíveis de vencer. A única coisa que limita a amplidão da frente e o volume de efetivos são as comunicações obstando o abastecimento.

A defesa, na selva, está em continuas dificuldades. Os atacantes podem infiltrar-se sem ser vistos e são poucas as zonas suscetíveis de ser varridas pelo fogo defensivo. De fato, a guerra na selva é muito parecida com as operações noturnas. As oportunidades para a artilharia não são muitas, mas os morteiros de todos os calibres são extremamente úteis.

E agora falemos da arma do futuro, para a qual todos os terrenos são indiferentes: a aviação. Já agora, mesmo na selva, toda a concepção da tática antiga foi revolucionada pelo lançamento de abastecimentos do ar e pelo emprego de infantaria aérea. E como já o demonstrou o desembarque na Normandia, grande parte das dificuldades das operações anfíbias foi resolvida pela infantaria aérea e pelos paraquedistas.

Desertos, mares e selvas não oferecem obstáculos insuperáveis para a aviação. Na arma aérea vemos a grande niveladora de todos os obstáculos, por mais difíceis que sejam.

Colonização e Imigração

Pelo Cap. AMAURY BENEVENUTO DE LIMA

Com o advento da paz, que todos prevemos e almejamos para breves dias, resurge o problema de nossa expansão, ou seja o da colonização e povoamento do Brasil.

Novamente em foco o problema do número, sobre o qual nossas mal sucedidas experiências anteriores aconselham prudência, e, mais uma vez, a questão da imigração de alienigenas, particularmente de origem européa.

Correntes várias se põem em campo, algumas já esquecidas ou pouco cuidadas dos males e ameaças porque passamos, outras encerradas no jacobinismo estreito de recusar qualquer advena.

A questão já terá sido põsta em seus verdadeiros termos?

O nosso complexo problema terá sido convenientemente ventilado à luz dos ensinamentos colhidos nas experiências anteriores ou em novos estudos?

Não obstante respeitar muito os membros de nossos órgãos estatais a que estão afetas estas questões e não pretender de nenhuma forma julgar que deste estudo poderão resultar conclusões definitivas, permitimo-nos trazer algumas idéias para discussão.

A forma de colonização que herdamos de nossos colonizadores, os portugueses principalmente, foi a de feitoria no litoral, aliás, erigida em sistema econômico. Sob esta forma crescemos e pode-se dizer, embora em grau adiantado, ainda nos conservamos.

Doutra forma não se pode interpretar os nucleos que os lusos, franceses, etc., plantaram em pontos do litoral, a principio, simples pontos de refresco das naus, logo entreposto dos produtos nativos, hoje as cidades. Tudo isso parece indicar um

destino marítimo que, se a geografia nos impõe, ainda não o podemos seguir, porque na realidade ele se tem exercido digamos, às avessas, ou seja, representam o destino marítimo de outros povos sobre nós.

Em que pese aos porque-me-ufanistas, esta verdade ficou claramente visível nesta guerra, se alguém disso ainda pudes-se duvidar. Que o digam os habitantes destas feitorias do norte...

Eis-nos portanto, novamente em face de nosso velho problema de 500 anos: "entrar". Entrar, no sentido das "entradas", embora com a finalidade de entrar e permanecer.

O primeiro aspecto da questão é: quem deve entrar? Que envolve de si mesma, a idéia de número.

O número de habitantes existentes é apenas suficiente para atender às necessidades do litoral e a uma densidade de ocupação quasi gazosa para este enorme interland.

Façamos um parenteses.

Como aponta muito bem C. Prado Jr. em sua "Formação Histórica do Brasil Contemporâneo" (Colônia), encontramos extranhos anacronismos, a medida que avançamos no espaço brasileiro, para o interior.

Desse modo, passamos do mais refinado século XX, aos séculos anteriores e poderemos chegar mesmo à época da pedra polida.

Tivemos oportunidade de constatar este fenomeno, aparentemente estranho, comparando as gravuras de obras de antigos viajantes com os métodos de preparo do fumo ainda em uso em certas regiões.

A garimpagem ainda se apresenta sob os mesmos aspectos que na antiga Mato Grosso.

Os engenhos de cana, de madeira tosca e tração animal tão comuns em todo o país não passam de afloramentos de passados séculos.

Na idade da pedra encontramos os nossos selvícolas, alguns de sangue já bastante caldeado.

Nossos problemas se apresentam sempre complexos pois devemos atender a estes anacronismos e outras peculiaridades, muito variáveis de lugar para lugar, dentro do Brasil. É preciso atender hoje, simultaneamente, problemas do século XX e século XVI.

Os nossos homens são também profundamente dessemelhantes não só em seus graus de "cultura", entre si, e em face das "culturas" estrangeiras possíveis de aqui aportarem, como em relação à situação econômica.

Relativamente à imigração, precisamos ajustar às nossas possibilidades econômicas e culturais as dos estrangeiros importados, com finalidades objetivas e capazes de nos serem realmente úteis.

Assistimos agora os proceres de nossa nascente indústria gritarem por falta de braços (especializados, sobretudo) que a lavoura reclama estarem lhe fazendo falta.

Homens... Mais homens... Homens para a indústria, homens para a lavoura, homens para povoar...

Este rápido golpe de vista já nos permite uma primeira distinção dos homens que precisamos.

Operários especializados, agricultores, colonos...

A imigração certamente nos poderá fornecer parte dos dois primeiros, operários e agricultores, e creio que a legislação é suficientemente exigente, senão excessiva nas características individuais e de família, desde que se destinem às grandes cidades ou suas imediações.

Mas, quanto aos últimos?

Convém lembrar que precisamos conquistar o Brasil para o Brasil, ou seja que cada núcleo onde quer que esteja plantado, represente não somente um ponto "duro", resistente a quaisquer agentes desagregadores, mas também, seja irradiante de brasilidade. Deve portanto possuir o potencial necessário para, não somente bastar-se como sobrepujar-se e sobrepujar adversas situações.

De diversas maneiras, ao nosso ver, pode ser encaminhada a solução do problema.

Poderá ser com brasileiros, simplesmente, com certos estrangeiros ou solução mista.

Começemos pela colonização com nucleos de estrangeiros e apontemos inconvenientes.

Tivemos oportunidade de observar de perto e com vagar, nucleos alienigenas, manifestamente "duros" à nacionalização e de pesquisar as causas desta "dureza".

Para resumir, apontaremos apenas as conclusões :

- é inoperante a coexistência de brasileiros em nucleos de estrangeiros, desde que não se lhes dê a necessária assistência, econômica principalmente. E' assás conhecida a resposta de um caboclo nosso: "Nóis num tem consul..."
- o grande factor de conservação da nacionalidade original, ao contrário do que se tem dito, é antes de natureza económico-financeira, que de qualquer outra especie, aí incluída a "cultural" pois que os "padrões de cultura" podem modificar-se rapidamente, dentro da mesma geração, se as condições ambientais favorecerem tais mutações. O homem e a familia acabam sendo absorvido ou nacionalizado, num tempo mais ou menos longo, se factores outros não intervirem. Destes, os principais, são os bancos ou casos que adquirem os productos naturais em trocas das utilidades manufacturadas. Estas, não só possuem um poder coactor muito forte, pois representam o unico meio de escoamento de seus productos e o de receber as ferramentas e demais utensílios indispensáveis à vida como servem também de canais para a vinda das ideias, fatalmente anti-brasileiras, da mãe pátria. Outro factor, que por vezes aparece também associado ao já citado, é o do transporte que fica em mão de empresas da mesma nacionalidade, aparentemente ou não, dos nucleos coloniais de u'a mesma região. Este é o grande tropeço e tem sido a maior fonte de abor-

recimentos, não estancada ainda, qualquer que seja o nome sob o qual se acoberte: cooperativa, banco agrícola, casas importadoras-exportadoras, etc. Pouco ou nada adianta a escola brasileira se os dirigentes da cooperativa vão coagir a que somente se fale e escreva, em casa ou no trabalho, sempre que a fiscalização, geralmente precária, não esteja alerta. E aí daquele que tentar resistir às ordens do senhor de além-mar. A miséria, o desamparo ou mesmo a repatriação "voluntária" cairão inexoravelmente sobre o faltoso.

Esta objetivação para os núcleos agrícolas é igualmente válida, "mutatis mutandis", até para aqueles que já possuem indústria maquinofatureira.

E' nestes pontos que não encontro suficiente amparo na legislação em vigor ou em ante-projeto.

Não me parece que o colono brasileiro venha a ter a igualdade de condições iniciais mesmo estritamente observadas as prescrições legais, sabido como é desabituaado de uso de de instrumentos de trabalho agrícola e da coesão que, por força da existência em terra estranha, ha de ser mais forte entre os estrangeiros.

A questão do que chamaremos "canais" (bancos, cooperativas, casas importadoras-exportadoras, etc.,) que ligam o imigrado à mãe pátria, principais elementos de germanização, niponização, etc., não parece ter sido convenientemente prevista e, força é reconhecer mais difícil de evitar.

A sábia constituição inicial dos núcleos coloniais ficará alterada e os colonos brasileiros que permaneceram, ao fim certo tempo, servirão de exemplo de uma raça desprezível.

Ao nosso ver, portanto, quando da constituição de um nucleo colonial qualquer, (deverão ser previstos igualmente, os meios de escoamento da produção e, em sentido inverso, da entrada das utilidades oriundas do exterior, por meio de "canais" brasileiros, além de permanente assistência econômico-financeira aos nacionais.

Pode o problema do "quem?", pelo menos em parte, ser solucionado com brasileiros, em época não muito remota?

Apontemos uma solução.

Até hoje não nos afligiu o índice de natalidade. Entretanto, o de letalidade, sobretudo infantil, é verdadeiramente aterrorizante.

As despesas com a imigração são grandes e inevitáveis, principalmente se não nos interessar a escoria de todos os portos do mundo.

Eis uma solução ecletica capás de obviar os inconvenientes da imigração alienígena, com a utilização do brasileiro.

O nativo, entre outras, apresenta a enorme vantagem da adaptação maior ao meio geográfico.

Ponhamos, pois, parte das nossas verbas destinadas à imigração, para a assistência à infância, não apenas dentro dos centros mais populosos, mas sertão a dentro, onde mais necessitaria ela se faz.

Quanta criança não morre por falta de um simples lombrigueiro?

Claro que precisando desde logo extensão, não se pode pensar em "solarium", nem ultra-violeta em cada pequeno posto. Sejam os mais modestos. Uma farmácia de urgência, com medicação simples e alcance de qualquer pessoa com algumas luzes: lombrigueiros, sinapismos, soro anti-ofídico, anti-tetanico, (a título de exemplo, assás despretençioso, sem querer entrar na parte técnica — livre-nos DEUS — apenas para dar uma idéia). Creio que só com estas pequenas medidas já se conseguiria assombrosa baixa na mortalidade infantil. Os erros fatais, não causariam tantas mortes como a ausência até da possibilidade de errar.

Temos outra fonte malbaratada através dos seculos: é o indígena. Ainda não foi encontrada solução satisfatória e, com raríssimas exceções, temos apenas conseguido miserabilizar os autoctones, ao envés de recupera-los como braços utilíssimos, senhores de uma adaptação a que nenhum branco iguala, mas a quem só tem sido oferecido o que de peor a ci-

vilização pode dar: o álcool, doenças contagiosas e a exploração de seu trabalho.

Brilhantes resultados e tremendos fracassos já tem sido registrados. Nossa larga experiência nesse assunto não nos permitiria retomar o estudo sobre novas bases e recomeçar com melhores possibilidades de sucesso?

De qualquer forma precisamos nos interessar profundamente pelo estudo dessas questões que, faça-se justiça, muito tem preocupado nossos homens de governo.



Uma pequena diferença na qualidade dos ingredientes do chopp pode alterar-lhe o sabor.

Por isso só a mais sublimada e rica em princípios nutritivos e energéticos... só a lúpulo da mais alta qualidade e só o fermento

cujas células vivas há muitos anos vêm sendo selecionadas pela Brahma são empregados na fabricação da Brahma Chopp de garrafa ou de barril. É por isso que a Brahma Chopp se torna bebida pura e saudável.

BRAHMA CHOPP

Só faz bem!

EM GARRAFA E EM BARRIL

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA SOCIEDADE ANÔNIMA
BRASILEIRA — RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — CURITIBA



Heróis da guerra e da paz

Cap. de Infantaria *RUI ALENCAR NOGUEIRA*

*"Escravos somos nós no próprio sólo
O país não pode seus filhos defender."*

SCHILLER

No momento em que os nossos bravos soldados da Fôrça Expedicionária Brasileira estão se cobrindo de glórias nas frentes de batalha italianas, todos os nossos patrícios, esquecendo antagonismos pessoais, questões políticas ou divergências de classes, numa perfeita comunhão de pensamentos e num excelente e incontestável exemplo de **são patriotismo**, exaltam os feitos dos abnegados soldados de terra e põem em relevo os esplendorosos combates dos representantes da F.A.B. — os novos argonautas do direito, da democracia e das liberdades humanas.

Por todos os recantos do Brasil ecoam as vitórias retumbantes das nossas forças, numa demonstração eloquente da pujança e da grandeza de uma raça viril que habita o mais rico e mais belo país do continente sul-americano.

Ninguém poderá esquecer jamais as epopéias brilhantes e os nomes de tantos heróis — oficiais e praças — que com o sangue gleroso, inscreveram nas páginas da nossa história militar, episódios inenarráveis do exército republicano, legítimo herdeiro das tradições do Exército de Caxias.

São inúmeros os bravos. Contam-se por mais de uma centena, todos recentemente condecorados com a Medalha de Campanha ou anteriormente agraciados com insignias concedidas pelo comando em chefe dos exércitos aliados, naquele setor de combate.

Com a maior satisfação, sabemos constantemente das façanhas dos nossos irmãos, muitos deles antigos companheiros dos bancos escolares e velhos amigos cuja tempera de ha muito conheciamos.

Empolgantes demonstrações de destemor, de devotamento, de desprendimento e de exata compreensão dos deveres militares vêm até nós, nos entusiasmam e nos arrebatam.

Dentre os oficiais, o Cap. Airosa, valente guerreiro e destemido moço, representou bem a geração nova, conduzindo a sua Companhia, embora ferido, até o assalto final; Cap. Aldenor, um cearense cheio de bravura, especializou-se no comando das patrulhas e sempre traz seguras informações do inimigo; Cap. Bueno, Cap. Franco Ferreira, Cap. Mandim, Cap. Sá Campelo, Cap. Argens, Ten. Alipio, Ten. Apolo e muitos outros, exemplificam a tenacidade e a coragem do chefe militar, levando seus soldados até a conquista do objetivo final.

Dentre as praças, sargento Gonçalves Dias, sargento Wolff Filho, cabo Leite Rios, soldados Vicente Assunção, Sergio Pereira, Guaraci Oliveira, Fernando de Souza, Manoel Prates, Afonso Santos e Barbosa da Silva, formam a pleiade que se destaca dentre a grande coorte de heróis, de que a Pátria tanto se glorifica.

Eis, porque, só podemos ter orgulho da nossa F.E.B. e, certamente, muitos outros motivos virão para que os brasileiros possam acreditar cada vez mais no valor dos seus soldados.

A oportunidade que se nos apresentou para demonstrarmos ao mundo de quanto somos capazes, do espírito de liberdade que nos anima e dos principios democráticos que possuímos foi, certamente, das melhores.

Aproximando-se cada vez mais o fim da guerra, em breve estarão pisando o solo pátrio, portadores dos louros e das glórias que as vitórias pelas armas lhes asseguraram, os valentes soldados da F.E.B.

Que este dia venturoso não tarde !

Não podemos nem devemos esquecer, contudo, que muito nos custou a preparação de tão valoroso contingente, desde os trabalhos de seleção até a fase final de instrução e aprimoramento.

Sabem as nossas autoridades militares o que foi o trabalho da reunião de destemidos soldados, oriundos de todos os recantos do país, num conglomerado de pensamento e de ação.

A seleção física foi feita com rigor e muitos dos selecionados ainda não estão na F.E.B., mas aguardam com satisfação que lhes seja chegado o momento, continuando no trabalho diuturno do Exército, nas seus domínios territoriais, assegurando a tranquilidade, a ordem e as instituições nacionais.

Também o Exército da retaguarda tem os seus heróis e deles não podemos esquecer porque são esperanças viris que se despedaçaram e feneceram repentinamente sem glórias e sem renome.

Raimundo Moacir Barreira de Alencar Matos é um dos heróis a quem jamais podemos olvidar e a quem consagramos a nossa maior admiração, morto no cumprimento do dever militar, quando ainda se adextrava, juntamente com os seus soldados, para seguir para os campos de batalha, como era seu desejo e onde, afirmamos com segurança, honraria como os seus companheiros, a Infantaria Brasileira.

O joven Ten. Moacir, falecido durante um exercício de combates, em consequência de um lamentável acidente, era da geração nova que a Escola Militar acabara de entregar ao Exército.

Foi sempre um soldado entusiasmado, dedicado e competente, destes cujo espírito jamais se abate diante das mais terríveis procelas, conservando sempre o sorriso nos lábios como aqueles que sabem conquistar com o bom humor e a lha-neza de trato, um vasto círculo de amizades.

De uma inteligência viva, era um orador fluente e, por isto, desde os tempos de cadete, era o interprete consagrado da sua turma.

Apezar de muito moço ainda, o Ten. Moacir angariara a admiração dos seus chefes porque demonstrara logo do quanto era capaz e do quanto podia o Exército esperar do seu talento de escól.

Declarado Aspirante a Oficial foi servir no sul, prestando inestimáveis serviços à campanha de nacionalização que ali se processava, dados os excelentes dotes pessoais de que era possuidor.

Conhecemo-lo desde criança. Era uma vocação indeclinável para a carreira militar. Veiu desde o escalão mais baixo: foi até simples soldado, para experimentar e conhecer bem todas as fases da vida militar, conseguindo por toda parte angariar a simpatia e a amizade de todos, de par com a sua jovialidade comunicativa.

Espírito bonachão e simplório, era destes que costumam tirar um pouco do próprio vencimento para premiar um bom soldado ao seu comando ou para resolver uma situação financeira difícil e momentanea de um companheiro.

Sabia ser disciplinador, mas dos que conseguem manter a disciplina mais pelo exemplo edificante da conduta pessoal do que pelas simples palavras e, por esta fôrma, era estimado pelos seus soldados.

O Ten. Moacir podia ser citado, sem nenhuma contestação, como exemplo de filho amoroso e dedicado, tendo o maior desvelo para com os pais.

E foi atendendo ao grande desejo deles que o Ten. Moacir foi servir na terra de Iracema !

Para lá seguiu cheio de novas esperanças e com o coração transbordante de alegria, enfrentando uma viagem longa, através o oceano palmilhado pelos solertes e traiçoeiros submarinos inimigos, numa época em que as forças do nordeste viviam em constante alerta contra um súbito ataque dos elementos do eixo.

Nada o intimidava. Muito ao contrário, desejava a todo tranze, combater o inimigo comum com o arrojo que lhe era peculiar para que a Pátria livre, berço de tantos heróis, con-

seguisse o lugar de relevo que merece no concerto das nações civilizadas.

Ferido mortalmente durante um exercício de ataque que realizava com a sua subunidade, foi corajoso até os últimos momento, embora reconhecesse a gravidade do seu estado, conservando mercê da sua fortaleza de ânimo, sempre o mesmo sorriso nos lábios que a todos animava e dava esperanças de que não havia de desaparecer tão rápida e trágicamente, em pleno verdor dos anos.

O Exmo. Sr. Gen. Cmt. da 10.^a R. M. assim fez referências ao transmitir a notícia do falecimento do Ten. Moacir:

"E com profundo pesar que este comando publica o falecimento do 2.^o Ten. Raimundo Moacir Barreira de Alencar Matos, do 23.^o B. C., futuroso oficial que tombou vítima de um acidente brutal quando se exercitava, com a sua tropa, no terreno de instrução.

Apezar de muito joven, esse oficial já revelara as suas boas qualidades profissionais e se destacava no cumprimento de suas obrigações de molde a ser especialmente notado por seus chefes. Verdadeiramente estimado entre seus colegas, pela jovialidade de seu temperamento, cativara também a amizade respeitosa e unanime de seus homens, aos quais se dedicava com carinho.

Todos esses predicados, aliados a seu belo espírito militar e à primorosa educação recebida no seio de sua ilustre família asseguravam-lhe uma brilhante carreira.

Convencido de seu dever de soldado, já afirmara a resolução de partir com os camaradas que fossem se bater contra o inimigo.

A fatalidade, porém, ceifou-o no campo de treinamento e a sua morte deve, portanto, ser considerada como em serviço, dedicado e eficiente, não tendo este Comando dúvidas de que ele se portaria com a mesma galhardia num campo de batalha real pois, reconhecendo a gravidade de seu estado, conservou até os últimos momentos de sua viva inteligência, ânimo sereno, encorajando camaradas e amigos."

Sua morte pois, foi a de um herói, de um batalhador incansável e indomito que triunfou sempre mas que foi abatido pela parca sinistra, quando tudo era esperança e quando os castelos próprios da mocidade, erguiam-se a cada passo, no seu cérebro fecundo e admirável.

Foi-se desta terra é certo, mas o seu espírito generoso e puro ha de formar ao lado de numes tutelares da Pátria, no instante em que ela necessita de amor e dedicação de todos os seus filhos.

Todos os camaradas do Ten. Moacir já galgaram novo posto no escalão hierarquico e oportuno será que ele seja promovido "post mortem" como medida de justiça e como uma homenagem do Exército que ele soube honrar em todas as situações.

Casa das Novidades

FAZENDAS E ARMARINHO

Artigos de alta moda nacionais e estrangeiros — Importação direta — Padrões exclusivos

SECÇÃO COMPLETA E ESPECIALISADA EM CONFECCÕES PARA CRIANÇAS

JULIO SIQUEIRA & Cia. Ltda.

611 AV. N. S. COPACABANA, 611

Tels. 27.1192 — 47-3788 — RIO DE JANEIRO

E. Bernet & Irmão

RIO DE JANEIRO

ESCRITORIO — OFICINA — DEPOSITO

RUA DO MATTOSO, 54, 60, 64

Tels.: Geral 28-4515 — Bombas, 28-4516 — End. Telegr.: BERNET

Industria Mecanica de Precisão, fundada em 1912

Fabricantes de: Bombas Hidraulicas "BERNET"

ENGRENAGENS FREZADAS, ATE' 2 MTS.

O QUE A ENGENHARIA VEM REALIZANDO NESTA GUERRA

Cel. MAC-CORD

(Noticiário autorizado pelo Chefe do Corpo de Engenheiros do Exército Norte-Americano)

NÁPOLES — ATUAL PÔRTO MAIS AVANÇADO DOS ALIADOS

Rebentado e destruído a ponto de se tornar irreconhecível, em consequência do plano metódico adotado pelos alemães em setembro de 1943, o pôrto de Nápoles, em menos de um ano, emergiu de um cemitério de ferragens retorcidas para se tornar o pôrto militar aliado mais avançado.

A velocidade e a perfeição da reconstrução aliada foi de tal ordem que, três meses após haverem os alemães fugido da cidade, em outubro, o pôrto apresentava maior movimento do que o imenso Pôrto de Embarques de Nova York, e no semestre que decorreu de outubro a abril, entregou 2.375.229 toneladas de carga, número ligeiramente inferior ao recorde verificado no ano de 1939, antes da guerra.

Nápoles era um fantasma de pôrto quando os comandantes aliados iniciaram o trabalho da sua reconstrução, a 2 de outubro. Nem uma só embarcação permanecia flutuante nas docas capazes de abrigar, de uma só vez, quinhentos navios de vários tipos. Trinta e dois vasos de grande porte, inclusive um cruzador e um navio hospital, e cerca de trezentos outros de menor tamanho tinham sido afundados — seus despojos enchiam as águas, surgindo através deles mastros carbonizados, chaminés fendidas e guinchos desarvorados. Todo o cáis, inclusive os ancoradouros e pontes flutuantes, achava-se seriamente danificado; todas as vias de acesso e linhas férreas da zona portuária obstruídas com pedras e entulho; os incêndios

ainda lavravam; os condutos de energia, esgoto e água completamente inutilizados.

Foi assim que os Engenheiros e o Corpo de Transportes encontraram o pôrto que se deveria tornar o coração do Quinto Exército. Isto, a 2 de outubro. A 4 do mesmo mês, o primeiro navio da Liberdade Americana transpôs a sua barra e desembarcou em Nápoles a primeira carga. No mesmo dia, 2.200 toneladas de mercadorias eram arriadas de dois cargueiros.

Em 20 de abril o pôrto deu escoamento a 33.757 toneladas de carga em 24 horas.

Num período de dez meses, de outubro a julho, o pôrto bateu o recorde dos anos anteriores, permitindo o trânsito de 5.352.774 toneladas de carga. Atualmente, os batalhões portuários do Corpo de Transportes do Exército estão descarregando uma média de 20.000 toneladas diárias, apesar das estimativas anteriores à ocupação de que, sob o estado de guerra, aquele número não poderia chegar a 5.000.

Cinco pontas de estradas de ferro (quatro americanas e uma britânica) vão ter a Nápoles. Até 31 de janeiro, vinte e três mil vagões, ou sejam 377.000 toneladas de carga, foram arrumados sobre trilhos, com destino à linha de frente.

Ainda perdurava o tiro periódico de emboscada nas ruas externas da cidade, quando o general de brigada Arthur W. Pence, Comandante Geral da Seção da Base Peninsular, levou um escalão avançado do 1051 Grupo de Engenharia de Construção e Reparação de Portos e o Q. G. do Sexto Pôrto do Corpo de Transportes para aquele ponto vital.

O coronel Pat Leeper, oficial britânico, foi nomeado Comandante do Pôrto e substituído mais tarde pelo coronel Robert Hunter Clarkson, do Corpo de Transportes. O 1051 Grupo de Engenharia de Construção e Reparação de Portos ficou encarregado da reconstrução das instalações de desembarque e decarga, e a Marinha incumbiu-se da desobstrução das águas e salvamento do material afundado.

Tropas de engenharia foram mandadas desembaraçar as vias de ligação essenciais entre as pontes de atracação. Pescadores de minas lançaram-se ao trabalho. Turmas de sondagem exploraram todos os canais. Mergulhadores estimavam a extensão das avarias onde quer que houvesse esperança de salvamento.

Minas, bombas de tempo e minas-armadilha punham em perigo os trabalhadores, mas, felizmente, ao organizarem esta fase de destruição não foram os alemães muito eficazes, pois, menos de dez vidas, apenas, foram perdidas, inclusive as que resultaram das incursões aéreas periódicas.

Um cabo telefônico subterrâneo utilizado pela Marinha Italiana foi encontrado em boas condições, permitindo o rápido restabelecimento das comunicações respectivas.

Ao meio-dia de 3 de outubro, os veículos passaram a circular na zona do porto. Fóra da barra, o comboio que transportava o pessoal e o material destinados ao porto e à base aguardava a oportunidade de entrar.

Quando, a 4 de outubro, o primeiro navio da Liberdade sulcou as águas do porto teve de descarregar a prôa, isoladamente, e depois inverter a posição para descarregar os porões de pôpa.

Todos os tipos de embarcações de médio porte foram empregados na empreitada. A mão de obra civil foi requisitada, aproveitando-se inicialmente um grupo de setecentos italianos, aumentado posteriormente para vinte e quatro mil.

A habilidade e o espírito inventivo dos engenheiros foram postos à prova na utilização dos navios submersos como fundações para pontes de atracação de emergência. Ao invés de tentarem a recondução à tona ou a remoção dos numerosos navios de grande calado que jaziam adernados, os engenheiros aproveitaram-nos como suportes de pontes, operação que economizou meses de trabalho. Um petroleiro, em posição horizontal, foi cortado até o nível do tombadilho afim de prover o espaço total necessário a um navio da Liberdade. Em outros casos, a aparelhagem regulamentar da Marinha para pontar

foi empregada no sentido de permitir a atracação e a descarga de navios.

Outros problemas resolvidos consistiram no arrasamento e remoção de edifícios que ameaçavam ruir, na reparação e ligação de condutos d'água, na reconstrução de circuitos de energia no lançamento de novas linhas férreas.

A principal responsabilidade pela reconstrução e reconstituição do pôrto foi assim dividida: turmas de salvamento das Marinhas dos Estados Unidos e Britânica na parte referente ao material pertencentes às mesmas Marinhas; 1051 de Engenheiros e outras tropas de Engenharia pelos trabalhos realizados nos ancoradouros e cais; pessoal da Marinha Britânica quanto ao contrôlê do tráfego portuário; Corpo de Transportes pelo funcionamento das instalações do pôrto, e batalhadores portuários e 703 Grande Divisão Ferroviária nos assuntos relacionados com a estiva e exploração das ferrovias fora da zona portuária.

Assim como Nápoles, outros portos severamente bombardeados estão emergindo, com rapidez, da sepultura. Cherburgo está sendo reconstruído. Outros seguirão o mesmo exemplo.

POÇO SEMISSURGENTE ABERTO EM 34 HORAS

Após se haver extinguido o manancial de uma torre d'água que abastecia um hospital localizado na poeirenta e vaporosa ilha de Guadaleanal, os homens de uma Companhia de Abastecimento de Água do Corpo de Engenheiros perfuraram, em 34 horas, um pôço capaz de fornecer 750 litros d'água por minuto, ou sejam 45.000 litros por hora.

Conhecido como o Ponto d'Água n.º 35, êsse pôço desempenhou o papel de um a grande estação de acumulação ao largo da Rodovia 50, a mais importante daquela ilha. Abastecia de água fresca os elementos de combate e de serviços, assim como o hospital, situado a 180 metros de distância.

Os engenheiros adotaram o processo do jôrro d'água. Cavaram, em primeiro lugar, um orifício no solo, manualmente,

nele introduzindo em seguida um tubo de 3,50 metros de comprimento e 20 centímetros de diâmetro. A água proveniente de um tanque de lona compressível foi forçada no tubo, sob pressão. A ação hidráulica resultante, o peso do tubo e o esforço exercido pelos engenheiros negros na rotação manual do mesmo fizeram com que as próprias paredes do tubo fossem abrindo caminho na terra. Outras seções de tubos foram adicionadas à primeira, a proporção que iam desaparecendo, com uma velocidade de 1,30 metros por hora.

O Ponto d'Água n.º 35 podia abastecer simultaneamente quatro grandes caminhões d'água do Exército, por intermédio de um enorme depósito elevado.

A água era purificada pelos métodos mais rigorosos adotados no Exército, sob o controle do Serviço de Saúde.

O AVRE

Uma nova arma secreta britânica, o Veículo Blindado da Engenharia Real (Armored Vehicle of the Royal Engineers — Avre), empregada com significativo êxito na rutura da tão decantada Muralha do Atlântico de Hitler, e depois empenhada em análogo trabalho de demolição na Linha Siegfried, foi recentemente revelada pelo Estado Maior e pelo Conselho de Reabastecimento Britânicos, em Washington. Foi o Avre, nas mãos hábeis de tropas especialmente treinadas, pertencentes à Engenharia Real de Assalto, que realizou a brecha inicial nas defesas germânicas das cabeças de praias britânicas na Normandia, permitindo ao exército de Montgomery penetrar 20 quilômetros terra a dentro e assegurar a posse do espaço vitalmente necessário à manobra.

O Avre é um carro semelhante ao famoso tanque Churchill, classificado pelo Primeiro Ministro como o "animal de couro mais espesso da Europa". Seu principal característico externo é um morteiro especial, montado em torre, com cano curto e reforçado, capaz de lançar uma carga contendo muitas vezes o peso de explosivos de qualquer outro projétil de dimensões idên-

ticas. Tal carga é especialmente apropriada a provocar demolições, tendo esmagado com facilidade muros anti-carros de concreto de 3,50 metros de altura e 3,50 metros de espessura, bem como barricadas e obstáculos de aço, que se antepunham ao avanço aliado para fóra das cabeças de praias.

O Avre é igualmente equipado para transportar e colocar em posição tapetes de material flexível, de maneira a permitir aos veículos seguintes atravessarem as praias, as faixas de terreno pantanoso e as dunas de areia. Também é eventualmente armado com uma faxina especial, constituída de um grande rôlo de troncos de árvores de 20 a 25 centímetros de diâmetro, pesando 4 toneladas e que o tanque pode levar através dos campos. Assim que um fôssco ou um curso d'água se apresenta para impedir o avanço, a faxina, lançada on seu fundo, forma um ponte de arêio para a passagem dos demais tnques.

Este novo carro foi projetado em 1943 com uma das armas destinadas a perfurar a Muralha do Atlântico.

(Da THE MILITARY ENGINEER, de novembro de 1944)



Instantaneo de um Avre ao se deslocar para o front francês

Subsidio para a compreensão das operações realizadas na região do Rio Serchio (Itália) pelo destacamento da F. E. B.

(6.º COMBAT TEAM)

(De 15 de Setembro a 3 de Novembro de 1944)

Ten. Cel. JOSÉ P. DE ULHÓA CINTRA

SUMÁRIO

I

Descrição sumária do terreno em que inicialmente atuou o Destacamento da F.E.B.

- 1º — Aspecto Geral.
- 2º — Aspecto Hidrográfico.
- 3º — Aspecto Orográfico.
- 4º — Vias de Comunicação.
- 5º — Revestimento.
- 6º — Apreciação de conjunto do terreno em relação com as operações.

II

Fôrças em presença

- 1º — O inimigo.
- 2º — O Destacamento da Fôrça Expedicionária Brasileira (6 th Combat Team).

III

As operações

Missão, Decisão e Execução.

Nota da Redação

"A Defesa Nacional" sente-se jubilosa em ter sido distinguida pelo Autor do excelente trabalho que os nossos leitores irão apreciar, por ser a primeira contribuição de ensinamentos exauridas da luta gigantesca em que os brasileiros se defrontaram com os soldados aguerridos da Alemanha.

Como a perfeição não pode ser atingida de uma só feita, infelizmente não podemos proporcionar aos nossos amigos um trabalho completo, porquanto não nos foi possível juntar as cartas, os calcos e as ordens de operações, como era de desejar. Todavia, isto não prejudica totalmente o nosso esforço, porque o trabalho do Ten. Cel. Ulhôa Cintra, escrito com limpidez e segurança, nos permite ter uma visão perfeita do que foi a ação do Destacamento da FEB, superiormente comandado pelo Gen. Zenobio da Costa, na conquista da famosa "Linha Gótica". Mais tarde, após a chegada dos heróicos expedicionários, poderemos apresentar o "dossier" completo, para que os que não fizeram a guerra possam tirar delas proveitosas lições. Ao erudito Autor deixamos, aqui, as nossas calorosas felicitações, ao mesmo tempo que solicitamos, encarecidamente, aos camaradas que fizeram a guerra a cooperação em bem do Exército, enviando-nos suas colaborações em que focalizem os diferentes casos vividos.

DESCRIÇÃO SUMARIA DO TERRENO EM QUE INICIALMENTE ATUOU O DESTACAMENTO DA F. E. F.

1.º — ASPECTO GERAL

A faixa de terreno que nos interessa para a compreensão das primeiras ações em que se empenhou a F.E.B., está situada nas proximidades da costa do Mar Tirreno, ao N. do Rio ARNO, cujo curso caracterizou a base de partida das operações ofensivas desencadeadas pelo V Exército durante o outono de 1944.

Ao N. da embocadura do ARNO estende-se pequena planície que, bordando a costa do Mar Tirreno, vai extinguir-se nas imediações de LA SPEZIA. A E. dessa fímbria litorânea, cuja largura varia entre 5 e 10 km, surgem os contrafortes da Cordilheira dos Apeninos. As montanhas, que então se sucedem paralelas à costa, constituem a grande muralha que separa o litoral tirreno do afamado vale do Pó.

Em Monte CAVALBIANCO (1.854 m), parte integrante do divisor águas entre o Pó e os tributários diretos do Mar Tirreno, nasce o Rio SERCHIO, cuja corrente, a princípio torrentosa, vai penetrar na planície litorânea uma dezena de quilômetros ao N. do Rio ARNO.

O terreno em que de início atuou o Destacamento da F.E.B. é o que fica compreendido entre a planície costeira e o vale do SERCHIO, precisamente a região dos contrafortes ocidentais da Cordilheira dos Apeninos.

2.º — ASPECTO HIDROGRÁFICO

Pouco depois de formado, corre o Rio SERCHIO na direção geral NW-SE., francamente paralela ao litoral, guardando com este equidistância média de 30 km. Em BAGNI DI LUCCA, depois de haver recebido a torrente do LIMA, inflete para o S. até imediações da cidade de LUCCA; a partir daí, toma o rumo de SW., ganha a planície costeira e vai desaguar no TIRRENO.

Em virtude da configuração das terras que percorre, todos os seus afluentes, particularmente os da margem W., são de pequeno curso e de caráter torrentoso; assinalemos como principais o PEDOGNA, o TURRITE CAVA, e o TURRITE DI GALLICANO. Pela margem E. predomina entre todos a TORRENTE DO LIMA, de vale bem assinalado.

Os tributários diretos do TIRRENO também não modelam compartimentos amplos e bem delimitados; são de breve e acidentado leito, antes de se lançarem na planície. Aí um perfeito sistema de drenagem os canaliza para o mar.

3.º — ASPECTO OROGRÁFICO

Imediatamente a E. e N.E. do costeiro LAGO DE MAS-SACIUCCOLI, o terreno começa a elevar-se, apresentando de início alturas vizinhas de 200 metros, as quais, à proporção que se estendem sobre as orlas do litoral, avançam abruptamente para o interior, e vão atingir, no curto espaço de 10 km, altitudes que se aproximam de mil metros.

Um conjunto de elevações a meio caminho da planície costeira e do vale do SERCHIO — M. VALIMONO (814 m), MACIÇO PRANO PIGLIONE (1.250 m), M. ALTISSIMO — balizam as maiores altitudes que ocorrem nessa faixa. Esse conjunto outra coisa não é senão o divisor d'águas entre o SERCHIO e os pequenos tributários diretos do TIRRENO.

A partir dessa linha de alturas pronuncia-se o declive para L. em busca do vale do SERCHIO que, no paralelo de

CASTELNUOVO DI GARFAGNANA, já desliza sôbre a cota de 250 metros.

A L. do SERCHIO, no trecho LUCCA-BAGNI DI LUCCA, desenvolve-se um conjunto de elevações que ascende na direção geral de N. E. Entre a Torrente do LIMA e a seção média do SERCHIO esboça-se um grande movimento de terreno que vai culminar em M. RONDINAIO (1.990 m).

Os apertados vales existentes nessa acidentada faixa de montanhas delimitam inteiramente os movimentos: qualquer progressão através das partes altas é extremamente difícil e extenuante. Onde a estrada termina cessam imediatamente os deslocamentos de vulto; onde a picada se extingue, detém-se o homem com seus animais de carga.

4.º — VIAS DE COMUNICAÇÃO

A cidade de PISA, cortada pelo Rio ARNO e situada 10 km a montante de sua foz, em plena planície litorânea, é o grande centro rodoviário da região em aprêço. Apesar do vasto número de estradas que daí se irradiam em tôdas as direções, seremos forçados a considerar tão sômente aquelas que no momento ofereciam condições de tráfego.

Dois são os eixos que, em tal situação, se dirigem para o N.:

- PISA — MIGLIARINO — TORRE DEL LAGO — VIAREGGIO — PIETRA SANTA e
- PISA — VECCHIANO — FILETTOLE — NOZZANO Sta. MARIA A COLLE — FORNACE CASENTINI — estrada que por W. margina o vale do SERCHIO.

A partir da região S.E. do LAGO DE MASSACIUCCOLI, surge novo eixo que, contornando o limite oriental da faixa litorânea, vai ter às localidades de QUIESA, MASSAROSA, MONTRAMITO e PIETRA SANTA.

De MASSAROSA uma nova penetrante nos conduz a LA RENA e a seguir a CAMAIORE, VADO e CASOLI.

As transversais existentes e utilizáveis podem ser assim enumeradas :

- MIGLIARINO — VECCHIANO;
- MASSACIUCCOLI — BALBANO — NOZZANO;
- QUIESA — PONTE VIGNOLE — FORNACE CASSENTINI;

— LA RENA — FATTORE — VIA BARSANTI, observando-se que esta última, se levarmos em conta o trecho FATTORE — LAPPEGLIA, apresentar-se-á também como penetrante.

Focalizemos agora um novo eixo, a estrada n.º 12 que, ligando PISA à velha cidade de LUCCA, percorre toda a fímbria litorânea sem transpor o SHERCHIO. A partir de LUCCA inflete ela para o N. em busca do vale daquele rio, e daí em diante, bordando-lhe a margem oriental, vai ter à localidade de BAGNI DI LUCCA. A princípio, por efeito das dificuldades de travessia do SERCHIO na região de LUCCA, por isso que sofrível passadeira o cruzava nas imediações da antiga ponte S. QUIRICO, tal estrada não foi convenientemente aproveitada.

Ao longo das rodovias sucedem-se os povoados, particularmente na zona da planície, densamente habitada. Em torno das duas estradas que enquadram o fôssco do SERCHIO por excelente estrada de rodagem, vemos a cidade de BARGA, relíquia medieval.

As estradas são de um modo geral, bem pavimentadas. Destruições maciças praticadas pelos alemães vieram, entretanto, dificultar-nos extraordinariamente os movimentos. Nenhuma obra darte de certo vulto permaneceu intacta. Não exageramos ao afirmar que durante toda a campanha representaram as destruições papel de primeira plana. Não menos relevante foi o traiçoeiro emprêgo das minas, dispostas astuciosamente nas margens e pontos sensíveis das estradas.

5.^o — REVESTIMENTO

O terreno que acabamos de esboçar, em certos trechos intensamente trabalhado pelo homem, é revestido de vegetação modesta. Castanhais, olivedos e bosques de pinheiros semeados aqui e acolá, apresentam as mesmas características de nossas plantações de eucaliptos. As chuvas, freqüentes nos meses de setembro e outubro, dificultam os movimentos: os rios se avolumam e algumas vezes transbordam, inundando, no outono, as estradas que, em busca do caminho natural, dêles se aproximam. Acrescentemos que, nessa época do ano, pistas, sendas ou veredas são quase impraticáveis, não só por efeito das enxurradas, senão também pela pouca permeabilidade do solo.

6.^o — APRECIACÃO DE CONJUNTO DO TERRENO EM RELAÇÃO COM AS OPERAÇÕES

Ao focalizarmos o aspecto orográfico, tivemos ensejo de dizer que a NE. do LAGO DE MASSACIUCCOLI o terreno começa a elevar-se, atingindo, a breve trecho, altitudes vizinhas de mil metros. Se o analisarmos mais detidamente, afim de apreciar-lhe as reações ante uma progressão realizada no sentido geral S-N, verificaremos que êsses contrafortes dos Apeninos apresentam degraus mais ou menos caracterizados.

Vejamo-los:

— num primeiro plano as elevações que se debruçam sobre a transversal QUIESA — PONTE VIGNOLE (altitude variável entre 200 e 300 m);

— num segundo plano as alturas que se estendem ao S. da transversal LA RENA — FATTORE (altitude variável entre 300 e 400 m);

— num terceiro plano os Monte PEDONE — PRANO (1.000 m), VALIMONO (814 m), ACUTO e PRUNO (600 m);

— num último plano as grandes elevações que se desenvolvem ao N. da linha STAZZEMA — PESCIAGLIA sob a de-

nominação de M. ALTISSIMO (1.589 m), M. CORCHIA (1.676 m) e PANIA SECCA (1.771 m).

A rede de estradas existentes na região sintetiza com clareza as idéias que acabamos de expor, ao mesmo passo que nos dão um vivo testemunho das condições de acessibilidade do terreno:

- até a transversal LA RENA — FATTORE, quatro eixos penetrantes, que se extinguem de encontro às muralhas de M. ACUTO e M. PIGLIANO, divorciadas entre si pela ausência de roçadas ;
- ao N. do paralelo de PESCAGLIA nenhuma estrada penetrante ou transversal.

Repitamos aqui, sem receio de redundância, que nessa faixa montanhosa quaisquer movimentos terão de efetuar-se em torno das estradas. Nessa terra muito antiga, exaustivamente trabalhada, quando a estrada termina, ou quando não existe, é porque condições de relevo desencorajaram o homem ativo e empreendedor que aí labuta.

Um inimigo astuto e intruído, forçado a abandonar o obstáculo natural do ARNO, não deixaria de executar convenientemente a manobra ditada pelo terreno:

- a) ação retardadora sobre os eixos acessíveis coadjuvada pelo largo emprêgo das destruições;
- b) resistência, sem idéia de recuo, nas partes altas de difícil acesso.

Vemos ainda que, uma vez atingido o paralelo de PES-
CAGLIA, cessarão imediatamente quaisquer movimentos de certa amplitude. Os grandes maciços que se desenvolvem ao N. dessa linha são de fácil defesa e não proporcionam ao atacante objetivos suscetíveis de imediata exploração. Aqui se revela

em toda a plenitude a "tirania do terreno": a faixa literânea e o vale do SERCHIO canalizam, de agora em diante, toda progressão para o N. A zona montanhosa torna-se completamente passiva.

Veremos mais tarde que essas reações do terreno influíram decisivamente no emprego da tropa brasileira.

O inimigo, que também sentiu os efeitos da dissociação produzida pelas montanhas, procurou obviá-los, construindo para isso um acidentado trecho de estrada que lhe facultou a ligação direta entre o litoral e a cidade de CASTELNUOVO DI GARFAGNANA (Trecho sobre a estrada M. ALTISSIMO — GARFAGNANA, compreendido entre C. PARAZZETO e COM-PACCIO). Foi-lhe possível dessa forma o aproveitamento integral da privilegiada posição de M. ALTISSIMO, que domina inteiramente o litoral. A facilidade de um jogo de reservas veio também solidificar-lhe a posição de GARFAGNANA.

II

FORÇAS EM PRESENÇA

1.º) O INIMIGO

Imediatamente depois de haver abandonado as posições defensivas do Rio ARNO, passou o inimigo a desenvolver ações retardadoras ao longo dos eixos que se dirigem para o N., reforçando-as com inteligente sistema de destruições, bem concebido e oportunamente executado.

Muito imprecisa era a situação do adversário por ocasião de nossa entrada em linha a 15 de setembro de 1944. As Unidades Americanas que substituímos não mantinham cerrado contacto e dêsse modo as únicas informações provinham de civis italianos, organizados em pequenos grupos combatentes sob a denominação de PARTIGIANI.

Os esclarecimentos que nos foram transmitidos podem ser assim sintetizados :

- ao Norte de PISA atuam elementos da 16.^a Divisão S.S. (alemã);
- patrulhas inimigas foram assinaladas na região de COMPIGNANO (Q.100.795) e pequenos grupos avistados entre os paralelos 80 e 84;
- há elementos inimigos ao Norte do LAGO DI MASSACIUCCOLI;
- tiros de artilharia têm caído nas regiões de PISA e MIGLIANO (Q.04.71).

Como sói acontecer na guerra, o inimigo nem sempre é bem conhecido; entretanto, à medida que avançamos para o Norte, os diferentes meios de informações e particularmente os prisioneiros de guerra, nos proporcionaram o conjunto de esclarecimentos indispensáveis à condução das operações. Numa, entretanto, pudemos precisar-lhe os efetivos.

A simples leitura dos boletins de informações, expedidos pela 2.^a Seção, dá-nos idéias das atividades do adversário, bem como das ações que poderia empreender, afim de dificultar-nos o cumprimento da missão.

Façamos, entretanto, um apanhado retrospectivo das informações colhidas, para que possamos apreciar certos aspectos e deduzir algumas conclusões.

*

* *

A 20 de setembro os primeiros prisioneiros capturados esclarecem a presença de Sub-Unidades do 25.^o R.I. (42.^a D.I.) em nossa zona de ação e as informações então colhidas nos levaram a admitir a possibilidade de uma forte resistência em posições adrede preparadas e conhecidas sob a designação de LINHA GÓTICA.

A 22 são identificados em nossa frente elementos do 40.^o R.I. (42.^a D.I.), o que vem reforçar a hipótese que admitimos. O movimento prossegue, e a 24 de setembro novos prisioneiros declaram que na noite de 24/25 seria efetuado novo

retraimento. Desfazem-se dessa forma as suposições que havíamos formulado.

A 28 as cousas se tornaram mais precisas :

- o II/25º R.I. já se retirara para a região de CASTELNUOVO (13.09.L);
- o I/25º R.I. permanecia nas posições anteriores;
- unidades do 40º R.I. já estariam ao Norte de GALLICANO;
- artilharia da 42ª D.I. teria ocupado posições ao Norte de CASTELNUOVO.

A 6 de outubro elementos do 40.º R.I. são identificados em GALLICANO e BARGA (185.045.L) e a 7 dêsse mês um novo Btl. — o 165 — era referido em LAMA (191.079). No dia 8 é confirmada a presença do I/40º R.I. na região de CASTELNUOVO.

Na noite de 13/14 prisioneiros capturados pelos vizinhos de W. (T.F. 92) esclarecem que o II/40º R.I. havia substituído na região costeira o III/25º R.I., podendo-se concluir dessa forma que o II e o III/40º R.I. atuavam no litoral. Soubemos ainda que para a região de CASTELNUOVO estavam sendo encaminhadas algumas Unidades pertencentes à 232ª D. I. A 18 confirmava-se ainda a presença do I/40º R.I. nas imediações de CASTELNUOVO e os prisioneiros declaravam que havia terminantes ordens de HITLER para resistir nas posições até o último homem.

A 19 são capturados alguns prisioneiros do 1.044º R. I. (232ª D.I.) confirmando-se assim a presença de frações daquela G. U. no setor que nos fôra atribuído.

A 22, ainda elementos do 25º R.I. eram identificados na zona de ação do Destacamento. A 27 temos ciência de que nova D.I., constituída de fascistas alpinos, se encaminhava para o nosso setor, e a 28 aprisionávamos alguns italianos pertencentes à Divisão MONTE ROSA.

O calco organizado pela 2.^a Seção do E.M. no dia 29 de outubro nos mostra o dispositivo inimigo após a substituição da 42.^a D.I. pela Divisão MONTE ROSA.

O Boletim de Informações do dia 1 de novembro nos revela a captura de prisioneiros pertencentes ao 6.^o R.I. da Divisão SAN MARCO (italiana), adiantando-nos a possibilidade de que tal R.I. estivesse guarnecendo posições de combate anteriormente ocupadas pelos alemães e que êstes, mais à retaguarda, manter-se-iam em condições de reforçar ou contra-atacar.

*

* *

Do breve resumo que acabamos de esboçar podemos concluir que nossos movimentos para o Norte teriam de ser executados com certa cautela: não eram precisas nem abundantes as informações sobre o inimigo e o variado número de Grandes Unidades assinaladas em nossa frente permitiria toda sorte de conjecturas em torno da questão de efetivos que se nos poderiam antepor.

Ao contemplarmos as cartas que registam o dispositivo inimigo durante os meses de setembro e outubro, verificamos que a manobra por êle conduzida foi hábil e judiciosamente adaptada ao terreno.

Interpretêmo-la.

Inicialmente exerceu pequenas ações retardadoras, abandonando com facilidade o terreno pouco acidentado que lhe não oferecia condições favoráveis de defesa. A seguir, num terreno bem mais movimentado, passou a manobrar em retirada, acentuando as resistências ao longo dos eixos que conduzem à região serrana. Abandonou com relativo desembaraço as célebres organizações da LINHA GÓTICA, que todos julgávamos oferecesse tenaz resistência e foi, afinal, instalar-se mais à retaguarda, numa sólida posição de montanha, onde cômoda e economicamente reajustou o dispositivo, mercê da transversal que adaptou entre CASTELNUOVO DI GARFAGNANA e o

litoral (construção do trecho CAMPACCIO — 030.039 e C. PA-RAZZETTO — 070.049). Foi-lhe possível dessa forma economizar meios e lançá-los sobre o Vale do SERCHIO, cuja penetração exigia efetivos menos parcimoniosos.

Na manobra executada sentimos perfeitamente o esforço que realizou, afim de retirar de linha forças já exaustas, recompor os efetivos em plena retirada, e, em seguida, modificar a atitude, transformando-a em resistência sem idéia de recuo.

*
* *

Devemos salientar o elevado grau de instrução do adversário, afeito a rudes provas, veterano de cinco anos de guerra, submetido a rígida disciplina. Especialmente os jovens, educados sob o regime totalitarista alemão, revelam convicções profundas e, em consequência, ânimo resolutivo. Os oficiais desfrutam real prestígio no seio da tropa, em virtude da experiência profissional que possuem.

Além de perfeito adestramento técnico, apresenta o soldado alemão exata compreensão das questões de ordem tática. A *disciplina de fogo* é um dos traços que nele predominam: provocado de tôdas as formas, só revela a posição que ocupa quando as características técnicas da arma que maneja lhe asseguram a certeza de abater o adversário.

E' frio, astuto e traíçoeiro. Processos pouco recomendáveis são muitas vêzes postos em prática com o objetivo de aterrorizar: na calada da noite, desloca-se de rastros ao encontro do cadáver, ainda quente, do adversário leal, abatido na terra de ninguém, afim de adaptar-lhe a máquina-infernal — o *booby-trap* — que irá trucidar o padioleiro indefeso no cumprimento de piedoso dever — o sepultamento dos mortos.

Esse o inimigo que teríamos de vencer.

Concluiremos esta rápida apreciação argumentando que os remanescentes do exército italiano já não apresentam as qualidades e os defeitos do combatente alemão. Outra raça, outra

compreensão da dignidade humana, esse povo infeliz bem merecia destino diferente.

2º) O DEST. DA FÔRÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

(6th Combat Team)

A Fôrça Brasileira, que sob o Comando do Gen. EUCLIDES ZENÓBIO DA COSTA, entrou em linha no dia 15 de setembro de 1944, tinha a seguinte composição:

Unidades ou Serviços	Oficiais	Praças	Total
Quartel-General	11	22	33
6.º Reg. Infantaria	151	3.101	3.252
II/1º R.O.Au.R.	35	483	518
Pel. Reconhecimento	2	32	34
Dest. Engenharia	8	207	215
Dest. Transmissões	3	90	93
Cia. Manutenção	8	111	119
Dest. Saúde	13	159	172
Pel. Viaturas	3	56	59
Pel. Polícia	2	54	56
Pel. Sepultamento	1	16	17
Soma	237	4.331	4.568

A partir de 15 de setembro o Dest. da F.E.B. foi reforçado com as seguintes Unidades :

- Uma Cia. de Carros de Combate do 751 Btl. de Carros;
- Duas Cias. de Tanques Destroyers do 701 Btl. de Tanques.

A estrutura das forças enumeradas no quadro acima é, em tudo, semelhante à Americana do Norte e podemos encontrá-la minuciosamente discriminada nos Boletins do Exército de n. 18, do ano de 1944.

Em virtude da pequena quantidade de material americano existente no Brasil, a instrução da tropa não pôde ser convenientemente aprimorada. Na região de VADA (55km ao S. de PISA), depois de recebermos todo o equipamento de tipo americano, iniciamos rigoroso treinamento, que teve a duração de vinte dias apenas.

O espírito combativo de nossa tropa era bom: grande entusiasmo e incontido desejo de enfrentar o inimigo, que sabíamos obstinado, altamente instruído e decidido à luta mais cruenta.

III

AS OPERAÇÕES

MISSÃO, DECISÃO E EXECUÇÃO

Às dezesseis horas do dia 12 de setembro foi constituído o Destacamento da Fôrça Expedicionária Brasileira que, incorporado ao IV Corpo de Exército Aliado e sob o comando do Gen. Euclides Zenóbio da Costa, deveria inicialmente, substituir elementos americanos em posição ao N. de PISA (região de VECCHIANO) e em seguida atuar ofensivamente na direção geral do N.

As tropas que passaram a constituir o Destacamento estavam estacionadas na região de VADA. Foi-lhes, pois, ordenado imediato deslocamento para um ponto de primeiro destino — região de OSPEDALETO —, distante 50 km de VADA (ordem do IV Corpo de Exército, datada de 11-IX-944, fls....).

Para que a tropa chegasse ao ponto de destino nas melhores condições possíveis, assentou desde logo o Sr. Gen. Cmt. do Destacamento, fôsse integralmente transportada. O movimento foi regulado de acôrdo com a ordem n. 1 (de 12-IX-944, fls....) e terminou ao anoitecer do dia 13.

Nessa mesma noite recebeu o Gen. Zenóbio a Ordem de Operações n. 11, emanada do IV Corpo de Exército (fls....),

que prescrevia ao Dest. da F.E.B. (6th C.T.) as seguintes missões :

"Na zona de ação cujos limites figuram no calco anexo deverá :

- "1.º — Substituir elementos do II/370º R.I. até 24 horas do dia 15."
- "2.º — Substituir o 434 Btl. A.A.-Aé até 24 horas do dia 15."
- "3.º — Manter contacto com o inimigo e sondar-lhe o dispositivo por meio de vigorosa ação de patrulhas."
- "4.º — Caso o inimigo se retire, persegui-lo mediante ordem dêste Q.G."
- "5.º — Manter contacto com a 1ª Divisão Blindada (que o pera a E.)."

A Ordem de Operações n. 1 (fls...), expedida a 14 de setembro pelo comando do Dest., consubstancia as medidas postas em execução durante a jornada de 15 :

- a) deslocamento do Dest. para a região de VECCHIANO e
- b) substituição da força americana em posição, repartição dos meios e missões.

O Calco n. 1 nos mostra o dispositivo realizado após a substituição e bem assim as informações que obtivemos do inimigo.

Durante a noite de 15/16, patrulhas são lançadas à frente até imediações do paralelo 80, sem estabelecer, entretanto, contacto com o adversário. Diante de tal circunstância, decidiu o Cmt. do Dest. reajustar o dispositivo n ajoinada de 16, havendo para isso expedido ordens verbais, confirmadas pela ordem de operações n. 2 (fls...). Ainda no dia 16 foram

ocupadas as localidades de MASSAROSA e BOZZANO, havendo o Dest. atingido a linha: M. COMUNALE — IL MONTE. O dispositivo realizado em fim de jornada é o que se acha registado no calco n. 2.

A Ordem de Operações n. 54, emanada do IV Corpo de Exército em 16-IX-944 (fls....), outra cousa não é do que solução a solicitações verbalmente formuladas pelo comando do Dest. Em virtude dessa ordem fomos autorizados a ocupar MASSAROSA e bem assim as elevações de cotas 467 e 354 (coordenadas 0784 e 1283).

A 17, o movimento é retomado e a ordem de operações n. 3, de 17-IX (fls...) confirma as decisões do Cmt. do Dest. Em fim de jornada atingíamos a linha geral: M. GHILDONA — IL VECOLI — C. S. LUCIA, com o dispositivo constante do calco n. 3 (ver parte de instalação de 17-I, a fls...). Limitaram-se as manifestações do inimigo a tiros de Art. sobre as regiões de QUIESA e MASSAROSA.

Do conjunto de informações até então obtidas poder-se-ia concluir que somente ao N. do paralelo 90 seria possível um choque com o adversário; motivo por que o Gen. Zenóbio decidiu, a dezoito de setembro, ocupar sem perda de tempo, a cidade de CAMAIORE (ver ordem de operações n. 4) e deslocar o Dest. para o N., afim de dispô-lo em frente das elevações que caracterizavam a orla anterior da posição defensiva, denominada LINHA GÓTICA. Em fim de jornada, o flanco direito estabelecera contacto com o inimigo e o dispositivo realizado é o que se encontra registado no calco n. 4.

A 19 prosseguem as operações de busca de contacto no restante da frente e a jornada é inteiramente absorvida com as ações prescritas na Ordem de Operações n. 5 (fls...). Ao cair da noite o contacto se generalizara a transvrsal LA RENA — FATTORIA ficara em nosso poder, depois de uma ação ofensiva desencadeada pelo II/6ºR.I. O dispositivo às 24 horas de 19 de setembro está reproduzido no calco n. 5.

Nesse mesmo dia foram expedidas ordens verbais (confirmadas pela ordem de operações n. 6 (fls...), visando a

conquista do grande maciço de PRANO, já nos contrafortes dos Apeninos e chave do sistema defensivo que o inimigo procurava organizar. Apesar das enormes dificuldades que apresentavam as abruptas escarpas da montanha, ao cabo de sete dias conquistávamos o famoso maciço de PRANO (1.220 m de altitude) e francamente penetrávamos na cadeia de montanhas dos Apeninos. Os calcos de ns. 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 nos mostram as sucessivas fases do movimento envolvente de M. PRANO, e a simples consulta das dificuldades que tivemos de vencer. A refrega custára-nos apenas 5 mortos e 17 feridos. Não pudemos verificar o número de baixas infligidas ao adversário e apenas é possível afirmar que capturamos 31 prisioneiros.

Os arquivos existentes no 6.º R. I. poderão esclarecer as minúcias da operação nos escalões Btl. e Cia.

Na noite de 25/26, o inimigo, que já ficara com parte do dispositivo comprometido, rompe o contacto, entregando-nos as posições de M. VALIMONO e M. ACUTO, em algumas partes fortemente organizadas. Era o resto da frente que caía pela manobra. As reais dificuldades que o terreno oferece, inçado de píncaros e de vales profundos, nos impediram de manter o contacto.

A jornada de 27 foi tôda empregada em ações de patrulhas que exaustivamente procuraram o adversário, sem contudo o encontrar. Preparávamo-nos para executar um novo lango do grosso (ver ordem de operações n. 7, de 27-IX, fls...), quando novas decisões do IV Corpo de Exército vieram modificar-nos a zona de ação e prescrever-nos nova missão ofensiva.

Em dez dias progredíramos cêrca de dezoito quilômetros numa frente aproximada de dez quilômetros.

Encerrava-se assim a primeira fase de operações em que se empenhou o Destacamento da F.E.B.

*
* * *

Se consultarmos as cartas da região, verificaremos que o Dest. atingira o paralelo 90, além do qual já havíamos assina-

lado a impossibilidade de qualquer movimento de conjunto. A configuração geral do terreno — a L. um vale com possibilidades de progressão, ao centro e a W. elevadas montanhas de difícil acesso — forçosamente conduziria a manobra.

A Ordem de Operações n. 2, expedida pelo IV Corpo de Exército em fim de jornada de 28 fls...), prescrevia-nos :

- 1 — “Na nova zona de ação (ver calco), progredir na direção geral de CASTELNUOVO DI GARFAGNANA, conduzindo o esforço principal ao longo do vale do Rio SERCHIO.
- 2 — Manter contacto com a T.F. 92.”

A idéia de manobra do Cmt. do Dest. durante essa nova fase de operações, pode ser assim interpretada :

- ações em força ao longo do vale do SERCHIO;
- reduzida cobertura nas montanhas que lhe ficam a W.

Foi necessário, pois, reajustar imediatamente o dispositivo do Dest., afim de deslocar-lhe o centro de gravidade para o vale do SERCHIO. E isso foi feito progressivamente sem mesmo prejudicar-lhe o avanço. Inicialmente foi o III/6º R. 1. rocado para o flanco L., afim de substituir um Btl. americano (III/370 R.I.) que, com a modificação de limite, ficara em nossa zona de ação. A 30 de setembro começava o I/6º R.I. a ser deslocado para o eixo de esforço e, em consequência, era ampliada a zona de ação do II Btl., que passou a efetuar a cobertura das ações que se processavam no vale do SERCHIO. O II/1º R.O.Au.R. preparava novas posições na região de (0006'521) VAVLLO.D TVA

Ainda no dia 30 elementos do III/Btl. ocupavam a localidade de FORNOLI (245.965) e cerravam o contacto com o inimigo, que a 1 de outubro era identificado nas regiões de CAPANNE (216.987) e OSTERIA (206.992). A W. do SERCHIO resistências haviam sido assinaladas ao S. de PANIA SECCA (076.015). Nessas ações de contacto sofremos oito baixas.

As destruições maciças praticadas pelo inimigo no trecho FORNOLI (245.965) — FORNACI (175.015) criaram sérios embaraços ao reaprovisionamento da tropa, forçando-nos a aí marcar um tempo de parada. O Gen. Zenóbio pessoalmente acionou os trabalhos de restabelecimento da estrada LUCCA — CASTELNUOVO, reforçando a Cia. de Eng. com mão de obra da Cia. A.C. do 6º R.I.

Nos dias 1 e 2 chuvas torrenciais tornaram ainda mais precárias as variantes que haviam sido construídas, retardando-nos os movimentos. Se contemplarmos, entretanto, o calco que reproduz o dispositivo do Dest. no dia 3, verificaremos que já vai tomando corpo a idéia diretriz do comando: dois Btls. articulados ao longo do vale do SERCHIO, enquanto um apenas se distende no restante da zona montanhosa.

A ordem de operações n. 10 (de 3-IX-944, fls. . .), depois de bem avaliar as possibilidades do inimigo, regula o movimento que deveria processar-se; apenas o início da execução ficara subordinado ao restabelecimento das estradas.

Pela manhã do dia 4, é determinado o reinício da progressão e a 5, a esquerda do III Btl. atinge a região W. da localidade de FORNACI (180.015), enquanto a direita, em fim de jornada, não havia ultrapassado os povoados de GHIVIZZANO e OSTERIA, em virtude das grandes dificuldades criadas pela chuva. A 6, entretanto, o III/6º R.I. ocupava as localidades de COREGLIA ANTELMINELLI e FORNACI, depois de um choque com patrulhas inimigas que deixaram em nossas mãos quatro mortos e um ferido. Caiu também em nosso poder, quase intacta, uma fábrica de munições e acessórios para aviões instalada nessa última localidade e que o inimigo não tivera tempo de destruir. Reconhecimentos, lançados sobre BARGA (185.040) e GALLICANO (150.030), verificaram a presença do inimigo nessas localidades.

A jornada de 7 foi inteiramente empregada em ações de patrulhas, com o escopo de precisar o valor do adversário.

A 8 o comando do IV Corpo de Exército decidiu deslocar para CAMAIORE o Btl. reserva do Dest. (I/6º R.I.) condi-

cionando o emprêgo daquela Unidade a prévia autorização do IV C. Ex. Também o II/1º R.O. Au. R. (menos 1 Bia.) passou à disposição da Art. do Corpo. Foi-nos ainda determinado que mantivéssemos as posições atingidas, e que só reiniciássemos a progressão mediante ordem. Os pequenos efetivos de que dispunha no momento o IV C. E. justificam essas decisões do Gen. Grittenberg, empenhado na solução favorável de certas ações ofensivas que se procesavam no litoral (92 T.F.) e para as quais previa a eventualidade de um refôrço.

Reconhecimentos lançados nos dias 8 e 9 sobre BARGA (185.041) e GALLICANO (148.034) verificaram que ambas as localidades haviam sido abandonadas pelo inimigo. Em face dessa circunstância o Gen. Zenóbio solicitou permissão para efetuar um novo lança com o Dest. (ver ordem de operações n. 13, de 10-X-944, fls...) e a 11 eram ocupadas a cidade GALLICANO e bem assim a estrada que une as duas localidades. Fortes resistências identificadas nas regiões de MOLAZZANA (161.045), M. FAETO (135.035) e CALOMINI (125.030), impediram-nos de desembocar das orlas S. de GALLICANO. A Art. inimiga hostilizou-nos com intensidade, visando particularmente as regiões de BOLOGNA6NA (172.006 — CATTA ROZZO (175.015) e BARGA. A jornada de 12 foi empregada em ativo patrulhamento e no dia seguinte duas Cias. do III Btl. (8.ª e 9.ª) progrediram, a L. do SERCHIO, cêrca de 1,5 km, numa frente de 5 km. A 7.ª Cia. que operava a W. não conseguira desembocar por força do enérgico fogo inimigo (ver calco do dispositivo correspondente ao dia 13)

A 14 de outubro o I/6º R.I. e o restante do II/1º R.O. Au. R. retornavam às mãos do Cmt. do Dest. da F.E.B. O patrulhamento foi intenso, mantendo-se cerrado contacto.

A 15, o I/6º R.I. foi encaminhado para o eixo de esfôrço (localidades de BORGO a MOZZANO e PIAN DE LA ROCCA — 220.930 e 230.967) e o II/1º R.O. Au. R. esforçava-se por atingir, apesar das péssimas condições das estradas, a região de CARDOSO (185.993). Reconhecimento lançado sobre MONTEFEGATESE (271.028) verificou a ausência do

inimigo nessa localidade. A engenharia trabalhou intensivamente na reparação das rodovias e concluiu o lançamento de uma ponte na região NW. de CASTELLACIO (195.885), facilitando-nos extraordinariamente os movimentos na margem W. do SERCHIO.

A 18 reajustava-se o dispositivo do Dest.:

- o I/6º R.I. realizava a articulação reproduzida no calco n.º...;
- o II/6º R.I. rarefazia a ocupação na zona passiva W. do SERCHIO, libertando efetivos que substituíam frações do III/6º R.I. no eixo de esforço do Dest.

A 19 reconstituía-se o Agrupamento de Art. com a junção da Cia. de T.D. ao II/1º R.O. Au. R., o que anteriormente já proporcionara bons resultados. O dispositivo ofensivo tornava-se coeso e consistente, aguardando apenas a indispensável autorização do IV C. Ex. para lançar-se sobre CASTELNUOVO DI GARFAGNANA.

A ordem de operações n.º 14, datada de 20 de outubro, confirma as decisões anteriores e regula os movimentos para a conquista de GARFAGNANA. Deveríamos preliminarmente, conquistar as alturas de CALOMINI, MOLAZZANA, TREPIGNANA e LAMA DI SOPRA, realizando o esforço a L. do SERCHIO; o prosseguimento da operação condicionar-se-ia às reações do inimigo. Ficara estabelecido que as ações seriam iniciadas às 7 horas do dia 21; entretanto, em virtude de ordem expressa do IV C. Ex., que a princípio nos autorizara a prosseguir o movimento, ainda dessa vez tivemos de permanecer na base de partida. E' que elementos de nova G.U. (1.044 R.I., da 232ª D.I. alemã) haviam sido identificados em nossa frente, e dessa forma indispensável se tornava melhor conhecimento dos efetivos disponíveis do inimigo.

A jornada de 21 é empregada em intensivo patrulhamento e conseqüente melhoria do dispositivo — uma Cia. do I Btl.

é articulada em COREGLIA ANTELMINELLI e a Cia. T.D. é lançada para a região de coordenadas 188.033. A 22, o Pel. de Reconhecimento cerrava à frente e, como reserva do Dest., estacionava na localidade de BORGO a MOZZANO.

O IV C. Ex. que a princípio nos impusera verbalmente a obrigatoriedade de conservar uma das Cias. do II Btl. no flanco W. da zona de ação (4.^a Cia.), resolve desembaraçá-la e dessa forma é encaminhada também para a região de BORGO MOZZANO, aonde chega a 23. Todos os recursos disponíveis convergiam para o centro de gravidade do Destacamento.

As jornadas de 24, 25, 26 e 27 são aproveitadas não só para um melhor esclarecimento do dispositivo e do valor do adversário, senão também para a execução de pequenos movimentos, que redundariam na melhoria de nossas posições: SOMMO-COLONIA era ocupada a 24 e as regiões de TRASSILICO (120.013) e VERNI o eram a 25.

A 28, apossávamo-nos de M. FAETO (136.036) e da cota 437 (144.036), tudo a W. do SERCHIO. Dispensamo-nos aqui de relatar com minúcias as ações diárias de patrulhas, por isso que a descrição desses fatos rotineiros viria tornar ainda mais monótona e enfadonha a coordenação geral que procuramos apresentar. Minúcias poderão ser encontradas nos boletins diários de informações.

Ainda a 28, depois de convenientemente esclarecida a situação do adversário, que se nos antepunha no eixo GALLICANO — CASTELNUOVO DI GARFAGNANA, foi-nos, afinal, determinada a execução do primeiro tempo da manobra que visava a conquista dessa última localidade. Se consultarmos o calco do dispositivo inimigo, correspondente ao dia 29, verificaremos que havia diante de nós os Btls. Italianos BRESCIA e S. MARCOS, presumivelmente de pouco valor combativo.

A ordem de operações n. 15, expedida a 28-X-944 (fls...), confirmava as intenções do comando e reajustava prazos e missões :

- “num primeiro tempo conquistar as alturas de CALOMINI, C. CASELA, S. QUIRICO, COLLE, COTA 906 (S. W. de LAMA) e LAMA DI SOTTO”;
- o 6º R. I., após a ocupação dessa linha, deverá reconhecer as alturas de BRUCIANO, MONTALTISSIMO, CASCIO, TREPIGNANA e SASSETO;
- o AGR. de ART. apoiará a progressão da inf. até a transversal CESARANA — MONTALTISSIMO (inclusive);
- o Pel. de Reconhecimento na região de BORGO A MOZZANO;
- ações a L. do SERCHIO terão início às 6.00 h do dia 30-X-944.

A 29, elementos do II Btl. (W. do SERCHIO) apossavam-se de CALOMINI, sem reação do inimigo, e o I/6º R.I., durante a noite de 29/30, ocupava a base de partida para o ataque.

A ordem expedida pelo Comandante do 6º R.I. regula pormenores da operação :

- *Informações sobre o inimigo*: ver claro anexo.
- *Missão do R.I.*: O 6º R.I vai prosseguir na ação ofensiva a L. de SERCHIO, afim de apossar-se da linha :
S. QUIRICO — BATTOSI — COLLE —
M. PIAN DEL RIO — COTA 906 — LE
RONCHETTTE — LAMA DI SOTTO.

— *Missões às Unidades subordinadas* :

I Btl. : ultrapassar as posições atualmente ocupadas pelo III Btl. e conquistar a linha : BATTOSI — COLLE — M. PIAN DEL RIO — COTA 906 — LÉ ROCHETE — LAMA DI SOTO.

III Btl. : uma vez ultrapassado permanecer em reserva nas posições que atualmente ocupa, devendo:

- a) apoiar com seus fogos a ação do I Btl., esforçando-se por neutralizar as resistências que se apresentarem em S. QUIRICO;
- b) acolher, se necessário, o I Btl.;
- c) manter uma Cia. em condições de ocupar S. QUIRICO, logo que BATTOSI e COLLE tenham sido conquistados pelo I Btl. Deslocamentos mediante ordem.

— *Artilharia :*

- O I Btl. contará com o apoio direto de todo o II/1º R.O.A.R. e da Cia. de Obuses, a partir da hora H.
- Além disso o grupamento constituído do II/1º R.O.A.R. e da Cia. T.D/701 fará concentrações de H-30 a H-10 sôbre LAMA DI SOTO e M. S. QUIRICO e de H + 30 a H + 45 tiros de proteção sôbre FIATTONE, PERPOLI e TREPIGNANA, repetidos, a pedido, durante cinco minutos.

— *Execução de ataque :*

- a) Base de partida : ALBIANO — CATTAGNANA — SOMMOCOLONIA.
- b) Reconhecimentos da base de partida e de caminhamentos deverão ser executados na jornada de 29.
- c) Realização do dispositivo de ataque : ao cair da noite de 29.
- d) Dia D = 30 (trinta); Hora H = 7 (sete).
- e) Ritmo de ataque: comportará dois tempos :
 - 1º tempo: conquista de LAMA DI SOTTO — LA ROCHETTE — COTA 906;
 - 2º tempo: conquista de BATTOSI — COLLE — M. PIAN DEL RIO.

Chuvas torrenciais tombadas na madrugada do dia 30 retardaram a partida do ataque, que só foi iniciado pouco antes das oito horas.

Às 9,45, a 1.^a Cia., depois de haver desbaratado alguns núcleos de resistência, apoderava-se da cota 906 (188.075), aprisionando alguns adversários. Nessa mesma ocasião a 2.^a Cia. ocupava LA ROCHETTE.

Às 11,45 a 1.^a Cia. infligia novas perdas ao inimigo e a 2.^a Cia atingia a região de LAMA DI SOTTO. Às 16,00 h a 2.^a Cia. fazia novos prisioneiros e conquistava a região de LAMA DI SOPRA e PRODOSCELLO, enquanto a 3.^a Cia. se apossava de PIAN DE LOS RIOS e COLLE.

Às 16,15 h a 7.^a Cia. se lançava ao ataque de M. S. QUIRICO, que foi ocupado às 18,30 h.

Durante todo o dia o IIBd., a W. do SERCHIO, desencadeava, por meio de patrulhas, vigorosa ação diversiva.

Em fim de jornada, depois de árdua progressão sobre terreno escarpado, e excepcionalmente escorregadio, em consequência da abundante chuva que tombara o dia inteiro, o objetivo designado fôra integralmente coroado. O calco relativo ao dia 30 reproduz o dispositivo do Destacamento após a conquista das elevações que constituíam o primeiro tempo da manobra para a posse de CASTELNUOVO DI GARFAGNANA.

*

* *

E poderíamos ter encerrado com chave de ouro as operações no vale do SERCHIO, se o cansaço, decorrente de aturado esforço durante doze horas consecutivas, ininterruptamente submetida a copiosa chuva, não nos tivesse feito desprezar comezinhas prescrições regulamentares, que nenhum de nós ignorava.

Habituaramo-nos a levar de vencida o adversário alemão, e agora, que tínhamos diante de nós remanescentes do Exército italiano, esfacelados e de pouco valor combativo, não cogitamos de articular conveniente sistema de segurança, nem mesmo de

estabelecer meticoloso plano de fogos, arremates naturais ao corcamento de um objetivo.

Apesar das insistentes recomendações do IV C. Ex., secundadas pelo Cmt. do Dest., aprenderíamos com a própria experiência que o alemão, uma vez desalojado do terreno, que decidiu defender, sistemática e obstinadamente contra-ataca. Podemos hoje afirmar que êsse imperativo da doutrina germânica é, em qualquer circunstância, rigorosamente praticado.

*
* *

Às três horas do dia 31, unidades alemães deslocadas cautelosamente da retaguarda, lançavam violento contra-ataque às posições de PIAN DE LOS RIOS, fracamente ocupadas, por isso que grande parte da guarnição, vencida pela fadiga consequente ao grande esforço despendido na jornada anterior, repousava despreocupadamente. Ameaçada de frente e de flanco a 3ª Cia., brutalmente surpreendida, retrai-se para a região ao N. de ALBIANO, arrastando consigo parte da 7ª Cia.

Às dezesseis horas e trinta minutos, num segundo contra-ataque, bem coordenado e convenientemente apoiado pela Art., conseguiu o inimigo, depois de intensa luta, apoderar-se das cotas 906 e 1.408. A 1ª Cia., uma vez consumida a munição, que penosamente transportara para as posições em dorso de muare, recebeu ordem de retrair-se para a região de CATAGNANA, enquanto à 2ª Cia., ameaçada de envolvimento, era determinado o retorno às posições de SOMMOCOLONIA.

E dessa forma volvemos à base de partida, entregando ao inimigo o terreno que, em hábil e bem conduzida manobra, já lhe fôra arrebatado. Conosco, entretanto, ficaram mais de cem prisioneiros, capturados nas jornadas de trinta e um de outubro e primeiro de novembro, testemunho inequívoco da desorganização que lhe infligimos. Nossas perdas se resumiram a

dois mortos (1 oficial e 1 sargento), 22 feridos (2 oficiais, 3 sargentos e 17 praças) e 22 soldados desaparecidos.

*

* *

A 1^o de novembro de 1944, de acôrdo com ordem anterior emanada do IV C.E., o Gen. João Batista Mascarenhas de Moraes assumia o comando de tôdas as forças que compunham a 1^a D.I.E. e, consequentemente, a responsabilidade das operações do 6th Combat Team.

Na mesma data o comando do IV C. E. decidiu empregar a tropa brasileira num outro setor em que o inimigo revelava muita atividade — o vale do Rio RENO — justamente o eixo que cobria diretamente a ofensiva do V Exército na direção de BOLONHA.

A ordem expedida no dia primeiro de novembro pela 3.^a Seção da 1^a D.I.E. definia claramente as intenções do chefe e as responsabilidades na defesa do setor do SERCHIO, ao mesmo passo que subordinava o dispositivo à configuração do terreno, criando dois grupamentos de forças diretamente subordinados ao comando da D.I.E. :

- a L. do SERCHIO: 6^o R.I. (menos o II Btl.);
- a W. do SERCHIO: II/6^o R. I. e 1 Pel. da C.C.O./751 Btl. Tanques.

O Pel. de Reconhecimento deveria ocupar COREGLIA ANTELMINELLI e, em ligação com o 6^o R. I., cobrir a direção CORREGLIA — IIAN DI CORREGLIA.

O Agrupamento de Art. (II/1^o R.O.A.R., C.C.O./701 T.D. e C.Co./751 Tanques) recebia, por ordem de urgência, as missões de apoio direto, contra-bateria e ações afastadas, especificando-se com clareza as principais regiões de intervenção (ver O.G.O. n. 1, fls...).

Na noite de 1/2, elementos da 92^a-D.I. americana iniciaram a substituição da tropa brasileira, que operava no setor do SERCHIO, e nossas unidades, à medida que se tornavam

disponíveis, eram encaminhadas para a nova zona de ação.

O mecanismo da substituição foi o seguinte :

- noite de 1/2 : II/6º R.I. pelo I/370º R. I.
- noite de 2/3 : III/6º R.I. pelo III/370º R. I.;
- noite de 4/5 : I/6º R. I. pelo II/370º R. I.;
- noite de 4/5 e jornada de 5 : II/1º R.O.A.R. pelo 598º F. A. B1.

A partir do dia 4 de novembro a responsabilidade da defesa na região do SERCHIO cabia ao comando da 92ª D. I.

Encerrava-se, assim, a segunda fase das operações em que se empenhou o 6th COMBAT TEAM da Força Expedicionária Brasileira.

Tivemos aí nove mortos, cinquenta feridos, vinte e nove desaparecidos, e capturamos cento e dois prisioneiros.

*

* *

Um resumo numérico das ações praticadas pelo Destacamento da F.E.B. apresentaria as seguintes cifras:

A) Progressão realizada :

- 1ª Fase : 18 km (aproximadamente);
- 2ª Fase : 22 km (aproximadamente);
- Total : 40 km.

B) Frentes de progressão :

- 1ª Fase : cerca de 10 km;
- 2ª Fase : cerca de 20 km.

C) Prisioneiros capturados :

- 1ª Fase : 31 (alemães);
- 2ª Fase : 188 (alemães e italianos);
- Total : 219.

D) Baixas :

- Mortes : 14;
- Feridos : 69;
- Desaparecidos : 29;
- Total : 112 .

LIVROS NOVOS

*ANEDOTARIO DA GUERRA DA TRIPLICE ALIANÇA —
Euzebio de Souza — Biblioteca Militar — 1944.*

“As anedotas pintam o carater dos homens melhor do que muitas páginas de psicologia”, diz umá frase de Gustavo Barroso colocada no portico desse volume. E, na verdade, assim é. As anedotas surgem, quasi sempre, da massa do povo, e têm por fundamento algum fio de realidade. Não têm autor certo e vão-se aperfeiçoando na circulação. Seu sentido corresponde ao juizo da multidão sobre os homens, as raças, as instituições, as coisas em que incidem. E’ sob esse aspecto que a anedota assume uma grande importância. Poucos elementos haverá, seguramente, tão ricos em seiva humana. A sociologia não dispensa a anedota como documento social. A história incorpora-a, fazendo dela veículo de humanização dos seus personagens.

Dentro desse criterio afigura-se-nos altamente justo o acolhimento da B. M. ao trabalho do Sr. Euzebio de Souza. A valia da obra é bem maior do que aparenta à sugestão de rotulo direto, sem doirados nem retorcidos.

Alguns reclamam que aquilo enfeixado no volume em apreço não são anedotas. Estes supõem, de certo, que anedota é apenas a narrativa de “uma aventura curiosa e divertida”, quando não é. Anedota, na definição dos mais graduados dicionaristas, Aulete, por exemplo, significa antes de tudo, o “conto sucinto, rapido de uma particularidade histórica.”

Mais procedente seria levantar restrições ao criterio selectivo e ao volume da colheita do Sr. Euzebio de Souza. Acreditamos, porem, que os defeitos do “Anedotario”, por esse lado, são plenamente explicaveis. Correm menos por conta do autor, que fez muito, do que das deficiências do nosso próprio meio. O Sr. Euzebio de Souza foi às melhores fontes e respigou-as com olho agudo, em geral; lá uma vez que recolheu material

menos interessante. A pobreza quantitativa do "Anedotário" é, pois, a nossa própria pobreza no genero. Tirante Dionisio Cerqueira e Taunay, quem mais nos transmitiu em escala apreciavel o documentario humano da Guerra do Paraguai?

Não ha entre nós o gosto do diário ou das memorias. Os homens têm pudor de registrar as suas impressões de cada dia, e mais ainda de fixar em páginas íntimas, para os posteros, os seus verdadeiros sentimentos. Uma obra no tipo das "Confissões" de Rousseau entre nós seria impossivel. As poucas memórias que contamos na literatura nacional estão muito longe daquela naturalidade confidencial, daquela abundância de detalhes, inda os mais comprometedores. Preferimos o convencional, o bonito, em detrimento do humano e do verdadeiro. Daí decorre, claramente, a exiguidade de certa categoria de material histórico no nosso meio. E o anedotario, de curso oral, só tem possibilidade de sobreviver ao seu momento efemero, quando acolhido às páginas dos diários ou das memórias.

Que o Sr. Euzebio de Souza experimentou dificuldade em reunir anedotas da Guerra da Triplíce Aliança que dessem um volume, temos a evidência no fato de haver incorporado, para fazer numero, alguns casos que não pertencem, absolutamente, ao acervo anedotico da campanha do Paraguai, pois se passaram em época muito posterior, além de terem o motivo central de todo em todo alheio à referida campanha. *Tinha horror à responsabilidade* (p. 52). *No Paraguai a coisa era diferente* (p. 126) e *Gesto edificante* (p. 142) são tipicas anedotas deslocadas.

Tambem se nota que o conteudo de certa anedota foi repetido em duas ocasiões (ps. 49 e 147), outro sinal das dificuldades com que se heuve o autor.

Examinando a fatura do volume assinalar-se-ão alguns defeitos de forma, que bem mereceriam expurgo.

Este final, por exemplo, da historia "O Valor de um General" (p. 46), é de um convencional inutil e insuportavel: "Num gesto bem significativo de muito sofrimento, sem entretanto, proferir um unico gemido, adormeceu."

Por duas vezes (p. 33 e 129) tropeçamos num "valor guerreativo". Eis nesse guerreativo um neologismo cuja vantagem não conseguimos descobrir. Pelo contrário, muito mais expressivo é o termo que todos usam — *guerreiro* — embora funcione vezes como substantivo, vezes como adjetivo.

De um perfumado mau gosto literário é a tirada que se segue, inscrita à pagina 84: "O oficial trazia nos lábios sorriso encantador e irresistível do sexo das graças".

Sexo das graças, francamente, até parece literatura radiofônica ou daquelas "gavetas de cartas" das revistas mundanas.

Dai pode ser que o Sr. Euzebio de Souza nem seja responsável pessoal pela galante perífrase... E' que, consoante sua propria advertência, "muitos dos ditos e facécias enfeixados neste volume, para não perderem o seu valor descritivo vão transcritos como foram grafados pelos seus respectivos autores" (ao invés de *autores* diria melhor *crônistas*, *registradores*, ou *fixadores*, porque, em verdade, os autore sdos "ditos e facécias" nunca são os que as "grafam"). Sucede, porém, que não vindo entre aspas as reproduções literais, o leitor difficilmente saberá de quem se queixar em determinadas passagens... E o Sr. Euzebio de Souza receberá fatalmente injustos quinhões de culpa... Aliás, nem tão inojuotss, porque seguramente em obras dessa natureza uma das tarefas precipuas de quem se propõe a organizá-las é o policiamento do material utilizado. Sempre que o texto não fôr suficientemente claro correto ou em bom estilo far-se-á indispensável a intervenção do compilador no sentido de limá-lo e até substituí-lo.

Encarando a substância do "Anedotario" coligido pelo Sr. Euzebio de Souza, devemos considerar as numerosas sugestões que dele nos veem sobre o homem do nosso passado.

O exemplo dos chefes, esse extraordinário instrumento de disciplina, documenta-se em episódios eloquentes. Um é aquele de Lomas Valentinas, quando Caxias suportava um forte aguaceiro, debaixo de um laranjal, e um soldado vem trazer-lhe, a mandado do Dr. Bonifacio de Abreu, uma xícara de café fumegante.

— “Eu não quero beba-o você” — recusou Caxias. E voltando-se para o seu Estado Maior justificou-se :

— “Quando os meus soldados estão morrendo à chuva, nesta saraivada de balas, não posso dar-me a nenhuma regalia, por pequena que seja.”

Outro episodio que ilustra o exemplo dos chefes é o que vem contado sob o título “Escrupulo de comandante.” O Cel. Emilio Malet, comandando um Regimento de artilharia, recebera uma missão perigosissima. Dois filhos seus pertenciam ao Regimento, por causa disso o comandante reuniu a officialidade e expoz o seguinte :

— “De momento, vacilo, sobre a attitude que devo tomar em relação aos meus filhos. Se os mando na vanguarda, poderão dizer os senhores que, com este meu designio, quero enchê-los de glória; e se os deixo na retaguarda, pensarão, por certo, que procuro poupar-lhes a vida.”

Depois dessa clara exposição incluiu os dois filhos na vanguarda, um dos quais morreu.

Boa e oportuna referência mereceu o alferes Teotonio Lopes de Barros, homem de côr, cuja condição tinha sempre presente, a tal ponto que, “se era convidado a comparecer a qualquer festa particular, furtava-se e respondia logo :

— “Negro não dá carreira certa. Não vou.”

Como se vê, nunca fomos inteiramente isentos do preconceito de côr. Suas formas podem ser disfarçadas, mas aqueles em quem se applica têm plena consciência da sua existência. Singular é que o Sr. Eusebio de Sousa regista essa anedota, fundada no preconceito de côr, mas prefere interpretar o emperramento da carreira do alferes Teotonio, em contraste com os “merecimentos que ornavam a sua pessoa”, como oriundo, talvez, da “sua exagerada independência de carater”. Isto, de resto, equivale ao conceito de que a independência de carater é um obstáculo nos caminhos da vida, conceito que de modo algum devemos cultivar.

A anedota cheia de pitoresco aproxima-se de uma figura extremamente humana, que mostra quanto pode a bondade e

a sinceridade: frei Fidelis, um dos frades italianos que acompanharam o exército nacional na campanha do Paraguai. O santo capuchinho recebia um soldo que transferia integralmente aos soldados enfermos. Às vezes essa operação se realizava sob circunstancias velhacamente propiciadas... Era na semana santa, quando os soldados se apresentavam diante do bom frade mastigando pedaços de carne; já sabiam que isso punha frei Fidelis em grande aflicção, e que a sua providência consistia em conter com algumas moedas a audácia carnívora daqueles maus católicos... Porém, o episódio mais expressivo do curioso método de pregação de frei Fidelis, foi o que decorreu do desaparecimento da custódia do sacrário de uma igreja de Assunção, por ocasião da entrada das forças brasileiras na cidade. A sagrada peça do culto fôra retirada pelo bispo paraguaio Palacios, mas no momento aventava-se a hipótese de ter sido obra sacrílega de algum dos nossos soldados. Frei Fidelis não teve dúvida, aproveitando o domingo, lançou do púlpito uma exortação aos soldados, nos seguintes termos da sua "linguagem macavronica":

— "Soldate, dá cá a custódia, eu reza por ti, eu dá botiviano (dinheiro), sim soldate."

"E as lágrimas lhe corriam" — ajunta Eusebio de Souza. Nessas lágrimas documenta-se a ingenua sinceridade desse santo homem, a qual só não era maior do que a sua intuição sobre as molas dos sentimentos humanos comuns...

O heroismo dos nossos oficiais reponta a cada passo em numerosos episódios. Um desses é a "Desobediência Salvadora", de Argolo, que assim retrucou a uma ordem superior no sentido de abandonar, no auge do combate, certa posição na trincheira de "Punta-Naró":

— "Não me retiro. Diga ao Sr. General que a 24 de maio estive em Rojas e que, tendo-me de lá retirado por ordem do General Osorio, estou hoje vendo Rojas por um oculo..."

Mas se o heroismo abunda não faltam, por outro lado, as manifestações de espírito.

Há o espirito anonimo traduzido em anedotas como a do soldado que gostava da pinga e se justificava perante o tenente :

— “Tudo bebe, seu tenente. Só não bebe o sino da igreja porque tem a boca virada para baixo”.

Primorosa tambem é esta quadra retratando os ciclos da alimentação em campanha, segundo os diferentes comandantes :

“Osorio dava churrasco,
O Polidoro farinha,
O Marquês deu-nos jabá
E Sua Alteza, sardinha”.

Oe Tiburcio ficamos conhecendo uma passagem extraordinária, onde se denuncia a inteligência pronta e agil do bravo soldado. Foi o caso que tendo, uma madrugada, soado no acampamento o toque de corneta que anunciava a presença de Argolo, comandante da Divisão, Tiburcio não teve tempo de calçar as botas antes que o general surgisse na sua barraca. E Argolo “afetando seriedade” inquiriu :

— “Comandante, por que não dorme de botas?”

Ao que replicou Tiburcio:

— “Porque, enquanto as calço, terei tempo de pensar no que fazer.”

Não há, porém, como a resposta dada pelo Gen. Osorio a uma senhora que, numa festa, lhe indagava “em que consistia o segredo de sua bravura :”

— “Eu fui valente por medo, explicou Osorio.

— “Medo?”

— “Sim; tinha medo de que as minhas patricias bonitas não me recebessem bem, se me portasse mal nas batalhas”.

Aliás, Osorio ainda através desse “Anedotário” ilustra os multiplos e fortes aspectos da sua personalidade. Nada menos que 12 casos referem-se a elle, num total de 80. Já é que casos! Encerram exemplos desde o heroico, o justo, o generoso, o belo, até o pitoresco, o galante, o epigramatico.

Taunay considerava-o dono de "muita finura, o espírito arguto e malicioso." Certa vez chamando o historiador de "Retirada da Laguna", para ler-lhe um livro em inglês, expressou-se enunciando um sutil juízo sobre a formação bacharelesca:

— "Você, Sr. Bacharel, tem obrigação de saber tudo. Venha pôr em português esse *english* de uma figa."

A um subordinado que lhe requereu a promoção em versos atendeu também rimando:

"Quem faz versos tão formosos,
Há de ter grande talento
E ser valente... Por isso,
Defiro o requerimento.
Mas não repita,
Que sai-se mal
Falando em verso
Ao general."

De resto, só o fato de um subordinado dirigir-se-lhe em versos já indica o homem simples, flexível, o não-prussiano que era Osório. Foi um chefe eminentemente popular. "Ninguém mais simpático e atraente", descreve Taunay. "Nunca estava de mau humor e de cara fechada, a menos que não entrasse em coleras medonhas, quando então tudo tremia diante dele e dos seus impetos." Era fértil em irônicas reflexões, e piadas, a par de conceitos forrados de bom senso e propriedade. De outra parte era inigualável na calma, no sangue frio, donde a observação de um seu subordinado:

— "Se uma bomba arrebentar na ponta do nariz de Osório, êle nem sequer espirra."

Mas não só os homens, senão também os acontecimentos históricos se caracterizam nesse Anedotário, sob nuances escassamente divulgadas.

Numas palavras de Lopez, ouvidas por um cidadão argentino de Corrientes, vamos localizar os fundamentos das suas esperanças militares a decidir-se pela guerra contra nós. No seu parecer "el Emperador del Brasil no tiene soldados

com que competir al empuje del soldado paraguaio ni, que puedan resistir a las penurias de uma campaña en el Estado Oriental; para esa campaña no tiene mas soldados que los rio-grandenses, y estas son republicanos, que sábram aprovechar esta ocasion para independizarse."

Até nisso, como se vê, a aventura do diatdor paraguaio se aproxima da do "fuherer" nazista. Ambos sacavam sobre a inferioridade inicial do adversário e contavam com a sua infalível desagregação. E, para que a semelhança fosse perfeita, ambos viram-se traídos nos seus calculos, ambos conheceram o peso dos valores humanos que menos prezavam.

Tambem nos métodos de propaganda a famosa ditadura sul-americana se adiantou à ditadura nazista: "dispunha de meia duzia de jornais que viviam, constantemente, a injuriar os paises aliados, notadamente o primeiro deles — o Brasil." Essa imprensa estabeleceu mesmo a seguinte classificação:

"Orientales... general sin ejercito! Brasileños... ejercito sin general! Argentinos... ni general, ni ejercito!"

Ora, bem nos lembramos que os alemães diziam coisas semelhantes dos aliados. Proclamavam que os ingleses não brigavam senão através dos outros; que o exército americano só tinha material; que os russos não tinham generais nem organização.

Métodos semelhantes, castigos semelhantes. Si os generais brasileiros deram um contundente desmentido às injuriosas afirmações da propaganda de Lopez, os ingleses, norteamericanos e russos, por seu turno, foram arrazadores na resposta aos juizos nazistas...

Cumpre formular uns reparos às ilustrações, que são tantas quantas as anedotas e mais umas silhuetas de lambugem, para compôr os pés de página. Pareceu-nos que a preocupação do comico comprometeu um grande numero de ilustrações. Os efeitos são procurados mediante o arranjo de figuras antes ridículas que engraçadas. E' cada um soldado desconjuntado, cada uma cara exotica! Em trabalho dessa categoria

desejariamos mais apuro; que as ilustrações não fossem tão grosseiras, que além de sugestões sobre a história contivessem elementos educativos referentes a uniformes, costumes da época e traços físicos dos nossos chefes. Ao contrário disso, porém, topamos até flagrantes infidelidades às indicações do texto. Por exemplo: Argôlo vem descrito como "um tipo mais baixo do que alto, franzino de corpo" (p. 15); no entanto a ilustração apresenta-o atarracado, ostentando um vasto peito de atleta. Nas páginas 55 e 77 novamente aparece Argôlo, cada vez mais invejavelmente robusto. Também cresceu. Aparenta estatura igual à de Caxias e outros oficiais presentes.

A' revisão escaparam alguns erros: *soluções* por *soluços* (p. 17), *leite* por *leito* (p. 34) *seu* por *ser* (p. 56), *certo* por *certos* (p. 74), etc.

Colocamos esse "Anedotário" na posição de uma interessante iniciativa. Outros setores e outras quadras da vida do Exército estão aí á espera do investigador do seu material anedotico. Um, rico e acessível, vemos logo — é a Praia Vermelha. Se a *Biblioteca Militar* encomendasse a pessoa idonea, que saiba investigar, seleccionar e escrever, uma reconstituição anedotica da Escola Militar da Praia Vermelha, teria incorporado ao seu ativo um serviço realmente precioso, até porque estamos no limite de aproveitar a contribuição oral de alguns veteranos daquela Escola que ainda restam. Mas, um trabalho dessa ordem, para ser completo e bem feito, para ter credito histórico e apresentar-se com adequada roupagem literária (requisito essencial, pois não haveria quem suportasse anedotas contadas em estilo sem vivacidade) deve ter os estímulos de um premio ou a garantia de uma encomenda. Ninguém o empreenderia, nesse nível, sob a duvida de ser aceito e depois disso para o destino, não menos penoso, de atrelar-se a uma fila imensa de outras publicações já antes aceitas.

Entretanto, a inauguração da Escola de Rezende podia ter sido comemorada pela *B. M.* com um livro sobre a Praia Vermelha.

REVISTAS EM REVISTA

Da REVISTA MILITAR da Argentina — Número de novembro de 1944 — "AS APTIDÕES E A IDADE DOS GENERAIS ATRAVÉS DA HISTÓRIA" — Pelo General de Divisão JORGE A. GIOVANELI.

Que idade devem ter os generais?

Eis uma questão debatidíssima e ainda muito controversa.

Naturalmente pode-se encará-la em função do tempo e do espaço. A guerra em todas as épocas exigiu dos generais certas qualidades físicas, embora variasse a intensidade dessas qualidades e a predominância de umas sobre outras. Também, segundo a latitude, os generais podem ser mais ou menos moços, sem prejuízo do vigor físico que se lhes exige.

Mas, incontestavelmente, a aptidão física, a experiência e a força moral estão em íntima relação com a idade, sobretudo nos períodos de paz.

Pois bem, o estudo que vamos acompanhar coloca essa questão da idade dos generais em termos essencialmente objetivos. E como base desse critério passa em revista a idade dos grandes cabos de guerra da humanidade, em todos os tempos.

Inicialmente o General Giovaneli considera que, à medida que a arte da guerra se aperfeiçoa, maiores se tornam as exigências impostas ao General, tanto do ponto de vista da sua preparação profissional, como das suas aptidões de condutor, em caso de guerra e também para desempenhar, no tempo de paz, as múltiplas e delicadas funções que lhe cabem. Consequentemente, conclue o articulista, tanto menor é a possibilidade de que, nos tempos modernos, um general possa ser improvisado.

Reconhece que, nas nações que possuem uma grande experiência de guerra, a formação do General está facilitada por mil circunstâncias, o contrário ocorrendo com as nações sem experiência militar.

A seguir entra o articulista a estudar a ascensão dos grandes generais da humanidade.

Lembra em primeiro lugar Napoleão que, nascido em 1769, foi a general depois do sitio de Tolon, em 1793, isto é, aos 24 anos de idade, e quatro anos mais tarde se encontrava no apogeu de sua carreira.

Os Marechais de Napoleão também foram muito moços. Massena chegou a general aos 35 anos e a marechal aos 43; Berthier aos 39 e 51; Davout aos 29 e 34; Gouvian de Saint Cyr aos 30 e 58; Jourdan aos 31 e 42; Lannes aos 28 e 45; Murat aos 29 e 37; Ney aos 27 e 35; Soult aos 27 e 35.

Já antes de Napoleão Frederico o Grande, criador do Exército Prussiano, também atingia o apice da sua carreira muito moço, pois contava 29 anos por ocasião da batalha de Leuthen.

Da mesma forma que Napoleão, Frederico foi um decidido partidário de um rigoroso processo de ascensão aos graus superiores por seleção, a ponto de estabelecer oficialmente que, acima de coronel, as promoções não respeitariam antiguidade. Há mesmo uma famosa anedota segundo a qual Frederico, em certa ocasião, manifestou que se entre os seus cadetes houvesse encontrado algum com as aptidões do Príncipe Francisco Eugénio de Saboia, o haveria feito imediatamente general.

O certo é que alguns dos grandes generais de Frederico eram muito jovens: Winterfeldt tinha 38 anos; Conrad von der Goltz 39; Rothemburg 34; Sudlitz Scharnhorst, chefe do Estado Maior de Blücher, sustentava que se só a antiguidade fosse condição para o acesso hierárquico, os chefes de grandes aptidões se sentiriam deprimidos e os incapazes estariam sempre à frente do Exército.

Mas, continua o articulista, o tempo corre, a arte da guerra evoluciona, e paralelamente a essa evolução também as exigências do comando vão-se tornando maiores. Ainda que sempre fundamental e imprescindível, a experiência do terreno e do mando não é suficiente; faz-se mister o estudo.

A guerra de 1870 poz em evidência as graves consequências da inferioridade dos generais franceses, que não haviam sabido evoluir no período post-napoleônico, em oposição aos generais alemães que haviam tido a eficaz direção de Moltke.

Contudo, já a esse tempo se exige que os generais tenham certo mínimo de antiguidade e experiência, assim como condições de estudo que os capacite para o comando das grandes unidades. Tudo isso, por certo, sem prejuízo das aptidões físicas, que deviam ser excelentes. Os generais de Moltke são, em todo caso, de mais idade que os de Frederico Napoleão.

O panorama dos generais da primeira grande guerra é o seguinte :

Joffre, generalíssimo dos Exércitos franceses em 1914, tinha 62 anos, e fôra a general com 53; Foch, em 1914 contava 63 anos; Pétain no momento da guerra tinha 58 anos; Nivelle em outubro de 1914, contava 58 anos; Faïolle, que em 1917 comandou o exército que operava contra a Itália foi a general com 54 anos; Castelnau tinha 63 anos quando comandante do II Corpo de Exército que rechaçou os alemães em Nancy; Gallieni, que salvou Paris em 1914, nascera em 1849.

Vê-se, destarte, que os generais franceses da guerra passada tinham entre 55 e 60 anos, e alguns até excediam esse limite.

Do lado a leão o que ocorria era o seguinte : Hindenburg ascendeu ao generalato em 1900, com 53 anos de idade, tinha, pois, 69 anos quando se tornou chefe supremo dos exércitos alemães e austro-hungaros, em 1916; Von Mackensen nasceu em 1849; Ludendorff chegou a general aos 49 anos de idade; Falkenhayn atingiu o grau de general com 53 anos; Von Kuhl tinha 52 anos em 1912, quando se tornou general.

Com respeito aos russos o quadro das idades ao iniciar-se a guerra de 1914-18 era o seguinte: Brussilow 61 anos, Danilov 48, Remenkampf 60, Schilniski 63.

E os ingleses: Robertson 54 anos, Haig 53, Hamilton 61, French 62, Allembys 53.

* * *

Na atualidade, como consequência do emprego em vasta escala da aviação e das forças mecanizadas, do aperfeiçoamento das armas, projeteis, explosivos e materiais de guerra, do melhoramento dos meios de transporte e transmissão, para não citar senão os fatores principais, a guerra adquiriu um dinamismo tão assombroso que o mundo pôde presenciar a liquidação de campanhas que resolveram o destino de algumas nações em prazos extremamente breves.

Pois bem, a França teve nesta guerra o seu destino em mãos do Gen. Gamelin, que havia sido chefe do Estado Maior do marechal Joffre, na batalha do Marne, e que contava, em 1939, 67 anos de idade. Na hora extrema, quando a situação era desesperada, foi substituído por Weigand, que desde 1918 estava fora da atividade efetiva, e que já completara 72 anos.

Do lado alemão o quadro era inteiramente outro. A reorganização da Wehrmacht fora realizada pelo Cel. Gen. Von Blomberg, como Ministro da Guerra. Participara da guerra de 1914 como oficial de Estado Maior e em 1939 tinha 59 anos; Von Beck, chefe do Estado Maior Geral, ao estalar a guerra atual era homem de 50 anos. Guderian, az das forças mecanizadas alemães, em 1929 era capitão e em 1940 Coronel General, nascera em 1888; Goering é de 1893 e o Coronel General Udet; também de aviação, mais moço ainda, pois é de 1896; Kesserling, que teve grande atuação na preparação da arma aérea germânica, nasceu em 1885; o Marechal de Campo Von Brauchitsch ascendeu a Coronel General em 1939, com 55 anos, Von Frisch, Von Brook e Von Leeb com 58 anos; Von Rundstedt tinha 63 anos quando atingiu o generalato, já Von Keitel tinha apenas 56, Von Kluge 54 e Von Kleis 52; o famoso Rommel tornou-se general aos 51 anos.

E os generais russos?

Os Marechais Voroshilov, Timoshenko e Budeny, que constituíam o grande trio do alto comando russo, foram substituídos

por generais mais jovens, em curto prazo após a invasão alemã. Entre esses está o General Yeremenko, defensor de Stalingrado, que ao iniciar a guerra era general contando 47 anos; o General Malinovsky nasceu em 1899; também muito jovem era Vassilevsky, marechal da União Soviética e chefe do Estado Maior do Exército.

Dos generais norte-americanos devemos mencionar Eisenhower, que conta 54 anos; Mac Artur tem 64; Arnold, chefe das Forças Aéreas, nasceu em 1886; Bradley tem 51 anos, Hodges 57, Patton 60, Clark 48, Path 54, Harnon (chefe das Forças Aéreas no Pacífico) 56, Eaker (chefe das Forças Aéreas na Europa) 48, Stilwell 61, Devers 57.

Quanto aos ingleses os dados são os seguintes: Montgomery conta 56 anos, mas foi general com 49; Alexander tem aproximadamente a mesma idade de Montgomery; Ritchie não tinha mais de 40 anos quando comandou os ingleses na Líbia; o Marechal Haris, comandante da RAF tem 52; Wilson, chefe supremo aliado no Mediterrâneo, conta 63 anos.

* * *

Ao cabo desse balanço o articulista entra a formular suas conclusões, que são as seguintes:

Para os grandes e decisivos resultados obtidos com a massa, a potência de fogo e a velocidade, a guerra moderna exige a mais ampla contribuição da ciência e da técnica, em todas as ordens: a guerra é e será cada vez mais científica e industrial.

A principal aptidão de um General é, precisamente, a de manter-se em dia com a arte da guerra, acompanhar sua constante evolução. Isto só se consegue com uma grande vocação, pelo estudo, a investigação, a meditação, a experiência do comando — o que absorve a vida inteira.

E' essencial atribuir á idade dos Generais a importância que realmente têm, mas sem perder de vista que a idade é inseparável das aptidões. Deve-se desejar generais jovens, porem capazes. Sem embargo, a experiência da guerra atual se inclina decididamente em favor dos generais que alcançam esse

grau mais ou menos aos 50 anos; na aviação e nas forças mecanizadas essa idade seria ainda menor.

Parece que a idade de 50 anos assinala o termo médio da vida em que é possível obter o justo equilíbrio entre o desenvolvimento das faculdades intelectuais, a experiência do comando, a preparação teórica e as aptidões espirituais que a guerra moderna exige de um General.

A idade mínima do General não se pôde diminuir de forma arbitrária; a imperiosa necessidade de que o oficial possa adquirir, em cada posto, suficiente experiência de comando de tropa e que, durante sua carreira, possa cursar determinadas escolas para completar e aperfeiçoar seus conhecimentos, leva em todos os exércitos a fixar, para cada posto, um mínimo de interstício, o que, relacionado com a idade de deixar a Escola Militar, fixa, por sua vez, um mínimo de idade em que é possível atingir o generalato.

A arte de comandar não se pode aprender em pouco tempo, senão de forma progressiva, metódica, disciplinada, confiando seu ensino a consumados mestres.

Em suma: o acesso ao generalato é um problema difícil, pois se de um lado se deseja evitar o envelhecimento dos oficiais superiores, de outro a formação de um bom general requer muito tempo.

Nos exércitos em que a escassez e disseminação dos efetivos não permite exercitar os comandos superiores em tempo de paz, de forma que os oficiais superiores adquiram a necessária experiência e revelem suas reais aptidões, há o perigo de que se vá, pouco a pouco, desvirtuando o bom conceito da hierarquia, e que essas aptidões sejam preteridas por outras de menor importância. Em tais casos será indispensável aumentar as exigências da preparação teórica.

Cumpra ainda fixar que, além da capacidade profissional, os generais devem possuir relevantes qualidades de caráter e espírito, que completem sua personalidade.

O verdadeiro conceito da superioridade implica em possuir, em progressão crescente com o posto, superioridade profes-

sional e autoridade moral. São condições inseparáveis e a carência de uma anula a outra, por mais destacada que ela seja.

* * *

Por todas essas considerações, remata o Gen. Jorge Giovaneli, a tarefa de seleção para o acesso ao generalato resulta difícil, sempre que tem de ser rigorosa, sem consideração alguma a circunstâncias, influências ou méritos que possam desvirtuar a finalidade que com tal acesso se persegue.

Em tempo de guerra a escolha está facilitada pelos próprios fatos, que se encarregam de destacar os mais capazes. Em tempo de paz, porém, a seleção se apresenta difícil, e o risco de erro é bem grande, quando prevalece o critério pessoal, quando se quer proceder ao estilo de Frederico ou Napoleão, olvidando que estes tinham um conhecimento pessoal e muito completo dos seus oficiais, através dos longos anos de guerra, vividos em comum.

O sistema de um "Tribunal de classificações" seria o mais seguro para realizar a seleção dos futuros generais. A tarefa desse tribunal estaria, em certa medida facilitada, pelo fato de que, sobre os coroneis em causa, já deve haver no seio do Exército opinião assente, através de uma atividade profissional de muitos anos, durante a qual tiveram oportunidade de revelar suas verdadeiras aptidões.

Não podemos deixar de emprestar a maior simpatia às elevadas e judiciosas idéias do General Giovaneli.

Os problemas do generalato são realmente intrincados. Contudo, alguns pontos ficam bem definidos no seu estudo: a aptidão ao generalato será medida por três condicionais: valor intelectual, valor moral e valor físico. As duas primeiras, naturalmente, implicam em alguma idade, pois exigem tempo para o seu aperfeiçoamento. Mas já o valor físico subente menor idade, sobretudo no nosso clima, que produz um acelerado desgaste físico do homem.

O equilíbrio desses três elementos é, portanto, o que deve haver em todos aqueles que se destinam ao generalato.

E que o processo de escolha não seja o simples arbítrio de uma autoridade.

BOLETIM

Visitar-nos-á, atendendo ao especial convite que lhe foi dirigido pelo Ministro Gen. Eurico Dutra, o Gen. Mark Clark.

Depois de Patton é, talvez, o mais popular general norte-americano. Antes de aparecer com o V Exército, cujos feitos foram dos mais notáveis desta guerra, Mark Clark já fôra a figura central daquela famosa missão secreta que se transportou, em submarino, ao Norte da Africa, em 1942, para acertar providências ligadas ao primeiro grande golpe ofensivo dos aliados.

Mark Clark é o mais moço general dos Estados Unidos, contando atualmente 48 anos.

Concluiu o curso da Academia Militar de West Point em 1917, e já tomou parte na guerra que estava em curso. Foi ferido em ação, mas restabeleceu-se ainda em tempo de participar das operações ofensivas de St. Michel e Meuse-Avigone. Serviu no Exército de Ocupação até julho de 1919.

O Brasil, que colocou às ordens de Mark Clark as suas Forças Expedicionárias, receberá com a maior emoção a visita de tão famoso cabo de guerra.

* * *

Do escritor português Tomaz Ribeiro Colaço, em artigo recentemente publicado no "Correio da Manhã":

"O que interessa na Rússia não é o bolchevismo, é o nacionalismo. O que interessa não é o nivelamento utópico, e ali mesmo falido, de homens e de valores que por natureza se desnívelam. O que interessa não é mais Trotsky menos Trotsky, a série de ficções doutrinárias eminentemente frágeis como afirmação mental inaplicáveis fora da Rússia e irrealizáveis dentro dela mesma pelo que têm de abstrato ou deshumano. O que interessa é o incêndio do nacionalismo verdadeiro que tudo isso acendeu, ao restituir à massa tumultuante dos instintos populares aquele potencial coletivo que se edesvirtua entre os fruidores de mando. Um "nacionalista" na minha terra continua a ser um cavalheiro que só pôde vestir fazendas inglesas, aspira por ir a Vichy tratar dos rins, não pôde passar sem automóvel, enfeita e perfuma a mulher em Paris, todas as noites quer deleitar-se com cinema americano, fuma charutos havanos, manda vir de Nice as flores das suas festas, vai a Monte Carlo perder 300 contos na roleta, só assina L'Illustration, faz malabarismos de escrita para não pagar o imposto que deveria, considera mesquinho, feio ou pobre tudo quanto há em Portugal, bebe champagne, e vivamente deseja ter em Lisboa um governo com muitos policiais que lhe garantiam "a ordem", isto é, o direito de auferir grossos dividendos para os gastar assim, o direito de receber dezenas de contos mensais em "Conselhos de Administração" mesmo nos três meses que passa a

frequentar o Moulin-Rouge, enquanto regateia aos seus operários uma triste quinzena de férias pagas".

* * *

A Biblioteca Militar tem novo diretor — O Gen. Francisco de Paula Cidade.

Está, portanto, de parabéns. O ilustre autor das "Notas de Geografia Militar Sul-americana" levará, por certo, à Biblioteca Militar um impulso renovador. Devemos esperar salutares iniciativas orientadas pelo culto espírito do Gen. Cidade e pelo seu lúcido conhecimento do ambiente intelectual do Exército.

* * *

Morreu em ação, em Okinawa o Gen. Simon Bolivar Buckner Jr., Comandante do X Exército norte-americano.

Fôra o defensor do Alasca, onde os japoneses, apesar das facilidades iniciais, não lograram tomar pé.

Contava 58 anos de idade e é o 27º oficial general que perdem os norte-americanos nesta guerra.

* * *

Uma nova turma de camaradas do exército uruguaio está cursando a nossa Escola de Moto-Mecanização.

São eles: Capitães Washington Buscari, Carlos Serrata; 1.ºs Tenentes Carlos Manuel Vidal e Eduardo M Zubia.

Esta é uma grata oportunidade para renovar e aperfeiçoarmos a fraternal camaradagem que o convívio da turma anterior tão alto colocou.

* * *

Últimas edições da Biblioteca Militar:

"De Descartes ao General X" pelo Cel. Pervier de la Bathie, tradução do Cel. Renato B. Nunes.

"As Repúblicas Hispano-Sul-Americanas — suas emancipações, suas guerras, seus heróis", pelo Cap. Ayrton Salgueiro de Freitas.

* * *

Divulga-se agora, que, em qualquer fase da campanha da Itália, os aliados sempre tiveram um efetivo muito inferior o de Kessebring, sobretudo antes da queda de Mussolini, quando, além das tropas alemãs, os exércitos anglo-americanos tinham de enfrentar também os Exércitos, a Marinha e a Aviação fascista.

* * *

Novidades bibliográficas:

"A Arte da Guerra" — Nicolau aquiavel, trad. do Cel. Renato B. Nunes;

"Algumas cousas da Rússia" — Cel. J. B. Magalhães;

"O Rio dos Tocantins" — Brigadeiro Lysias A. Rodrigues;

"Aplicações Militares" — Cap. Mario de Menezes.

Sobre este último volume assim se expressou o Gen. Heitor Borges: "É o livro um repositório claro, metódico e, sobretudo, prático, condensando em fichas dos principais treinamentos e aplicações a que

devem ser submetidos os combatentes da infantaria. E' um trabalho de consulta útil a tôdos os oficiais e sargentos".

* * *

Voltou à presidência do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil o General Valentim Benício da Silva.

A ilustre instituição militar vinha atravessando uma fase de raras e inexpressivas atividades. Com o Gen. Benício, que já a presidiu com tanto brilho e entusiasmo, com certeza retomarã o nível e a posição que lhe cabe na vida intelectual do Exército.

* * *

Discursando em agradecimento a uma homenagem prestada às Classes Armadas pela indústria açucareira e lavoura canvieira de Pernambuco, o Gen. Reguera teve o seguinte conceito que devemos fixar:

"No mundo de após-guerra só o espírito cristão é capaz de livrar-nos de novas catástrofes. Incumbe assim, aos dirigentes de tôdas as categorias realizar amplamente a fraternidade humana, multiplicando as faillidades e oportunidades para que aumente o número de criaturas felizes. Fugindo ao acréscimo de remuneração que só ilude ao espírito ingênuo, devemos cuidar principalmente de abaixar o custo da produção, mediante mais aperfeiçoados métodos de organização do trabalho, de aparelhagem técnica modernizada, de aproveitamento de novas fontes de energia, de cooperação desinteressada; e, sobretudo, em aperfeiçoar a educação do homem, para que, valorizado, com esforço e dedicação, produza mais em quantidade e qualidade".

Cristal de Rocha

Samuel Kamisar

ALFANDEGA, 72

TELEFONE 43-9411

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra publicados no
«Diário Oficial» de 20 de Abril á 20 de Maio de 1945

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

— O Quartel General do 1.º Corpo de Cavalaria passa a ter autonomia administrativa, de acôrdo com o disposto no artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.
(Aviso n.º 1.373 de 17. — D.O. de 19-5-945).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

— Os núcleos do 2.º B.C.C.-D.M.M. e do 3.º B.C.C.-D.M.M., passam a ter autonomia administrativa de acôrdo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado por Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.
(Aviso n.º 1.231 de 2. — D.O. de 4-5-945).

CERTIFICADO DE RESERVISTAS — (Fornecimento).

— I. Para efeito de fornecimento de certificado de reservista às praças do Depósito de Pessoal e do Centro de Recomeciamento de Pessoal, ambos da Força Expedicionária Brasileira, que devam ser licenciadas, observar-se-á o seguinte:

a) quando o D.P. ou o C.R.P. estiver de posse do certificado do reservista convocado fará neste documento as devidas anotações entregando-o imediatamente ao seu possuidor;

b) quando o D.P. ou o C.R.P. não estiver de posse do certificado fornecerá, imediatamente, um outro, em caráter excepcional, e, para sua escrituração aproveitará os elementos de que dispuser;

c) neste último caso o D.P. ou o C.R.P. enviará à Circunscrição de Recrutamento onde vai residir o reservista, os dados que sobre o mesmo possuir, mencionando-se também o fornecimento do certificado constante da letra b. A C.R. providenciará a recepção do certificado primitivo, completando-o no verso, se fôr o caso, com os dados recebidos do D.P. ou do C.R.P., e, se necessário, de outras unidades por onde tenha passado o reservista. Uma vez isto feito providenciará, também, a substituição do segundo certificado pelo primitivo e remeterá à Diretoria de Recrutamento o certificado substituído, a fim de ser incinerado;

d) às praças voluntárias ou sorteadas que devam ser licenciadas, será fornecido certificado de reservista pelo D. P. ou C. R. P. aplicando-se, conforme o caso, o disposto nas letras acima.

II. As mesmas disposições serão também aplicadas por qualquer unidade que possua praças nas condições deste Aviso, inclusive as que regressarem do Teatro de Operações.

(Aviso n.º 1.249 de 7. — D.O. de 10-5-945).

CORPO D ETROPA — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante do 13.º Regimento de Infantaria, em Offício número 2.258-Sc., de 4 de outubro do ano último, se "no Regimento de Infantaria, que é um corpo de tropa, constituído de unidades (Batalhões) a expressão "as unidades combatentes" (letra a do art. 12 da Lei de Promoções) refere-se tão somente ao Regimento ou se abrange também os Batalhões incorporados, cabendo no caso afirmativo aos Comandantes de Batalhão escriturar os Registros de Informações de seus oficiais".

Em solução, declaro que somente aos Comandantes de unidades administrativas de vida autónoma cabe a escrituração do caderno "Registro de Informações". No caso de Grupos, Batalhões, Companhias, Esquadrões e Baterias, destacados, mas sem vida autónoma, os respectivos Comandantes enviarão ao Comando da unidade a que estão ligados os conceitos sobre seus oficiais, a título de informações.

(Aviso n.º 1.337 de 15. — D.O. de 17-5-945).

CURSO D. DO CENTRO DE INSTRUÇÕES DE DEFESA ANTI-AÉREA. — (Aprovação).

— Aprovo o parecer do Estado Maior do Exército, emitido em seu Offício número 245/C, de 17 de abril de 1945, opinando pela equivalência entre os cursos D do Centro de Instrução de Defesa Anti-Aérea e o de Comandante de Seção, para efeito de nomeação de 2.º Tenente da Reserva de 2.ª classe (artigo 2.º, letra a do Decreto-lei n.º 4.271, de 17 de abril de 1942).

(Aviso n.º 1.147 de 23. — D.O. de 25-4-945).

CURSOS DE CANDIDATOS A SARGENTOS — (Autorização).

— A Diretoria de Moto-Mecanização fica autorizada a organizar Cursos de Candidatos a Sargento, nas unidades moto-mecanizadas, com a duração de seis semanas, para as praças possuidoras do curso da Escola Técnica de Aviação.

O programa desses cursos deverá restringir-se aos assuntos e será organizado pela referida Diretoria.

As praças aprovadas nos mesmos cursos estarão aptas à promoção ao posto de 3.º sargento, para servirem, exclusivamente, nos escalões de manutenção.

(Aviso n.º 1.306 de 14. — D.O. de 16-5-945).

CURSO PARA OFICIAIS NA E. MOTO-MECANIZAÇÃO —
(Funcionamento).

— Deverá funcionar, a partir de 1 de junho do corrente ano, com a duração de sete meses, o Curso para Oficiais na Escola de Moto-Mecanização.

O número de alunos será fixado pela Diretoria de Moto-Mecanização de acordo com o de oficiais que, não possuindo aquele Curso, possam ser dispensados das unidades moto-mecanizadas em que servem.

(Aviso n.º 1.210 de 27. — D.O. de 30-4-945).

DEPOSITO DE MATERIAL DE INTENDENCIA DA 5.ª R. MILITAR
(Efetivo).

— Aprovando a proposta do General Comandante da 5.ª Região Militar, fica o Depósito de Material de Intendência da 5.ª Região Militar com o seguinte efetivo:

- Um primeiro ou segundo tenente;
- Um segundo sargento;
- Um terceiro sargento;
- Dois cabos e
- Seis soldados.

(Aviso n.º 1.291 de 10. — D.O. de 12-5-945).

DEPOSITO DO PESSOAL EM TRANSITO (D.P.T.) — (Criação).

— I — Fica criado, nesta data, o Depósito do Pessoal em Trânsito (D.P.T.) destinado a receber as praças transferidas desta Região Militar para outras e as que, provenientes das diferentes Regiões Militares, se destinem a esta Região, de sorte que de modo algum fiquem praças em trânsito adidas ou encostadas aos corpos de tropa.

II — O D.P.T. ficará diretamente subordinado ao Diretor do Serviço de Embarque do Pessoal do Ministério da Guerra e terá a seguinte constituição:

Um Capitão. Um Tenente. Um Tenente 1.ª E. Dois Segundos Sargentos. Três Terceiros Sargentos. Quatro Cabos dactilógrafos. Dois Soldados burocratas.

III — O D.P.T. funcionará numa ala do Regimento Sampaio (1.ª R.I.), devendo o Chefe do E. M. — F.E.B. — I. tomar as providências para a entrega das acomodações julgadas necessárias.

(Aviso n.º 1.178 de 25. — D.O. de 27-4-945).

DIRETORIA DE TRANSMISSÕES — (Aumento).

— Por absoluta necessidade do serviço fica a 1.ª Seção da Diretoria de Transmissões aumentada de dois maiores adjuntos, especializados ou não.

(Aviso n.º 1.239 de 4. — D.O. de 7-5-945).

INSTRUÇÕES PARA ESPECULAÇÃO DE PREÇOS — (Redação).

— O item XIV das Instruções para Especulação de Preços passa a ter a seguinte redação :

XIV — O fornecedor que, sem motivo de força maior, devidamente comprovado, deixar de entregar, dentro do prazo fixado no pedido, os artigos nêle incluídos, pagará uma multa progressiva, calculada da seguinte forma, sobre a importância total dos artigos não entregues:

- a) 0,3 % por dia que exceder do prazo até 15 dias de atraso;
- b) 0,5 % por dia que exceder do prazo precedente até 30 dias de atraso;

1 — findo o prazo de 30 dias de atraso, será o material adquirido mediante tomada de preços, de quem possa entregá-lo no menor tempo, correndo a diferença de preço por conta do fornecedor faltoso, sem que essa providência o exima do pagamento da multa;

2 — no caso em que o material seja recusado pela segunda vez, a Administração da unidade interessada poderá cancelar o pedido, na parte referente aos artigos recusados, adquirindo mediante tomada de preços, correndo a diferença de preço por conta do adjudicatário faltoso, sem prejuízo da multa prevista no presente item;

3 — os Estabelecimentos interessados comunicarão ao Escalão Superior, a inobservância, pelos fornecedores, dos prazos para entrega dos artigos, sempre que escapar à sua alçada a aplicação da penalidade a que porventura estejam sujeitos;

4 — a relevação das multas só poderá ser feita de acordo com o art. 771, combinado com o art. 772, do R.G.C.P.
(Aviso n.º 1.153 de 23. — D.O. de 25-4-945).

MATRICULA NO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DA E. DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO — (Instrução).

— Ficam revigoradas para o corrente ano as Instruções para o exame de seleção para matrícula no Curso de Aperfeiçoamento da Escola de Intendência do Exército ("Diário Oficial" de 28 de outubro de 1943), bem como os respectivos pontos para a prova de seleção (Boletim do Exército n.º 11, de março de 1944), que deverá ser efetuada a 18 de maio próximo.

A Diretoria de Intendência do Exército remeterá à Escola de Intendência do Exército, até o dia 15 do referido mês, a relação dos candidatos julgados em condição de concorrer ao exame, juntamente com as atas de inspeção de saúde, realizada nas sedes das Regiões Militares em que servirem os candidatos.

(Aviso n.º 1.211 de 27. — D.O. de 30-4-945).

MILITARES INTEGRANTES DA FORÇA EPEDICIONÁRIA BRASILEIRA — Cessação de vantagens).

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que, dada a

neva situação da guerra, os militares e assemelhados, integrantes da Força Expedicionária Brasileira, uma vez chegados ao território nacional, não devem mais retornar ao Teatro de Operações, salvo casos excepcionais, decreta :

A data para a cessação das vantagens previstas no art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.497, de 13 de maio de 1944 é a da chegada do militar ou assemelhado ao território nacional.

Para os militares e assemelhados, já repatriados, e que se acham no gozo das vantagens do referido artigo, essas vantagens cessam a partir da data da publicação do presente Decreto-lei.

A todos os militares ou assemelhados, que tiverem sido repatriados por motivo de doença contraída em serviço no Teatro de Operações, ficam extensivas, as vantagens previstas no art. 1.º do citado Decreto-lei até a data da publicação deste Decreto-lei. Fica entendido que os vencimentos a que se refere o art. 6.º do Decreto-lei n.º 7.279, de 25 de janeiro de 1945, são os vencimentos normais de tempo de paz.

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 7.530 de 7. — D.O. de 19-5-945).

NOMEAÇÃO OU DESIGNAÇÃO DE SUBALTERNOS — (Ordem).

— Tendo em vista melhorar a situação do serviço, evitando as delongas consequentes do encaminhamento de papéis, passa para atribuição da Diretoria das Armas a nomeação ou designação de subalternos para qualquer função fora da tropa.

(Aviso n.º 1.295 de 11. — D.O. de 14-5-945).

OFICIAIS E PRAÇAS QUE REGRESSAM DA F.E.B. — Determinação).

— I — Dado que já é acentuado o número de oficiais e praças que regressam a esta Capital, oriundos da F.E.B., determino :

a) os Oficiais superiores das armas ficarão adidos à Diretoria de Armas;

b) os Capitães e Oficiais subalternos, das armas, assim como as praças, ficarão adidos ao Centro de Recompentamento de Pessoal da F. E. B.

II. Fica alterada a parte do Aviso número 3.539/28 de 21 de novembro de 1944 no que colidir com o presente.

(Aviso n.º 1.117 de 18. — D.O. de 23-4-945).

PAGAMENTO DE ETAPA — (Suspensão).

— Declaro, para os devidos fins, que fica suspenso o pagamento da etapa tipo F.E.B. ao Centro de Recompentamento do Pessoal da F.E.B., devendo ser paga ao referido Centro, a partir do dia 11 do corrente, inclusive, a etapa normal de guarnição.

(Aviso n.º 1.284 de 10. — D.O. de 12-5-945).

nova situação da guerra, os militares e assemelhados, integrantes da Força Expedicionária Brasileira, uma vez chegados ao território nacional, não devem mais retornar ao Teatro de Operações, salvo casos excepcionais, decreta :

A data para a cessação das vantagens previstas no art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.497, de 13 de maio de 1944 é a da chegada do militar ou assemelhado ao território nacional.

Para os militares e assemelhados, já repatriados, e que se acham no gozo das vantagens do referido artigo, essas vantagens cessam a partir da data da publicação do presente Decreto-lei.

A todos os militares ou assemelhados, que tiverem sido repatriados por motivo de doença contraída em serviço no Teatro de Operações, ficam extensivas, as vantagens previstas no art. 1.º do citado Decreto-lei até a data da publicação deste Decreto-lei. Fica entendido que os vencimentos a que se refere o art. 6.º do Decreto-lei n.º 7.279, de 25 de janeiro de 1945, são os vencimentos normais de tempo de paz.

O presente Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Decreto-Lei n.º 7.530 de 7. — D.O. de 19-5-945).

NOMEAÇÃO OU DESIGNAÇÃO DE SUBALTERNOS — (Ordem).

— Tendo em vista melhorar a situação do serviço, evitando as delongas consequentes do encaminhamento de papéis, passa para atribuição da Diretoria das Armas a nomeação ou designação de subalternos para qualquer função fora da tropa.

(Aviso n.º 1.295 de 11. — D.O. de 14-5-945).

OFICIAIS E PRAÇAS QUE REGRESSAM DA F.E.B. — Determinação).

— I — Dado que já é acentuado o número de oficiais e praças que regressam a esta Capital, oriundos da F.E.B., determino :

a) os Oficiais superiores das armas ficarão adidos à Diretoria de Armas;

b) os Capitães e Oficiais subalternos, das armas, assim como as praças, ficarão adidos ao Centro de Recompentamento de Pessoal da F. E. B.

II. Fica alterada a parte do Aviso número 3.539/28 de 21 de novembro de 1944 no que colidir com o presente.

(Aviso n.º 1.117 de 18. — D.O. de 23-4-945).

PAGAMENTO DE ETAPA — (Suspensão).

— Declaro, para os devidos fins, que fica suspenso o pagamento da etapa tipo F.E.B. ao Centro de Recompentamento do Pessoal da F.E.B., devendo ser paga ao referido Centro, a partir do dia 11 do corrente, inclusive, a etapa normal de guarrição.

(Aviso n.º 1.284 de 10. — D.O. de 12-5-945).

QUADRO SUPLEMENTAR GERAL OU PRIVATIVO — (Autorização).

— A Diretoria das Armas fica autorizada a transferir para o Quadro Suplementar Geral ou Quadro Suplementar Privativo os Capitães nomeados por ato ministerial ou mandados matricular em Escolas ou Centros com prejuízo das funções, quando o curso fôr de duração superior a seis meses.

(Aviso n.º 1.23 de 4. — D.O. de 7-5-945).

RESERVISTAS CONVOCADOS — (Licenciamento).

— Os reservistas de 2.ª e 3.ª categorias, convocados para Cursos Regionais de Formação de Graduados de Fileira ou de Formação de Especialistas e Artífices, que não os concluírem um ano depois da data da exclusão dos referidos cursos.

(Aviso n.º 1.199 de 26. — D.O. de 28-4-945).

RESTABELECIMENTO DE FERIAS — (Restrições).

— Ficam restabelecidas as férias de que tratam os arts. 322 a 330 do Regulamento Interno dos Serviços Gerais, suspensas anteriormente pela necessidade da segurança nacional, observadas as seguintes restrições:

a) as férias serão gozadas na sede da guarnição de férias. Para gozo de férias fora da sede é necessário permissão prévia do Ministro da Guerra, concedida a pedido do respectivo Comandante de Região Militar e sómente para os casos excepcionais de saúde.

b) no corrente ano só poderá ser concedido um período de férias.

Fica assegurado, para época oportuna, o gozo do período de férias já acumuladas.

(Aviso n.º 1.252 de 7. — D.O. de 10-5-945).

SERVIDOR PUBLICO CONVOCADO EM TRANSITO — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante da 1.ª Brigada de Infantaria, em radiograma n.º 325, de 20 de janeiro último, se os trinta dias de trânsito a que faz jus o servidor público, após o desligamento da unidade a que servia, como convocado, de acordo com a solução de consulta publicada no Boletim do Exército número 18, de 29 de abril de 1944, são considerados com direito à percepção de vencimentos, substituindo a ajuda de custo, destinados ao pagamento das despesas de viagem de regresso.

Em solução, declaro que o funcionário convocado para o serviço militar passa a perceber, após o licenciamento, os vencimentos do cargo civil (Aviso n.º 886, de 14 de abril de 1944) e tem direito a trinta dias de trânsito, incluídos nesse prazo os dias de viagem, para entrar no exercício do mesmo cargo, (so-

lução de consulta publicada no Boletim do Exército de 29 de abril de 1944).

(Aviso n.º 1.248 de 10. — D.O. de 12-5-945).

SERVIÇO CINEMATOGRAFICO — (Criação)

— I Fica criada, anexa à S. G. M. G., u ma "Seção de Serviço Cinematográfico" (S.S. Cine), com a finalidade e centralizar as atividades ligadas à cinematografia, no Ministério da Guerra.

— II A S.S. Cine será subordinada diretamente ao Secretário Geral do Ministério da Guerra e compreenderá, inicialmente, o seguinte pessoal, que poderá ser aumentado de acôrdo com as necessidades do serviço:

a) Oficiais: — Um Major ou Capitão Chefe; Um Oficial subalterno, adjunto; b) Praças: — Um Terceiro Sargento. Um Cabo. Um Soldado.

III. — A S.S. Cine, reger-se-á, provisoriamente, por instruções especiais a serem baixadas oportunamente.

(Aviso n.º 1.322-A de 14. — D.O. de 16-5-945).

SERVIÇO DE ENGENHARIA — (Criação).

— E' eriado, nesta data, o Serviço de Engenharia da Diretoria de Moto-Mecanização, com o seguinte efetivo:

Coronel ou Tenente Coronel de Engenharia do Q.T.A., Chefe. Majores ou Capitães (de preferência técnicos da ativa), Adjuntos. Cabe ao mesmo Serviço, como aos demais Serviços de Engenharia, a fiscalização técnica do trabalho e o emprego dos recursos previstos para o financiamento das obras que lhe estiverem afetas.

A Diretoria de Engenharia providenciará quanto à distribuição das obras que ficarão a cargo desse Serviço, para o qual será transferido, da referida Diretoria, o saldo dos créditos já distribuídos para as obras em aprêgo.

(Aviso n.º 1.254 de 7. — D.O. de 10-5-945).

SERVIÇOS DE ENGENHARIA — (Restabelecido).

— São, nesta data, restabelecidos os Serviços de Engenharia da 1.ª Região Militar e das Diretorias de Material Bélico e de Artilharia de Costa, os quais etrão o seguinte efetivo:

1. Coronel ou Tenente-Coronel da Arma de Engenharia do Q.T.A., Chefe.

2. Majores ou Capitães (de preferência técnicos da ativa), Adjuntos.

Cabe a esses Serviços o emprego dos recursos previstos para o funcionamento das obras cuja fiscalização técnica e administrativa será executada pelos Oficiais do próprio Serviço, sendo transferidos para os mesmos os saldos dos créditos já distribuídos à Diretoria de Engenharia.

(Aviso n.º 1.253 de 7. — D.O. de 10-5-945).

TRANSFERENCIA DE PRAÇAS — (Solução de consulta)

— I. O Comandante do Núcleo da Divisão Motorizada consulta se tem atribuição para transferir praças entre corpos sob sua jurisdição.

II. Em solução, declaro:

a) compete ao Comandante do Núcleo da Divisão Motorizada a transferência de praças de uma para outra Unidade da sua Divisão;

b) quando se tratar de movimentação de praças de Unidades estacionadas em Regiões Militares diferentes, deve ser efetuada pelo Diretor das Armas, por proposta do Comandante do Núcleo da Divisão Motomecanizada;

c) a transferência de praças feita pelo Comandante do Núcleo da Divisão Motomecanizada, dentro do território de uma Região Militar, deve ser comunicada ao Comandante da Região Militar interessada;

d) a transferência de praças de Unidades da Divisão Motomecanizada para outras Unidades não pertencentes à Divisão ou vice-versa, será feita pelo Diretor das Armas, ouvidos os Comandantes interessados: Divisão Motomecanizada e Região Militar.

(Aviso n.º 1.238 de 4. — D.O. de 7-5-945).

cc

UNIDADES-ESCOLA — (Ordem)

— A fim de que as Unidades-Escola fiquem em condições de satisfazer as exigências de instrução prática previstas no programa da Escola das Armas, a reabrir no início do ano próximo, passam, desde já, as citadas unidades à disposição da Diretoria de Ensino do Exército.

(Aviso n.º 1.269 de 17. — O.O. de 19-5-945).

Mattheis Cia. Texteis

RUA BENEDITINOS, 17 — 2.º

RIO DE JANEIRO

Fabrica de Cerveja Conceição

RUA DO LAVRADIO, 69-71

TELEFONE: 22-1855

Tem sempre Cerveja de Primeira Qualidade como sejam:
BRANCA, PRETA OU PA' e TRANSMONTANA.

Recebe-se toda e qualquer encomenda.

IGLESIAS & GONZALEZ

RIO DE JANEIRO.

A administração espiritosantense vista pelo "O Estado de São Paulo"

*Contribuição do Estado do Espírito Santo para com-
pela assistência social aos combatentes da F.E.B. — Casa
própria à família dos expedicionários espírito-santenses
mortos em combate ou invalidados — Instrução gratuita
aos filhos — Enxoval de casamento às filhas — Prefe-
rência nas nomeações para cargo ou função pública es-
tadual.*

Manifestando-se sobre um decreto do governo do Estado do Espírito Santo, "O Estado de São Paulo" escreveu em sua edição de 24 de Março de 1945 o seguinte:

"O Governo do Estado do Espírito Santo, segundo notícias chegadas de Vitória, tomou a iniciativa patriótica e das mais simpáticas de assistir aos soldados espírito-santenses, incorporados à F.E.B., bem como às suas famílias. Esta assistência acha-se estabelecida no seguinte Decreto :

Art. 1.º — O Estado assegura às famílias dos sargentos e praças espírito-santenses que integram a Força Expedicionária Brasileira, mortos em combate, ou em consequência de operações de guerra, os seguintes favores :

I — Casa própria, cujo valor variará de acôrdo com o regulamento dessa lei;

II — Instrução gratuita aos filhos em estabelecimentos de ensino estadual ou que receba subvenção do Estado;

III — Enxoval de casamento para as filhas, de valor variavel conforme o regulamento, mas não superior a cinco mil cruzeiros.

Parágrafo 1.º — A instrução a que se refere este artigo será, de preferencia agricola, ou técnico-industrial.

Parágrafo 2.º — A instrução gratuita e ao enxoval terão direito os irmãos dos sargentos e dos praças que deles foram único arrimo.

Art. 2.º As famílias dos sargentos e praças espírito-santenses da Força Expedicionária Brasileira, que se invalidarem em consequência

das operações de guerra o Estado assegura os benefícios constantes dos números II e III e parágrafos 1.º e 2.º, do artigo anterior.

Art. 3.º — Em igualdade de condições terão preferência para as nomeações em cargo ou função pública estadual, os sargentos e soldados mencionados no art. 1.º que desmobilizados, regressem ao Espírito Santo.

Art. 4.º — O Estado destinará nos orçamentos vindouros a dotação necessária á execução deste Decreto-lei, e no segundo semestre do corrente ano o crédito necessário para as despesas neste exercício.

Art. 5.º — A Secretaria do Interior e Justiça compete executar e regulamentar no prazo de 60 dias, este Decreto-lei.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Interventor Jones dos Santos Neves, portador de um nome ilustre e tradicional no Estado, seu governo tem sido proveitosíssimo á terra capixaba. O Decreto acima transcrito teve a sua aprovação pedida ao Conselho Administrativo com a seguinte exposição de motivos:

“Senhor Presidente: — A convocação de varias classes de cidadãos espirito-santenses para o serviço militar em tempo de guerra tem trazido, como é natural, preocupações ao governo quer no que diz respeito á nossa economia, ainda incipiente, quer no tocante á assistência á esses nossos bravos irmãos que, orgulhosos do dever se apresentam aos quartéis quasi em número total, sem mostras de refratariedade ou indisciplina.

2. Esse ato revela primordialmente como os espirito-santenses compreendem a noção do dever e como tal noção se vem incutindo no animo dos nossos concidadãos desde a escola primária, o que nos coloca em posição de relevo junto aos demais Estados.

3. O Governo do Estado vem cogitando de uma série de medidas destinadas a melhorar ou atenuar a situação economica dos nossos homens que na Força Expedicionária Brasileira, se partiram para os campos da guerra, e das suas familias que permaneceram, suportando, com a ausencia a tremenda incerteza dos fatos.

4. Bem conhece o Estado como o Governo Federal tem sabiamente provido á situação dos militares e que a Legião Brasileira de Assistência acode vigilante ás necessidades materiais e morais dos que se foram e do que ficaram.

5. Todavia, não será exagerado dizer-se que tudo quanto o Poder Público fizer, em beneficio dos que, além-mar, estão com bravura

pugnando pelo renome internacional do Brasil e amparo de suas famílias, também trabalhando e sofrendo, resignadas e silenciosas, por esse renome, será apenas um pouco do que aos expedicionários se está a dever, pelo sacrifício honroso que nobremente aceitaram.

6. Dominado por esses pensamentos determinei se estudasse uma série de providências destinadas a assegurar, quanto possível seja, à família do soldado expedicionário espirito-santense, caso os incidentes das batalhas o prostrarem morto, ou o invalidem, e ao próprio expedicionário, ao regressar glorioso dos campos onde defendeu em o sangue e com o suor a dignidade nacional malferida.

7. No projeto de Decreto-lei que tenho a honra de submeter, por intermédio de V. Excia., ao Colendo Conselho Administrativo, e é o primeiro da série em estudo, cogitou o Governo de amparar a família do soldado que morrer ou invalidar-se em consequência da guerra e daqueles que regressando, pretender acesso aos cargos e funções públicas. O Estado garante, com esse Decreto-lei a família do que morrer, a casa própria, a instrução gratuita, dos filhos e dos irmãos instrução preferentemente agrícola ou técnico-industrial, e enxoval para o casamento das filhas e irmãs. Ao que se invalidar, a instrução dos filhos e irmãos e enxoval das filhas e irmãs. Ao que volte, preferencia em igualdade de condições, para o emprego ou função pública.

8. No regulamento, que se baixar, o Estado fixará as condições em que tais favores serão concedidos e em outros atos, oportunamente oferecidos ao exame do Colendo Conselho atenderá a questão do desemprego consequente á desmobilização.

9. Creio, Sr. Presidente, que o projeto dispensa mais larga exposição e confiando-o aos doutos suplementos de V. Excia. e dos seus dignos pares, estou certo de que, se emendado ou substituído, só o será para maior benefício do expedicionário espirito-santense e para maior grandeza dos propósitos que inspiram o Governo do Estado. — Atenciosas saudações. — Jones dos Santos Neves, Interventor Federal."

A CONTRIBUIÇÃO DO ESPIRITO SANTO

Esse Decreto consubstancia um acertado, patriótico ato do Governo. A sua orientação é digna de ser apontada como modelo. E por ele se vê que a contribuição do Espírito Santo para a guerra, em que o Brasil se empenha por uma questão de sobrevivência nacional, é das mais valiosas."



Interventor Fernando Costa

Quatro anos de realizações à frente de Piratininga

Rodeado da simpatia e merecendo os aplausos do civil e laborioso povo paulista, o Interventor Fernando Costa viu passar o quarto aniversário de seu patriótico governo

Entre demonstrações as mais espontâneas e sinceras de todo o povo paulista, o Interventor Fernando Costa viu passar, a 5 de junho corrente, o quarto aniversário de seu fecundo e laborioso governo à frente da civil e grande terra de Piratininga.

Assumindo a administração de Piratininga em hora difícil, o panorama econômico se tornava delicado devido às consequências do conflito mundial, o sr. Fernando Costa não se deixou atemorizar pelo

vulto da tarefa gigantesco que lhe era entregue, confiantemente, pelo ilustre presidente Getulio Vargas. Ao contrário, conhecedor de todos os problemas bandeirantes, identificado com as aspirações e necessidades de seu povo e de sua terra, o dinâmico e experimentado administrador lançou-se resoluto ao desempenho dos encargos colocados sobre seus ombros.

Assim, se acabamos de comemorar, com indescritível entusiasmo, a rendição incondicional dos inimigos que se haviam instalado na Europa, é lícito afirmar-se que o Governo do Sr. Fernando Costa, desenvolvendo-se nestes trágicos, mas gloriosos quatro anos de luta tenaz contra o nazi-facismo, foi, tipicamente, um governo de tempo de guerra, enfrentando todos os formidáveis obstáculos à expansão de nossa economia regional, especialmente porque São Paulo, sem falso orgulho, é a unidade-líder da Federação Brasileira, verdadeiro fiel da balança econômica do país.

E que é que se vê, na vida desta fecunda região, como resultado da ação infatigável de seu governante?

Não na opinião discordante, embora estejam definidos em correntes diferentes as agremiações partidárias: — realizou o Sr. Fernando Costa um governo cabalmente honesto, atento permanentemente às necessidades públicas, moralizando e comprimindo as despesas do erário estadual sem criar restrições ao aperfeiçoamento necessário dos serviços públicos e à proteção dos mais altos interesses coletivos.

Dividem-se as opiniões partidárias, para o efeito da política nacional: agrupam-se os homens, democraticamente, em correntes que irão se defrontar, lealmente, no entrechoque das urnas eleitorais; discutem-se e entram em conflito idéias sobre a economia do país, para dirigi-la desta ou daquela forma; mantem-se em aberto, da mesma forma, o debate amplo mas sereno, dos problemas da economia estadual, especialmente quanto a empreendimentos básicos de nossa agricultura há, talvez vozes discordantes, quanto a esta ou aquela providência do governo de São Paulo, no que toca a um ou outro dos proble-

mas locais: todavia o Sr. Fernando Costa merece e tem recebido, invariavelmente, dos mais representativos elementos de todos os quadrantes políticos, a manifestação unânime de consideração, estima e solidariedade pela retidão da atividade governamental, pela inteligência da compressão de despesas, pela amplitude dos serviços desenvolvidos enfim, pela própria eficiência do governo que, pela primeira vez em quarenta anos e em pleno estado de guerra, sob todas as restrições nacionais e internacionais, levou ao "superavit" o orçamento do Estado sustentando o vigor de uma administração bem orientada, fecunda em realizações e caracterizada pelo apego ao superior interesse público.

Sem choques, sem disputas, sem melindres, antes inspirando real e inegável união espiritual de todos os seus concidadãos pelo verticalismo de sua ação de homem público, o Sr. Fernando Costa acima de todos os benefícios que trouxe à economia e ao trabalho neste Estado-líder, condicionou a pacificação dos espíritos que agora se revela no respeito que merece aos próprios adversários políticos, os quais mantêm em relação ao chefe do Executivo de São Paulo, o reconhecimento dos serviços prestados, da isenção política na condução de nossa economia e do esforço construtivo nesta quadra de ingentes sacrifícios comuns.

Foram quatro anos de invariável tenacidade, estes que o Sr. Fernando Costa agora completa, na chefia do poder público paulista. Quatro anos difíceis, não só porque a economia regional se ressentia de erro do passado, mas, principalmente porque se debateu para vencer impecilhos quase insuperáveis, decorrentes da guerra, os quais apunharam as mais fortes de nossas fontes de riqueza, fazendo-as sangrar e quasi estiolar-se, não fosse a ação inteligente do governo do Estado, amparada em sábia política do governo central.

Servindo-se de técnicos, prestigiando, indistintamente, quantos puderam contribuir para a defesa de nossa economia e ampliação de nossos serviços sociais, o Sr. Fernando Costa despersonalizou a função de governante, para lhe conferir a característica exata da função pública. Convocou as energias de nossos setores da produção presti-

giou os empreendimentos uteis a recuperação economica, tornou mais profunda a ação do Estado na solução de gravissimos problemas de numerosas forças da produção e deu-lhes unidade, ao mesmo tempo que aprimorou os serviços publicos de assistência social de ensino primario e profissional, de profilaxia sanitária, assistência médica e hospitalização.

Todos os municipios desde o mais importante até ao menor deles, mereceu especial atenção do realizador dirigente do governo paulista, que nesse particular foi igual para todos. Não houve municipio privilegiado, tendo sido os interesses de qualquer deles atendidos com presteza e solicitude.

A ação administrativa do sr. Fernando Costa não deslizou pela superficie, nem espoucou em fogos de artificios; ao contrario sem a pressa que encobre defeitos, sem artificios, que iludem apenas temporariamente o povo, o Sr. Fernando Costa deu um vigoroso sentido de profundidade a ação governamental. Não titubrou ao enfrentar problemas muito sérios de nossa economia atual e do futuro: fulminou os erros da criação de desertos, fruto da miragem de conquista de novas terras; cuidou desveladamente da exploração agraria, para lançar a bitola de um racional aproveitamento das riquezas do sólo e de enriquecimento de regiões empobrecidas, devolvendo aos territórios a fertilidade que o empirismo da lavoura a erosão e a eliminação das matas provocaram durante tantos anos de verdadeira cegueira no amanho da terra.

Tudo isto deu em resultado uma transformação evidente de mentalidade do proprio povo, somando-se aos aguilhões oriundos da guerra que serviu de exemplo e estímulo. E o Sr. Fernando Costa, hoje, depois destes quatro anos de trabalho ingente e denodado, não descansa sobre os louros; comprehende as necessidades deste começo de após-guerra e vislumbra, mesmo nos mais longinquos horizontes de nossa economia, os caminhos que devem ser seguidos. E os palmilha desde já, conduzindo com segurança as populações do Estado. Dai o calor das manifestações que lhe são tributadas neste dia, revelando-se até o si-

lencio respeitoso dos adversários políticos, que são antagonistas eventuais em qualquer inspiração de ordem pessoal.

Não pode o Sr. Fernando Costa pretender galardão melhor do que a estima, o reconhecimento e a solidariedade de todos os seus cidadãos. E isto ele o recebe, hoje como sempre, porque foi invariável sua conduta pública: — serve a São Paulo e ao país, desinteressado e amigo, inteligentemente devotado aos superiores interesses públicos.

Justas, portanto, foram as festas e as homenagens realizadas pelo povo paulista, comemorando acontecimento tão grato á vida estadual. Homenagens que se traduziram através de milhares e milhares de telegramas e mensagens dirigidos ao governante esclarecido e probo, patriota do mais extremado, cujo sonho supremo é trabalhar pelo engrandecimento de São Paulo e conseqüente grandeza do Brasil.

PROBLEMAS DE ORDEM SOCIAL

Em novas e lucidas afirmações do seu patriotismo, o Interventor Fernando Costa participa decisivamente da solução dos problemas de ordem social surgidos nestes ultimos tempos. E o seu consagrado prestigio de homem público, vem e empenhando a fundo na defea das classes menos favorecidas, de todas as formas do trabalho e do trabalhador em geral.

Semana inglesa para o comercio; instalação de postos do S. A. P. S. em São Paulo — alguns dos quais já em pleno funcionamento, outros em construção em terrenos doados pelo Estado: a construção da majestosa "Casa do Trabalhador" cujo reforço e continuação de verba alcançaram, no presente exercicio, 5.000.000 de cruzeiros, e o decidido esforço do Governo pela melhoria do salário dos operários nas industrias, em moldes condizentes com o atual custo de vida, — formam, ao lado de numerosas obras de carater assistencial e social, já mencionadas anteriormente, os pontos básicos dessa política de lucida compreensão das necessidades e exigencias das causas populares, que têm no Sr. Fernando Costa um amigo e defensor a toda a prova.

Decisiva a atuação de S. Ex. em face do surto de dissídios coletivos recentemente registrado em São Paulo. Ha poucos dias vimos o Sr. Fernando Costa, a contento de operários e industriais, resolver brilhantemente a questão suscitada na industria textil. S. Exa. presidiu em pessoa os amplos e livres debates entre trabalhadores e patrões, realizados no Campos Eliseos e que resultaram na solução almejada, com uma larga e justa melhoria dos salários dos empregados daquela industria.

Assim, votado ao bem público, ignorando fadiga e comodismos, completa o Sr. Fernando Costa o 4.º ano de sua administração á frente do Governo de São Paulo, representando periodo dos mais notáveis em trabalhos e realizações registrados em nossa história. E agora que nos aprestamos para o grande embate democratico das urnas, usufruindo São Paulo ambiente de plena liberdade e de uma paz social que se consolida definitivamente, a presença do Sr. Fernando Costa nos Campos Eliseos constitui, de per si, garantia sobeja da vigência dos nossos ideais democraticos e, firmada neles, da decidida e ininterrupta contribuição de São Paulo para um Brasil maior!

Colaboram neste número:

Gen. Silveira de Mello.

Cel. Lima Figueiredo

Cel. R. B. Nunes

Cel. Paulo Mac Card

Ten. Cel. Adalardo Fialho

Ten. Cel. José P. de Ulhôa Cintra

Cap. Geraldo de Menezes Cortes

Cap. Amaury Benevenuto de Lima

Cap. Rui Alencar Nogueira

Brig. J. G. Smyth



Cr\$ 5,00

EDITORA HENRIQUE VELHO

(Empresa "A Noite")

Mal. Floriano, 15 — Rio de Janeiro, D. F.